

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR – NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE (PPGPACS)**

DISSERTAÇÃO

**PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU: PATRIMÔNIO
CULTURAL NATURAL DA BAIXADA FLUMINENSE, POTENCIALIDADES E
DESAFIOS**

Marcos Paulo Moraes Oliveira

**Nova Iguaçu/RJ
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR – NOVA IGUAÇU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE (PPGPACS).**

**PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU: PATRIMÔNIO
CULTURAL NATURAL DA BAIXADA FLUMINENSE, POTENCIALIDADES E
DESAFIOS**

Marcos Paulo Moraes Oliveira

Sob orientação da professora Dr^a.

Isabela de Fátima Fogaça

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do Grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no curso de **Pós- Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade**. Área de concentração: Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade

**Nova Iguaçu, RJ
2023**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48p Oliveira, Marcos Paulo Moraes, 1993-
Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu: Patrimônio
Cultural Natural da Baixada Fluminense,
Potencialidades e Desafios / Marcos Paulo Moraes
Oliveira. - Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2023.
149 f.: il.

Orientadora: Isabela de Fátima Fogaça.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Patrimônio, Cultura e Sociedade ,
2023.

1. Patrimônio Natural . 2. Baixada Fluminense . 3.
Unidades de Conservação . 4. Parque Natural . 5.
Pertencimento. I. Fogaça, Isabela de Fátima , 1980-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Patrimônio, Cultura e Sociedade III. Título.



TERMO Nº 1482/2023 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.085634/2023-51

Nova Iguaçu-RJ, 28 de dezembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

MARCOS PAULO MORAES OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração Patrimônio Cultural: Memória e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/06/2023.

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 29/12/2023 19:31)
EDILEUZA DIAS DE QUEIROZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PROEXT (12.28.01.16)
Matrícula: ###65#1

(Assinado digitalmente em 29/12/2023 12:39)
ISABELA DE FATIMA FOGACA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: ###719#0

(Assinado digitalmente em 29/12/2023 17:19)
TIAGO JULIANO
ASSINANTE EXTERNO CPF: ###.###.498-##

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, Elisabete, que acreditou em mim mesmo quando eu não acreditava e me ajudou a me recuperar em todos maus momentos que tive durante este período. A minha orientadora que não desistiu de mim.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Isabela de Fátima Fogaça, pelo acompanhamento, orientação e suporte;

Ao Programa Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e seu corpo docente;

Aos Professores Dra. Thays Domareski Ruiz e Dr. Vander Valduga (PPGTUR/UFPR); Dr. Wilson Martins Lopes Junior (PPGTUR/UFF); Dr. Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo (PPGEC/UNIRIO); Dra. Lucia Helena Pereira da Silva (PPGDT/UFRRJ); Dr. Euler David de Siqueira e Dr. Severino Joaquim Nunes Pereira (PPGDES/UFRRJ) por terem me aceito como aluno especial em suas disciplinas, e por terem contribuído para o meu crescimento profissional e, de certa forma, para este trabalho;

A professora Dra. Edileuza de Queiroz por ter contribuído com referencial bibliográfico para esta pesquisa e todo o suporte concedido;

Ao ex-chefe do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), Edgar Martins; ao ex-secretário de Meio Ambiente de Nova Iguaçu, Fernando Cid, e ao Conselho Municipal de Turismo de Nova Iguaçu por colaborarem com esta pesquisa;

A todos que colaboraram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento desta pesquisa.

"O presente trabalho foi realizado, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

"This study was financed, in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Finance Code 001."

Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração.

Nelson Mandela

RESUMO

Reconhecer o natural como patrimônio é entender, inicialmente, que a relação homem e natureza seja uma proposta que qualifique tal interação para a produção de conhecimento e valorização do espaço paisagístico de caráter consciente, seja o bem material ou imaterial. Ainda que na Baixada Fluminense (BF) este olhar sobre o patrimônio natural não esteja apurado, através deste estudo, observando uma unidade de conservação in loco e como ela pode ratificar a apropriação do conceito de patrimônio, além de como a comunidade poderia se beneficiar de seu uso. Sendo assim, a partir do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), almejamos perceber e, se possível, sugerir o ampliar do olhar do morador desta região, não só sobre o natural, mas também, sobre a história e o valor cultural que as cercam. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a apropriação do PNMNI e seu pertencimento o reconhecendo como patrimônio natural através de projetos que enaltecem tal interação. Uma vez que a apropriação destas áreas naturais auxilia na construção e consolidação do conceito de patrimônio cultural natural, seus desafios pela carência de recursos e incentivos fiscais e sociais, mais as potencialidades na Baixada Fluminense através da gama de atrativos que possam somar a esta relação. Para tanto, iniciamos nossa discussão por meio das Cartas Patrimoniais contextualizando-as à legislação ambiental Brasileira e como estas reconhecem a conservação da natureza em prol a dar sentido ao uso público e como corroborá-lo ao objetivo geral em pauta. Em seguida discutimos parte da história da BF caracterizando esse território tão vulnerável socioespacialmente, mas tão rica em bens naturais, para enfim, chegarmos ao objeto de estudo, o PNMNI e analisar como este se configura a ideia de pertencimento aos interesses do conceito de patrimônio natural. A metodologia empregada foi de caráter exploratório com base na pesquisa bibliográfica, documental e na coleta de dados por meio de entrevistas, primeiramente estruturada, aplicada ainda na pandemia, e, depois, semiestruturada com um grupo de funcionários do parque. A análise teve cunho qualitativo. Como resultados principais, destacamos, para a ideia de pertencimento e apropriação do espaço, os projetos e parcerias propostos pela secretaria de Meio Ambiente da cidade de Nova Iguaçu junto a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e análise das entrevistas, estando entre eles: o Tenda Conhecer, Um dia no Parque, Encontro de Pesquisadores, Parque para Todos e outros. Todos estes com a proposta de indicar a validação do apropriação do parque para que ele venha ser percebido e vivenciado como patrimônio.

Palavras-chave: Pertencimento, Unidade de Conservação, Apropriação do Natural, Patrimônio.

ABSTRACT

To acknowledge nature as heritage is to recognize, initially that, the relationship between men and nature aims as a proposal that qualifies that interaction to the production of knowledge and value of the landscape space based on conscious character, as material or immaterial goods. Even knowing that in Baixada Fluminense (BF) this look over the natural heritage is not the ideal, throughout this study, observing a conservation unit in the spot also how it may ratify the appropriation of the concept of heritage, besides how the community could benefit from its use. Therefore, making the Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) our focus we aim to understand, and, if possible, suggest expanding the residents' perspective of their own site, not only over the natural, but also over the history and cultural value that it may have been lost. So, the main goal of this research is to comprehend how the appropriation of a natural site - the PNMNI - proposes bonds of belonging that recognizes the heritage through projects that praise this interaction. Once said that the appropriation of natural areas helps in developing and consolidating the concept of natural cultural heritage, its challenges due to lack of resources, tax and social incentives, plus the potentialities of BF based on the variety of attractions that might add to this relationship. Hence, we begin our discussion through the studies of the Patrimonial Letters contextualizing them to the Brazilian Environmental Law also on how they contribute to the conservation of nature to benefit the public use and how to corroborate them to the main objective in question. Following that, we present a brief history of BF characterizing this land as socio-spatially vulnerable, but so rich in natural goods, to end it we approach the PNMNI analyzing how it gets to the idea of belonging to the interests of the concept of natural heritage. The methodology applied was of exploratory character based on the bibliographic and documental research also data collected through interviews, firstly structured applied still during the pandemic, after semi-structured with a group of employees of the park, the analysis was qualitative. As main results, we highlight, to the idea of belonging and appropriation of the spot, the projects and partnerships proposed by the Environmental Secretary of the city of Nova Iguaçu with the university Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) and interview analysis, being among them: the Tenda Conhecer, um dia no Parque, Encontro de Pesquisadores, Parque para Todos and others. All of them with the proposal of indicating the way how it may be given to the appropriation of the park acknowledging it as heritage.

Key Words: Belonging, Conservation Unit, Appropriation of Nature, Heritage.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APEFERJ	Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BF	Baixada Fluminense
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação e Obras
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
COMTUR-NI	Conselho Municipal de Turismo de Nova Iguaçu
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DRM-RJ	Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEC	Estação Ecológica
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FLONA	Floresta Nacional
G1	Globo Comunicação e Participações S.A.
GAM	Guarda Ambiental Municipal
hab/km ²	Habitantes por quilômetro quadrado (Medida de densidade)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Km ²	Quilômetros quadrados (Unidade de medida)

MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério de Meio Ambiente
NI	Não Informado
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OTLRTBV	Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde
PARNA	Parque Nacional
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PEM	Parque Estadual do Mendanha
PIB	Produto Interno Bruto
PMNI	Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNMNI	Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre
RJ	Rio de Janeiro
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMADETUR	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo
SEMUAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
SESC	Serviço Social do Comércio
SM	Salário-Mínimo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TCE/RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
UC	Unidades de Conservação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da Legislação Ambiental e discussão quanto à conservação, preservação dos Bens Naturais no Brasil e no mundo.....	40
Figura 2: Reservatório de Rio d'Ouro.....	54
Figura 3: APA São Bento.....	59
Figura 4: Poço Verde.....	61
Figura 5: APA Guapimirim.....	61
Figura 6: Parque Estadual Cunhabebe.....	62
Figura 7: Porto de Itaguaí sediado na Baía de Sepetiba	62
Figura 8: Pico da Coragem.....	63
Figura 9: Cachoeira Véu da Noiva em Magé.....	64
Figura 10: Vista panorâmica da entrada do Horto Municipal.....	64
Figura 11: Floresta Nacional Mário Xavier	66
Figura 12: UCs que compõem o patrimônio natural de Nova Iguaçu.....	69
Figura 13: REBIO Tinguá.....	70
Figura 14: Entrada principal do PNMNI.....	75
Figura 15: Área de compreensão do Maciço Gericinó-Mendanha.....	76
Figura 16: Ruínas do sobrado Fazenda Santa Eugênia.....	80
Figura 17: Pedra da Contenda atualmente.....	82
Figura 18: Cachoeira Véu de Noiva.....	82
Figura 19: Represa Epaminondas Ramos.....	83
Figura 20: O Vulcão de Nova Iguaçu.....	89
Figura 21: Pedreira São José.....	90
Figura 22: Janela do Céu, PNMNI.....	92
Figura 23: Registro da Entrevista.....	102
Figura 24: Grupos de alunos do município de Nova Iguaçu em visita ao parque.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Dados sobre a situação demográfica da Baixada Fluminense.....	50
Tabela 2 : Dados sobre a situação econômica da Baixada Fluminense.....	52
Tabela 3 : Dados sobre a educação na Baixada Fluminense.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: UCs Federais e Estaduais na Baixada Fluminense.....	56
Quadro 2: UCs Municipais na Baixada Fluminense.....	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. CAPÍTULO I: A NATUREZA É COMPREENDIDA COMO PATRIMÔNIO?.....	22
2.1 O Natural e a Relação Homem – Natureza - Patrimônio.....	23
2.2 A Construção do Conceito de “NATURAL” como Patrimônio.....	26
2.3 A Perspectiva de um Contraponto	41
3. CAPÍTULO II O PATRIMÔNIO NATURAL E A BAIXADA FLUMINENSE	47
3.1 A BF: Periferia da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro - RMRJ....	47
3.2 O Patrimônio Natural da Baixada Fluminense	55
3.3 O Patrimônio Natural de Nova Iguaçu	67
4. CAPÍTULO III: O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU	74
4.1 O PNMNI, além de Natural, um Patrimônio Histórico-Cultural.....	74
4.2 Aspectos Institucionais e Legais do PNMNI.....	83
4.3 O PNMNI enquanto Geoparque	87
4.4 O PNMNI enquanto atrativo turístico da região e perspectiva para o futuro	91
5. CAPÍTULO IV: PNMNI - PATRIMÔNIO NATURAL DA BAIXADA FLUMINENSE? OPORTUNIDADES E DESAFIOS.....	95
5.1 O PNMNI e seus benefícios para a comunidade local.....	97
5.2 O PNMNI e a busca ativa de reconhecê-lo como Patrimônio	99
5.2.1 Contextualização das Entrevistas.....	102
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
APÊNDICE A – Pesquisa inicial anterior à qualificação da pesquisa.....	143
APÊNDICE B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos	145
APÊNDICE C – Declaração de Revisão	149

1. INTRODUÇÃO

A apropriação da natureza como patrimônio cultural, no Brasil, que deve ser conservado e protegido a partir da corresponsabilidade social, é um dos grandes desafios da gestão patrimonial em suas cidades.

Ao tratarmos desse processo em regiões periféricas, como as cidades da Baixada Fluminense, na vertente oeste da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, sujeitas à carência de políticas públicas e de implementação de infraestruturas que proporcionem qualidade de vida às suas populações e que facilitem a construção social da autoestima destas comunidades, e, conseqüentemente, de uma identidade forte e relacionada a um patrimônio cultural que as represente e com o qual se reconheçam e se sintam valorizadas, esse desafio se torna ainda maior.

De modo geral, como observamos pela coleta de dados das Cartas Patrimoniais, o conceito de patrimônio cultural muitas vezes e até a priori ao material, construído por homens que realizaram feitos heroicos ou acumularam grandes fortunas em suas vidas, museus e grandiosos artefatos arquitetônicos como acervo de maior destaque seja pelo olhar das declarações nas cartas ou pelo que o homem culturalmente prioriza, deixando, talvez de reconhecer o simples, o popular e o natural ou o advindo de comunidades, muitas vezes, carentes de estruturas e de saberes convencionais/ letrados, o que nos impõe a necessidade de discutir a apropriação cultural dos recursos naturais e a salvaguarda desse patrimônio, pouco reconhecido, em áreas como a que apresentamos nesta pesquisa.

Essa realidade é o reflexo da forma como o conceito de patrimônio cultural foi constituído na sociedade ocidental e, de forma especial, à função que assumiu na história de nosso país, para manter preservada a visão cultural do Estado, edificação de uma identidade-nação, dos heróis nacionais e de seus monumentos (CANCLINI, 2008).

Todavia, essa visão de uma concepção oficial de cultura, voltada para a construção de uma ideia de nação, aos poucos, vem sendo superada, haja vista uma maior valorização da cultura popular e do patrimônio imaterial de muitas comunidades.

Como afirma Dormaels (2011), o patrimônio cultural é uma construção social, e não existe fora dos indivíduos que os reconhece. Logo, os bens culturais, bem como os recursos naturais, por mais importantes que sejam em suas funções culturais ou biológicas, somente são considerados patrimônios culturais se as comunidades de seu entorno se apropriam destes como tal.

Nesse sentido, ao discutir a apropriação cultural dos recursos naturais e a salvaguarda desse patrimônio em áreas como as estudadas nesta pesquisa, em especial no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro (RJ), que faz parte da BF, julgamos ser necessário, mesmo antes de pensar a aplicação de instrumentos como o tombamento e o registro de bens culturais ou a definição de áreas protegidas por lei¹, discutir ações educacionais, comunicacionais e de uso do patrimônio que possibilitem com que sua população se reconheça detentora e parte daquele bem, efetivando a participação social na construção do patrimônio cultural.

Desde a Constituição Federal de 1937, já se destacava a importância de a sociedade reconhecer seu papel nessa problemática, para, então, sugerir questões de proteção, conservação e seu tombamento (BRASIL, 1937b).

Na Constituição Federal de 1988, essa perspectiva é reforçada a partir do Artigo 216, que valida a proeminência da participação social na gestão da coisa pública, por ser o viés significativo para a preservação do patrimônio.

Assim, com esta pesquisa, seguindo o princípio do que afirma Pelegrini (2006, p.127), de que “à medida que o cidadão se percebe como parte integrante do seu entorno, tende a elevar sua autoestima e a valorizar a sua identidade cultural”, buscamos como objetivo geral: compreender a apropriação do PNMNI e seu pertencimento o reconhecendo como patrimônio natural através de projetos que enaltecem tal interação.

Para tal, buscamos como objetivos específicos:

1. Discutir sobre a construção do conceito de patrimônio natural atribuindo a relação entre homem e natureza que o potencializa, para:
2. Analisar o pertencimento e a apropriação do parque pela comunidade a fim de
3. Estudar os desafios, oportunidades e potencialidades que conduzem o PNMNI a ser tomado como patrimônio natural para a cidade de Nova Iguaçu (RJ).

Quanto à abordagem metodológica, a elaboração desta investigação tem como base a pesquisa qualitativa, iniciando-se com uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, que contextualiza a construção do conceito de patrimônio cultural natural, a partir das cartas patrimoniais mundiais e marcos legais brasileiros; a importância da participação social junto às áreas naturais para a apropriação cultural, reconhecimento, conservação e preservação do patrimônio natural; correlacionando tais conceitos ao objeto de estudo, o

¹ Ref. Lei no. 9985/ 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

PNMNI e o local onde ele se situa, o município de Nova Iguaçu (RJ), na Baixada Fluminense.

A pesquisa de caráter bibliográfico, de acordo com Severino (2007), busca avaliar contribuições de outros autores sobre o tema. Já a documental demanda um tratamento analítico sistemático de documentos. Assim, são analisadas cartas patrimoniais que tratam diretamente do patrimônio natural; leis ambientais (com destaque à lei no. 9.985/2000 que Cria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC); obras e documentos que discutam sobre o PNMNI ; entre outros, contextualizando-os à questão do patrimônio natural.

Na sequência, para a contribuição argumentativa e complementação satisfatória dos interesses expostos nos objetivos desta pesquisa, realizou-se duas rodadas de coleta de dados: a primeira com aplicação de questionários estruturados (Apêndice A), anteriormente à qualificação dessa pesquisa, e outra no caráter de entrevista semiestruturada com um grupo de coordenadores do PNMNI, nas áreas de: pesquisa, uso público, planejamento e educação ambiental².

Em ambas as coletas, pôde-se compreender a importância de reconhecimento do parque como área de lazer, ademais como território de preservação e de cuidado do patrimônio natural, seja através das atividades educativas (formais, não-formais e/ ou informais) realizadas junto aos funcionários, pesquisadores e visitantes, ou, até mesmo, a partir do planejamento de elementos interpretativos como implantação de placas e sinalizações que permitam que todos os que acessem o parque possam visualizá-lo como espaço de múltiplas alternativas de uso.

A primeira coleta, então, é realizada com base em “[...] questionário totalmente estruturado [...] onde as perguntas são previamente formuladas [...]” e seu uso estipula formas de comparar, diferenciar ou perceber consensos entre os atores envolvidos, os quais se valem de sua opinião pessoal como prioridade e sua relação com o objeto de estudo (BONI e QUARESMA, 2005, p. 73-74). Naquele primeiro momento, antes da qualificação, em função da pandemia, não foi possível realizar um encontro presencial, por isso justificamos a escolha da entrevista estruturada. Assim, estas entrevistas preliminares foram estruturadas com dez perguntas básicas sobre a visão que estes atores dispõem sobre a unidade referente a projetos que implementem a interação com a comunidade e se há essa interação; e aplicadas via *google forms* para que pudéssemos nortear os interesses específicos desta pesquisa - suas prioridades - posteriormente, pudessem ser aprofundadas com a entrevista estruturada ao grupo de coordenadores da unidade em fevereiro de 2023.

A entrevista semiestruturada tem por objetivo predispor determinadas perguntas junto a

² Cujos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido se encontram no Apêndice B desta dissertação.

complementação de outras dúvidas ou informações que possam valorar a proposta da pesquisa (BONI e QUARESMA 2005, p. 75). Essa técnica de pesquisa é indicada quando há a intenção de validar qualquer informação que ratifique o interesse tanto do pesquisador quanto do entrevistado acerca da proposta temática Gil (2007).

Assim, por meio de uma entrevista coletiva, realizada no dia 02 de fevereiro de 2023, foi possível compreender a importância de reconhecimento do parque não apenas como área de lazer, mas como patrimônio cultural natural e geomorfológico da Baixada Fluminense, tendo destaque as ações educacionais que ocorrem ou estão em planejamento pela equipe de gestão do parque, e ações de interpretação patrimonial como a estruturação do parque com sinalizações que permitam que todos os que acessem o parque possam enxergar como espaço interdisciplinar de uso para além do recreativo.

A escolha do PNMNI, no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, como recorte desta pesquisa se justifica pelo interesse pessoal pela temática e área natural protegida do município, visto o autor dessa dissertação residir nas proximidades da área estudada; ademais, a pesquisa em uma área do cotidiano do pesquisador se mostrou mais viável, especialmente diante da realização da pesquisa durante uma pandemia.

Além de validar que o parque conserva importantes atributos ecológicos e prestação de serviços ecossistêmicos para a população; é testemunho de fenômenos geológicos ímpares; apresenta particularidades na interação com agrupamentos humanos envoltórios e processos relacionados à estrutura institucional e arranjos normativos que se refletem em desafios diários de gestão da área protegida estando também todo os envolvidos almejando a participação ativa da comunidade que desfrutam do PNMNI por sua beleza cênica, mas também que, uma vez conhecendo a área podemos conhecer diferentes atividades que nos permitam apreciar, conservar e proteger a unidade como um bem comum aos ideais de unidade de conservação e da apropriação do natural como patrimônio, como os projetos de Educação Ambiental promovidos pelas coordenações de uso público e de educação ambiental do PNMNI que busca reunir escolas e a comunidade a se inteirar do valor socioambiental que o parque possui, seja pelo estudo da fauna e flora local ou pela coleta de lixo nas trilhas noticiando os principais danos que os descuidos com o lixo podem acarretar na natureza, dados estes apresentados na entrevista em fevereiro de 2023.

Também, considera-se relevante discutir sobre a Baixada Fluminense, uma área estigmatizada pela mídia nacional como repleta de problemas sócio territoriais, para além da problemática da violência urbana, ainda que, por meio da pesquisa científica é possível compreender e discutir sobre a apropriação do território pelos moradores do entorno da área

natural, bem como sobre a construção de práticas de preservação e conservação da natureza e de valorização do patrimônio natural, visualizando o parque como um espaço significativo de relações de poder (SOUZA, 2009), incorporado as dimensões socioculturais de uso às suas terras, ou seja, como se organizam e fazem uso de seu espaço não apenas físico, mas também social (WENTZEL e BINSZTOK, 2017).

Vale destacar que, o natural é um campo ainda pouco explorado no cenário brasileiro como parte de seu patrimônio cultural, uma vez que, como afirma Delphim (2004, p.17), os sítios naturais nacionais possuem “dimensões maiores do que as de certos países europeus. Todavia, apesar da enorme diversidade de feições naturais e a pluralidade cultural do país, é ainda pequeno o número de paisagens protegidas pela legislação cultural”.

Nesse sentido, para melhor organização metodológica, esta dissertação se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentou-se a discussão sobre o conceito de patrimônio natural, por meio das cartas patrimoniais e da legislação ambiental, bem como sobre a importância da participação social na conservação do patrimônio cultural natural.

No segundo capítulo, aprofundou-se a discussão sobre a Baixada Fluminense, sua história, formação territorial, situação socioeconômica, através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, principalmente, mensurar e listar o patrimônio natural que podemos encontrar nesse espaço que ocupa uma considerável parcela do nosso bioma Mata Atlântica. São 80 Unidades de Conservação (UC) na região da Baixada Fluminense (RICHTER et al, 2019), mas nem todas contam com um plano de manejo que preveja formas de estimular que a comunidade reconheça esses espaços como patrimônio e se responsabilizem por cuidar dessas áreas, outrora, ainda que todas dispusessem deste plano não há garantia de cuidados e apropriações do espaço, uma vez que ele se atribui por valor social e cultural, porém são estudos como estes que possibilita um novo olhar ainda mais sobre um espaço territorial pouco valorizado.

Ao entrar na temática das áreas naturais na Baixada Fluminense, chegamos ao PNMNI, uma UC relevante na constituição do patrimônio não só de Nova Iguaçu (RJ), mas de toda a Baixada Fluminense. Assim, no terceiro capítulo, buscou-se compreender o bem patrimonial, apresentando um breve resumo histórico da área a qual está inserido; listar seus atrativos e as iniciativas já desenvolvidas para integrar a comunidade.

Na sequência, no último capítulo, por meio da transcrição de partes das entrevistas realizadas, e discussão sobre dados empíricos, buscou-se identificar potencialidades, oportunidades e desafios para que a população da Baixada Fluminense e visitantes passem a observar o PNMNI como, acervo de seu patrimônio cultural natural da região.

Assim, foi discutido sobre os projetos realizados e em planejamento que visam a inserção da comunidade a fim de se construir uma relação significativa com a UC; como o parque contribui ou pode contribuir para a revisão da imagem negativa estigmatizada da Baixada Fluminense entre os moradores e potenciais visitantes, o que tem sido feito para que o PNMNI contribua para a sociedade além do lazer, mas por todo seu valor multicultural, entre outros questionamentos que possibilitem identificar a compreensão do bem natural como patrimônio cultural na sua interpretação mais ampliada.

2. CAPÍTULO I: A NATUREZA É COMPREENDIDA COMO PATRIMÔNIO?

O estudo do patrimônio vem sendo campo de investigação das mais variadas ciências, como as ciências humanas, sociais aplicadas, biológicas, entre outras que se valem da compreensão do bem cultural como referência “à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” (CID, 2010, p. 10) compreendido entre o material e/ou o imaterial, através das artes, do contexto histórico, social, antropológico, tecnológico, arquitetônico, paisagístico, científico ou ecológico como o autor explicita, este último, valendo-se da relação homem e natureza que o cerca.

O patrimônio ecológico ou natural, também tratado por algumas áreas como sinônimo de patrimônio ambiental, compreende a “materialização de sentidos atribuídos [ao bem natural] no decorrer do processo histórico e lhe imprime uma perspectiva dinâmica, uma conotação que fomenta a consciência do uso comum do meio”, primordialmente sob o olhar de “responsabilidade coletiva”, seja ele uma área natural legalmente protegida ou não, mas significativa no interior ou entorno de um bairro, cidade ou região (PELEGRINI, 2006, p. 119- alteração nossa).

Nesse sentido, este capítulo visou discutir a natureza como um objeto de observação e de relevância no campo do patrimônio, uma área interdisciplinar, contextualizando-o sob os princípios defendidos nas cartas patrimoniais e da legislação ambiental brasileira, a partir de um olhar crítico sobre a construção do natural enquanto patrimônio cultural.

Observar a trajetória da compreensão da natureza como um bem coletivo e que deve ser protegido e valorizado, a construção do conceito de patrimônio cultural natural, as formas de proteção previstas, especialmente no Brasil, e como foi aferido o valor social para a conservação destes sítios, tornou-se essencial para o alcance dos objetivos desta dissertação, pois, como afirma Delphim (2004), ainda que muitos bens de valor natural e ecológico em nosso país sejam reconhecidos por lei, as pesquisas que avaliam a natureza ao viés do patrimônio, ainda estão em menor número.

Ademais, compreende-se que, embora haja políticas públicas de conservação, se não houver participação social no intuito de conservar e preservar, o esforço encontra pouco sucesso, pois muitas vezes, as políticas voltadas às áreas naturais (sobretudo, às Unidades de Conservação) e ao patrimônio cultural se desencontraram historicamente, produzindo desafios práticos de gestão desses sítios ou áreas. Daí a importância do viés do patrimônio no contexto da conservação ambiental: concepção menos dualista cultura e natureza; humano como parte do ambiente; papel das comunidades na conservação ou proteção desses patrimônios.

2.1 O Natural e a Relação Homem – Natureza - Patrimônio

A discussão do “natural” como patrimônio cultural pode ser considerada ainda muito recente, e, até mesmo, incipiente, uma vez que, de acordo com a Scifoni (2006), essa noção, “natureza como patrimônio cultural natural”, trouxe um novo questionamento, ao tratar a natureza intrínseca à cultura e ao patrimônio de um grupo social.

Pelegri (2006, p.121), afirma que essa realidade é reflexo do fato que “somente nos últimos anos do século passado a preservação dos bens naturais e culturais passou a ser admitida como uma atitude positiva e inteligível”. De acordo com o autor, ao analisar as correntes naturalistas do século XIX, preservar o meio ambiente seria assegurar que o homem dela se afastasse (PELEGRINI, 2006, p.118).

Contudo, dois séculos depois, passa-se a primar “... pela diversidade cultural e pela união entre o homem e a natureza de modo a garantir a gestão democrática dos espaços territoriais e o adequado manejo das áreas de proteção ambiental”.

Portanto, de acordo com Scifoni (2008), diante de um passado que não permitia a interação humana-natureza para preservá-la, a sociedade foi alvo de mudanças, e, no cenário atual, a ação cultural junto ao meio ambiente se manifesta e se modula para a sustentabilidade.

Conforme Milton Santos (2002), o bem de valor natural depende de uma participação híbrida entre o físico e o social, na qual o sujeito vivifica, substancialmente, o meio, e, em que o valor a ser atribuído a este, depende de encontrar significado neste bem, fator que torna o lugar indispensável na significação e ressignificação do sujeito, ainda que para o homem seja difícil distinguir o valor social e cultural no natural.

Separados (homem e natureza) são como verdades parciais. Suas existências dependem das relações sociais que assim as determinam não só pela importância material, mas como valor social, cultural e natural (SANTOS, 2002). Sendo, portanto, inviável assimilar um bem patrimonial natural sem a sua relação com o ser humano.

Na Declaração de Estocolmo, de 1972, é evidenciado o papel da natureza na vida do homem ao se destacar o risco ao qual o habitat humano está sujeito sem a conservação da fauna e da flora. Como afirma Monteiro (2016, p.49), “o homem e natureza se entrelaçam, ela não é mais um objeto de manipulação sem uma relação direta com o homem, em que se pode explorá-la a todo custo sem consequências a curto ou longo prazo, fruto das raízes antropocêntricas”.

Assim, como se defendeu na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 (UNESCO, 1972, p.1), “natureza e cultura se complementam”, e “... a identidade cultural dos povos é forjada no meio em que vivem”, resultando em belas obras feitas a partir da

interação homem e seu habitat.

Portanto, como afirma Pereira (2018), é preciso entender que o meio natural e paisagístico compõem o patrimônio cultural com igual valor se comparado ao chamado patrimônio histórico material ou imaterial. De acordo com Scifoni (2008, p.16),

O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pela sociedade. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e reproduz.

Fadden (1999, p. 5) afirma que *“nature is beyond value, for it sustains life. Yet it is under severe pressure from human activity. There is no time to evaluate the benefits of nature, now is the time to act to protect our natural”*³. Nesse sentido, diretamente relacionado à vida, o bem de valor natural não pode e nem deve ser valorizado apenas por seu valor econômico, mas, acima de tudo, por seu valor social. Segundo Ribault (1999, p.7).

*It is possible, albeit approximately, to estimate the economic value of a national park, and indeed this has been attempted on a number of occasions. But how does one assess the pleasure that is derived from the beauty of its landscapes, the sound of a waterfall and so on, and how does one then quantify the economic effect of this pleasure and a weekend's relaxation on, for example, individuals' behaviour (perhaps making them more relaxed or less aggressive)? How does one quantify the impact of nature on the health insurance system, via our health?*⁴ (RIBAULT, 1999,p. 7)

Ao avaliar o patrimônio natural por sua potencialidade de favorecer uma melhor qualidade de vida, somos capazes de compreender o valor que a natureza dispõe em nossas vidas, isto é, de que o patrimônio natural cultural nos oferta uma melhor compreensão do espaço em que vivemos, e, sobretudo, reflete cada vez mais sobre a identidade humana (GUIDO, 1999).

Assim, de acordo com Emmerson (1999, p.17), mesmo cientes de que o *“man can alter nature and exhaust natural resources by his action or its consequences and, therefore, must fully recognise the urgency of maintaining the stability and quality of nature and of conserving*

³ “à natureza vai além do seu valor, pois sustenta a vida. Porém está sob forte pressão da atividade humana. Não há tempo para avaliar os benefícios da natureza, já que agora é a hora de agir para proteger o nosso natural” (FADDEN, 1999, tradução nossa).

⁴ “É possível, embora aproximadamente, estimar o valor econômico de um parque nacional e, de fato, isso foi tentado em várias ocasiões. Mas como avaliar o prazer que deriva da beleza de suas paisagens, do som de uma cachoeira e assim por diante, e como então se quantificar o efeito econômico desse prazer e do relaxamento de um fim de semana em contato com essa natureza, por exemplo, sobre o comportamento dos indivíduos (talvez tornando-os mais relaxados ou menos agressivos)? Como quantificar o impacto da natureza no sistema de seguro saúde, por meio da nossa saúde?” (RIBAULT, 1999, p. 7, tradução nossa).

natural resources”⁵, é necessário fortalecer a relação homem e natureza, a consciência de sua interdependência e que o homem precisa cuidar e preservar do seu espaço, para assim, conseqüentemente, aferir o valor que a natureza lhe cabe.

*..., entender el patrimonio es entender su significación simbólica, lo que significa que es un marcador de la identidad colectiva de un grupo social, pero también es entender su proceso de construcción, o de enunciación, llamado patrimonialización (DORMAELS, 2011 p.10).*⁶

Uma vez que, segundo Domaels (2011, p12), *“en efecto, para volverse patrimonial, la ciudad o una de sus partes, tiene que ser transformada en el soporte de una nueva significación enunciada y de un valor simbólico que les permite a los grupos sociales diferenciarse uno del otro”*⁷.

Atualmente uma das alternativas de valorizar tal interação socioambiental é o uso de serviços ecossistêmicos, que segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA, 2023, s. p.) compreendem que “todas as atividades humanas dependem dos recursos que estão no meio ambiente” torna-se imprescindível que o homem utilize do seu espaço a fim de que não o danifique, todavia compreendendo que cuidar da natureza gera “benefícios fundamentais para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, refletindo diariamente na qualidade de vida das pessoas”, serviços estes que não só atribuem valor a interação social, mas também a econômica, vislumbrando um mercado novo e consciente do uso de recursos naturais, sendo também uma alternativa agregando ao capital uma oportunidade.

Estes serviços sistêmicos podem ser de provisão - fornecendo bens de consumo e reuso dos recursos naturais; de suporte - reciclagem, redução de pragas e manutenção da biodiversidade; de regulação - cuidados para a purificação do ar, controle de impactos climáticos; culturais - benefícios recreativos que almejam a interação consciente do espaço. (MMA, 2023).

⁵ “O homem pode vir a alterar a natureza e esgotar os recursos naturais por suas ações e que conseqüentemente, reconheça a urgência em manter a estabilidade e a qualidade da natureza e da conservação de seus recursos naturais.” (EMMERSON, 1999, p. 17, tradução nossa).

⁶ “... entender o patrimônio é entender seu significado simbólico, o que significa que é uma referência à identidade coletiva de um grupo social, mas também é entender seu processo de construção, ou de declaração, o chamado processo de patrimonialização” (DORMAELS, 2011, p.10 – tradução nossa).

⁷ “de fato, para se tornar patrimônio, a cidade ou parte dela, a mesma tem de se transformar em suporte de uma nova significação declarada e de um valor simbólico que permita aos seus grupos sociais diferenciar-se uns dos outros” (DORMAELS, 2011 p.12 – tradução nossa).

Tudo isso a fim de que além do valor social, mas também pelo econômico, o homem possa encontrar formas de valorizar e cuidar do seu espaço e se ele não se apropriar de tal responsabilidade, quem tomaria? E mais, se o atrativo possuir valor turístico, como atribuir a ele tal responsabilidade se nem a comunidade in loco agrega este valor ao bem?

Após discutir de forma introdutória sobre a relação homem – natureza – patrimônio, nos próximos itens deste capítulo será discutido sobre a construção do natural como patrimônio cultural natural a partir das Cartas Patrimoniais e da legislação nacional sobre a Conservação do Meio Ambiente e como ela se contextualiza ao nosso objeto de estudo em questão.

2.2 A Construção do Conceito de “NATURAL” como Patrimônio

Para discutir o “natural” como patrimônio cultural, primeiro, faz-se necessário uma síntese da trajetória da construção do conceito de patrimônio natural no mundo. Para isso, buscou-se estudar as cartas patrimoniais e como elas se orientam para a compreensão do natural enquanto patrimônio seja no Brasil ou no exterior.

Na década de 1960, a Recomendação de Paris (IPHAN, 1962, p.3), sobre ”Paisagens e Sítios”, foi à primeira carta patrimonial a considerar de forma mais explícita a importância da abordagem de se adotar medidas que respaldassem a salvaguarda do bem natural paisagístico. De maneira geral, a carta sugeriu a prevenção de danos, assegurando medidas educativas, dentro e fora das instituições de ensino para que o homem não só interagisse com o seu habitat natural, mas se conscientizasse e o preservasse. Dessa forma, propôs “adotar uma política geral que vise a dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade e a integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planejamento” do espaço.

As medidas a serem adotadas para a proteção deste patrimônio “deveriam consistir essencialmente no controle dos trabalhos e atividades susceptíveis de causar danos às paisagens e aos sítios” (IPHAN, 1962, p. 3).

Nesta mesma carta se defendia que as medidas de salvaguarda deveriam assegurar “parques nacionais destinados à educação e ao lazer do público, ou reservas naturais, parciais ou integrais”, principalmente se eles se destinassem “às pesquisas sobre a formação e a restauração da paisagem e à proteção da natureza” (IPHAN, 1962, p. 6).

Ainda se discutiu a necessidade de capacitar professores a estimular seus alunos ao cuidado e a preservação dos espaços naturais dentro e fora das escolas, seja através de livros, filmes, anúncios, programas de rádio e/ou televisão, no intuito de “ressaltar o valor das paisagens e dos sítios naturais ou criados pelo homem, para chamar a atenção do grande público

sobre a importância da salvaguarda da sua beleza e de seu caráter, problema primordial para a coletividade” (IPHAN, 1962, p. 8).

No Brasil, um ano após o Compromisso de Brasília, de 1970, representantes do poder público e de instituições culturais se reuniram para discutir algumas questões então levantadas como “os problemas relacionados com a defesa e a preservação dos nossos bens de valor cultural” (IPHAN, 1971, p. 13).

Para tal, refletiram sobre medidas a serem tomadas referentes às questões levantadas no encontro de Brasília e nela discutiram a criação de leis “para a proteção e valorização dos bens naturais e os de valor cultural”; “criação dos órgãos estaduais de proteção aos acervos naturais e aos de valor cultural”; implementação de trabalhos e pesquisas acadêmicas que consistissem na salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, visto o despreparo das instituições públicas e privadas para com o tema (IPHAN, 1971, p. 21).

Assim, os governadores de todos os estados, o ministro da Educação e Cultura de Salvador, o presidente do Conselho Federal de Cultura e o Presidente do II Encontro dos Governadores sobre a defesa do Patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, buscaram discutir:

- Conceitos de proteção, preservação, valorização e de ambientação de monumento natural e de valor cultural;
- Proteção dos monumentos isolados e dos núcleos urbanos, arquitetônicos e arqueológicos e sua ambientação paisagística;
- Prioridade para a programação e implantação de planos regionais integrados com vistas à proteção e ambientação dos bens naturais e de interesse cultural.
- Proteção dos bens naturais e os de valor cultural, face ao desenvolvimento urbano e regional, e a realização de grandes obras de engenharia. [...]
- Obtenção de recursos para o financiamento dos planos regionais que devem prover dotações para a proteção, valorização e fiscalização permanente dos monumentos e dos núcleos de interesse cultural, e bem assim conjuntos paisagísticos que constituem um monumento natural. [...] (IPHAN, 1971, p. 22)

Naquele período, os documentos mencionam o turismo e os impactos deste fenômeno sobre sítios de valor patrimonial, deste modo, sugerem a necessidade de uma política nacional para “a proteção e valorização do acervo de valor cultural e os monumentos naturais, com vista ao estímulo do turismo nacional e regional”, incluindo em mapas e roteiros os sítios que possuíssem grande apelo patrimonial para o desenvolvimento consciente e educativo da atividade para os moradores das cidades turísticas, turistas domésticos e internacionais (IPHAN, 1971, p. 23).

Cientes de que era necessário capacitar e profissionalizar pessoas que se dispusessem à

salvaguarda de bens patrimoniais, governantes dos estados brasileiros e secretários de educação e cultura discutiram políticas nacionais, estaduais e municipais para tal; valendo-se dos impactos que o patrimônio cultural já sofria, até então, por conta do desconhecimento de regras sobre a proteção e a conservação do patrimônio de valor material ou imaterial.

Quanto aos bens naturais, foram discutidas normas para a preservação da paisagem, pública ou privada, o zoneamento de áreas protegidas e em áreas de pequenas dimensões e o controle ambiental de impactos que possam ocorrer, principalmente, se o sítio for de relevância ao turismo cultural (IPHAN, 1971, p. 267- 269).

Em 1972, a Declaração de Estocolmo se voltou à necessidade de preservar e cuidar do meio ambiente para o “benefício das gerações atuais e futuras, mediante um cuidadoso planejamento ou administração adequados” (IPHAN, 1972a, p. 1).

Para tal o documento afirma que,

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio representado pela fauna e flora silvestres, bem assim o seu habitat, que se encontram atualmente em grave perigo por combinação de fatores adversos. Em consequência ao planejar o desenvolvimento econômico, **deve ser dada a devida importância à conservação da natureza,** incluídas a fauna e flora silvestres (IPHAN, 1972a, p. 1, grifo nosso).

Nesta carta, discutiram-se medidas de contenção de impactos socioambientais que pudessem colocar a vida humana em risco. Por isso, tornava-se, cada vez mais, importante a implementação de atividades educacionais de conscientização ambiental para uma conduta responsável em espaços naturais (IPHAN, 1972a, p. 3).

E devido à preocupação mais evidente sobre os impactos ambientais, no mesmo ano, novamente em Paris, a Recomendação de Paris “Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, defendeu-se:

que o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica”, considerando que “a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio (IPHAN, 1972b, p. 1).

Assim, sob o olhar das questões ambientais levantadas em Estocolmo, e, no mesmo ano, da Recomendação de Paris de 1972, primeira carta patrimonial que trata diretamente do “natural” como patrimônio cultural, o patrimônio cultural natural passa a ser definido como:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que

tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; Os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (IPHAN, 1972b, p.2).

É importante observar que, apesar dos avanços até aqui expostos, a Recomendação de Paris, de 1972, ainda trata o patrimônio cultural natural como “... monumento ... de valor ... excepcional”, o que, de certa forma, ainda não representa a compreensão da relação homem/natureza que, por exemplo, os povos tradicionais, como os indígenas⁸, têm de seu patrimônio.

Parte-se de uma ideia relacionada a uma definição elitista, e, por isso, muito se abstém da construção de sentido perante os povos que construíram sua vida social diretamente relacionadas a estes bens (a natureza), principalmente nos países colonizados como o Brasil.

A concepção do patrimônio natural é forjada a partir da noção de monumento e a partir de atributos de excepcionalidade. Pode-se acrescentar ao seu destaque, ainda, que os vetores que ensejam o reconhecimento do patrimônio natural em um primeiro momento são seus valores científico, conservacionista e estético, uma vez que o bem natural não precise ser explorado para ser preservado.

Dando continuidade à caracterização da evolução das discussões sobre o patrimônio natural nas cartas patrimoniais; em 1975, a Declaração de Amsterdã (IPHAN, 1975, p.6) diz que “a educação dos jovens em relação ao domínio do meio ambiente e sua associação a todas as tarefas de salvaguarda é um dos imperativos maiores da ação comunitária”. Ações que, conforme a mesma declaração, garantem à população não só o direito de usufruir do bem, mas também o dever de participar das tomadas de decisões para sua conservação, manejo e seu uso público, já que “uma política de conservação implica também a integração do patrimônio na vida social”, atribuídos explicitamente, ou implicitamente, aos hábitos cotidianos de uma população e como estes se valem da preservação de seu habitat.

Esta é uma carta de tamanha significância para o conceito de patrimônio ambiental urbano e discute a multidisciplinaridade do patrimônio e a capacitação de profissionais de cuidar e preservar sítios de valor patrimonial no meio urbano. Discute-se a importância de se aderir às ações educativas capazes de evidenciar o valor ambiental e patrimonial de espaços que estejam perdendo seu significado com a transição de gerações (IPHAN, 1975).

⁸ No Brasil, “hoje temos 252 povos indígenas que falam 160 línguas. É vital protegemos suas culturas” (ALVAREZ, 2020, s. p.) e a proteção do patrimônio natural faz parte da proteção de suas culturas, pois eles são os guardiões da floresta. Ademais, segundo o IPHAN (1992 p. 5, grifo nosso) “**As populações indígenas e suas comunidades, assim como outras comunidades locais, desempenham um papel fundamental no planejamento do meio ambiente e no desenvolvimento, graças aos seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados deveriam reconhecer e aprovar devidamente sua identidade, cultura e interesses e tornar possível sua participação efetiva na obtenção do desenvolvimento sustentável**”.

Em 1982, ao reavaliar as ações implementadas para com a preservação do meio ambiente a partir da Declaração de Estocolmo de 1972, em Nairóbi se discutiu a crescente expansão dos cuidados com a educação ambiental e sobre a implementação de legislação ambiental em muitos países, porém ela relata que os resultados “não podem ser considerados satisfatórios”, pois “o plano de ação inicial não teve a repercussão requerida na totalidade da comunidade internacional” (IPHAN, 1982, p. 1-2).

De acordo com a Declaração de Nairóbi, “o desmatamento, a degradação do solo e a desertificação atingiram proporções alarmantes e puseram seriamente em risco as próprias condições de sobrevivência em vastas regiões do planeta” (IPHAN, 1982, p. 2), e, para tanto, é preciso “prestar uma atenção particular ao papel das inovações técnicas, no sentido de promover a substituição, a reciclagem e a conservação de recursos naturais” (IPHAN, 1982, p. 3). Assim, a sociedade assume a responsabilidade de assegurar que o planeta esteja em condições seguras para garantir uma vida digna às gerações futuras.

Especificamente nos países da América Latina, a Carta de Cabo Frio, de 1989, (IPHAN, 1989a, p. 1) destaca que “a história do planeta Terra, pode ser lida através das múltiplas manifestações da natureza. Ao identificá-las e interpretar seu valor, o homem atribui a esses testemunhos significação cultural”, pois, “a defesa da identidade cultural far-se-á através do resgate das formas de convívio harmônico com o seu ambiente”.

Sendo assim, cientes de que o patrimônio abrange um campo interdisciplinar, é necessário atenção dos indivíduos às políticas preservacionistas que engajem a população para com “o respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, enfatizados através da educação pública”, ou até “criação de unidades de conservação ambiental e a preservação de sítios” como meios alternativos “de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas” (IPHAN, 1989a, p. 2).

A carta ainda defende que “para a salvaguarda do patrimônio natural e cultural da América Latina em suas diversas manifestações, é fundamental um esforço conjunto, a fim de evitar o isolamento cultural e garantir a integração latino-americana” (IPHAN, 1989a, p. 2).

Ainda em 1989, a Declaração de São Paulo (1989b, p. 1) ratifica que “a preservação do patrimônio natural deve ser incorporada ao texto, como entendimento cultural da harmonia entre a proteção dos sítios urbanos e rurais e a preservação da biodiversidade como incentivo em todos os projetos com a natureza”, não apenas para a preservação do patrimônio material, que naquele momento já encontrava um espaço sólido na educação patrimonial, mas com maior relação à qualidade de vida e a conscientização ambiental relativa aos espaços naturais (seu substrato imaterial), para os quais ainda havia muito a ser feito.

Contextualizando a relação de dependência homem-natureza para sua qualidade de vida, a Carta do Rio (IPHAN, 1992, p. 1), referente à Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, pode ser considerada um marco mundial, descreve que “os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável”, tendo o “direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”. E, por isso, é necessário a definição de políticas que zelem pelo controle de impactos socioambientais que cooperem para a erradicação da pobreza, prioritariamente, em países de maior vulnerabilidade social.

De acordo com a Carta do Rio,

[...], qualquer pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, [...], assim como a oportunidade de participar nos processos de adoção de decisão. Os estados deverão facilitar e incentivar a sensibilização e a participação da população, colocando a informação à disposição de todos (IPHAN, 1992, p. 3, grifo nosso).

Nesta mesma carta, podemos observar que se destaca a necessidade de se ampliar o olhar para a sustentabilidade e as questões ambientais, uma vez que a sociedade ainda precisa refletir sobre a importância de seu papel para com a preservação da natureza, até porque “o direito ao desenvolvimento deve exercer-se de forma tal que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e de proteção à integridade do sistema ambiental das gerações presentes e futuras” (IPHAN, 1992, p. 2).

Por isso, é inevitável que políticas educativas estejam ao alcance de todos, seja para preservar o espaço ou, até mesmo, para a contenção de impactos que prejudiquem a qualidade de vida destas comunidades, principalmente em locais de maior vulnerabilidade econômica e social, inclusive se estivermos tratando de povos tradicionais.

A Carta do Rio ainda evidencia a necessidade da ação coletiva, priorizando países em desenvolvimento e mais frágeis na conservação do meio ambiente, estimulando nações a cooperarem em solidariedade “para conservar, proteger e restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra” (IPHAN, 1992, p.2), conquistando assim, uma melhor qualidade de vida para todos.

Em 1995, na tentativa de “se atingir um equilíbrio harmonioso de relações entre a sociedade e seu meio ambiente, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico sustentável”, a Recomendação da Europa, observou que “a proteção e o realce das áreas de paisagem cultural e a assistência às paisagens para preservar a memória do povo e a identidade cultural das comunidades humanas são fatores de aperfeiçoamento de seu meio ambiente”

(IPHAN, 1995, p. 2). Isto é, se não analisarmos a relação humana para com o espaço onde habita, danos a sítios naturais podem acarretar uma grave preocupação quanto a qualidade de vida das gerações futuras.

Neste momento, já compreendemos que o patrimônio cultural natural não se relacionava apenas ao apreço paisagístico e de biodiversidade que ele oferece, mas tem um importante papel cultural para com a humanidade. Na Recomendação da Europa se destaca “a conservação da herança cultural e natural no contexto mais amplo de uma política de meio ambiente” (IPHAN, 1995, p.3), e, para tal, faz-se necessário políticas, mais eficazes para a proteção, a conservação e a contenção de impactos que a paisagem/espaço natural possa sofrer. Afinal, como já descrito na Declaração de Estocolmo, de 1972, é de responsabilidade humana o cuidado para com o espaço onde vivemos.

Assim, em 1996, a Declaração de Sofia (IPHAN, 1996, p. 2), destaca que se deve “[...] assegurar a participação da sociedade civil [...] em conjunto com a ação das autoridades políticas e administrativas [...] na preservação e no desenvolvimento equilibrado dos recursos culturais e naturais”. Pois “tal procedimento é o único que poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes (preservação da ecologia social), dentro do respeito absoluto às suas referências culturais [...] para um desenvolvimento sustentável”.

Nos anos 2000, ao compreender como patrimônio cultural os bens de valor imaterial, a Recomendação de Paris de 2003 sugeriu medidas educativas, formais e não-formais que amparassem o valor a ser agregado aos bens imateriais e a sua devida conservação, fortalecendo o conhecimento que devemos aplicar ao segmento (IPHAN, 2003). No Brasil, patrimônio imaterial já havia sido reconhecido na Constituição Federal de 1988, mas a regulamentação de sua salvaguarda somente ocorre em 2006, a partir do Decreto 5753 que Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Ainda assim, são inúmeros os desafios para o reconhecimento do valor da perspectiva imaterial do patrimônio.

Em 2009, no Brasil, foi realizado o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Neste evento, destacou-se como um dos desafios de formulação de uma política nacional de patrimônio cultural “a falta de integração com outras categorias de patrimônio”. Entre os desafios de sua salvaguarda estão:

- I. Integração e diálogo entre diferentes órgãos e esferas governamentais e a sociedade.
- II. **Sensibilização dos diversos setores que intervêm na paisagem quanto à sua importância e à necessidade de uma otimização qualitativa dos projetos que afetem a paisagem.**

Desafios específicos da Paisagem Cultural:

- I. **Compreensão do conceito de Paisagem Cultural por parte de ambientalistas e de especialistas em Patrimônio Cultural.**
- II. **Transmissão do valor da Paisagem Cultural à sociedade** sob o ponto de vista da memória e da história do Planeta, da vida e da humanidade.
- III. **Compreensão da estreita e indissociável relação entre geodiversidade, biodiversidade e diversidade cultural por parte de especialistas e da sociedade.**
- IV. Instaurar o Iphan como órgão catalisador de ações referentes à paisagem.
- V. **Inserção do tema paisagem na educação**, desde o ensino fundamental até o ensino médio, estimulando estudos em nível superior e de graduação (IPHAN, 2010, p. 48, grifo nosso).

Podemos assim observar que, mesmo a natureza sendo reconhecida e conceituada como patrimônio cultural natural em escala global, ainda há grandes desafios para a compreensão, conscientização e a conservação destes espaços patrimoniais, mesmo por parte dos especialistas que estudam e defendem o patrimônio cultural, o que acaba por se transmitir para governos e sociedade em geral.

Logo, mesmo nas áreas naturais declaradas áreas protegidas, onde existem políticas voltadas para a preservação, conservação e o uso público, muito ainda há por ser feito dentro da temática e perspectiva cultural destas áreas.

Como reconhece a Carta de Brasília, de 2010, vale considerar que:

Temos muito do que nos orgulhar, mas também que nos preocupar pela atual desvalorização do Patrimônio;
O Patrimônio está em tudo, tanto nos remanescentes de culturas ancestrais, quanto nos olhos de uma criança que busca suas próprias raízes;
O indivíduo é o sujeito principal para a valorização do Patrimônio;
O Patrimônio é um componente do desenvolvimento social que tem como objetivo a sustentabilidade, satisfazendo as necessidades do presente sem comprometer-lo no futuro. Entendendo sustentabilidade como justiça social, aceitação da diversidade cultural, correção ecológica e viabilidade econômica; A gestão do Patrimônio implica a participação ativa e o desenvolvimento das comunidades cumprindo um papel essencial na formação das identidades;
Todos somos responsáveis pela valorização e preservação do Patrimônio;
O turismo responsável implica respeito ao meio ambiente e a comunidade local;
A Educação Patrimonial é a base dos valores das comunidades e um instrumento para a inclusão social (IPHAN, 2010a, p. 1, grifo nosso).

A natureza somente será reconhecida como patrimônio cultural natural se evidenciarmos sua interação e significado ao ser humano, já que, como a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (IPHAN, 2010b, p. 2), apresenta, “a noção de monumento cultural não se restringe à visão estrito senso de bens edificados pelo homem, mas abrange a paisagem e outros exemplos de sua interação com a natureza”.

Nesta carta se discute a falta de preocupação e reconhecimento do bem natural enquanto

patrimônio, a desqualificação de profissionais para a gestão dos sítios, e, ainda, como deve ser levado em conta a sensibilização para as questões relativas ao meio ambiente. Enfim, como muitas cartas patrimoniais, a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros discorre sobre políticas educativas como estratégias fundamentais para ressignificar e impor medidas que não deteriorem e degradem o bem natural, mas que, além de propor um uso mais consciente, levem à comunidade o devido conhecimento a perpassar às gerações futuras.

Tal análise, leva-nos a considerar que o patrimônio natural sob o olhar das cartas patrimoniais é um campo ainda em construção, que carece de estímulo e reflexão social para o indivíduo se entender como pertencente ao meio em que vive, para que a conservação e a preservação deste patrimônio vigorem a partir de um uso sustentável, e o seu valor perpassasse às próximas gerações, assegurando o seu bem-estar.

Da mesma forma, tais recomendações e normativas também evidenciam que é dever do poder público prover condições para que esse ator social tenha condições de cumprir com seus deveres, sendo esse, talvez, o maior desafio a se ultrapassar para a apropriação social e cultural dos recursos naturais como patrimônios por suas comunidades, especialmente em áreas tão vulneráveis socialmente como as que analisamos, em que condições vividas não favorecem esse fim.

A Declaração de Nairobi (1982), supracitada, apontou que, a partir da Declaração de Estocolmo (1972), muitos países adotaram para si uma legislação nacional ambiental, o Brasil foi um deles.

Apesar de desde sua antiga Constituição Federal, de 1937 (BRASIL, 1937a, s.p.), em seu artigo 134, ser destacado que “os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza” deveriam gozar “... da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios”, a década de 1980 foi o marco na ampliação de sua legislação de amparo ambiental, com leis e ações supraconstitucionais a 1988 e a própria Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Em 1981, o Brasil promulgava a lei 6938 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que em seu artigo 2º declara por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981, s. p.).

Entre seus princípios, podemos destacar: “ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;” também, “proteção de

áreas ameaçadas de degradação” e a garantia da “educação ambiental a todos os níveis do ensino” (BRASIL, 1981).

Ribeiro (2007, p.104) destaca que, desde 1985, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), houve a inclusão de diretrizes para a preservação do patrimônio natural junto ao patrimônio cultural, todavia, após duas décadas, ainda se percebia “... privilégio de aspectos artísticos, históricos, arquitetônicos, urbanísticos, arqueológicos e documentais do patrimônio”.

Em 1988, a carta magna, representada pela nova Constituição Federal, é creditada como baliza para a ampliação da noção do conceito de Patrimônio Cultural. A partir de seu artigo 216, que define os bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro, traz-se à tona a perspectiva material e imaterial do bem cultural, bem como, somando a estes bens, os de valores ecológicos configurados, também, como patrimônios culturais da nação (BRASIL. Constituição Federal de 1988. Seção II, Artigo 216).

Mesmo que em 1937 se reconhecesse que o meio ambiente necessitava de cuidados especiais, antes de 1988 não existiam cartas, internacionais ou nacionais, que discutissem o natural na perspectiva de seu papel social, de forma apurada e específica, como discutimos no anteriormente neste capítulo.

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 relata a responsabilidade social pela defesa de um meio ambiente equilibrado e, conseqüentemente, o dever do uso consciente. O artigo 225 nos diz que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” além de “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio”; [...] promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988. Artigo 225) tudo isto sobre a finalidade de que se fizermos bom uso do espaço não estamos preservando o meio ambiente apenas para os nossos, mas nos preocupando em deixar para as gerações futuras um local em boas condições, afinal pensar no patrimônio natural por sua relação homem e natureza é validar a qualidade de vida proposta no ambiente antes mesmo de pensar em apropriação ou pertencimento, afinal a lei é clara sobre os nossos direitos, mas o que estamos fazendo na prática que conduza a um uso do patrimônio de caráter equilibrado conscientemente?

E ao falarmos do uso equilibrado e consciente, em 1998, a Lei de Crimes Ambientais 9.605/98 esclarece o que seriam as infrações contra o meio ambiente e quais penalidades se aplicam, avaliando as pertinentes a esta pesquisa, exemplificamos:

Art. 29. **Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre**, nativos ou em rota migratória, **sem a devida permissão**, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida [...]

Art. 32. **Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos**: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. [...]

Art. 38. **Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação**, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Art. 38-A. **Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica**, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. [...]

Art. 40. **Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação** [...] independentemente de sua localização: Pena - reclusão, de um a cinco anos. [...]

Art. 41. **Provocar incêndio em mata ou floresta**: Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa. [...]

Art. 54. **Causar poluição de qualquer natureza** em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. [...]

Art. 55. **Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença**, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa. (BRASIL, 1998, grifo nosso)

Cientes de que a descrição destes conceitos se validam pelo uso de uma unidade de conservação que é também o lar de espécies da fauna e flora - inclusive espécies em extinção a serem notificadas nos próximos capítulos; ela também sofre de impactos como as queimadas as quais podem ser naturais ou provocadas e uso indevido do espaço que acarretam inúmeros outros impactos, estes todos que podem ser prevenidos se o homem souber como preservar o local mesmo que não disponha de acesso direto a unidade em si. Mas não há relação com a natureza se não soubermos ou sequer nos preocuparmos em preservá-la.

Outras leis de proteção ao meio ambiente foram discutidas no final da década de 1990, assim como importantes cartas patrimoniais que fazem parte do cenário mundial de discussão do patrimônio cultural natural foram estabelecidas, como as, supracitadas, Carta de Cabo Frio (1989), Declaração de São Paulo (1989), Carta do Rio (1992), e que por terem sido definidas no Brasil, tiveram importante impacto na perspectiva nacional. Mas o ano de 2000, com a Lei 9.985 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que não só ampara as áreas protegidas públicas, mas também privadas, é o grande destaque no que tange à nossa legislação de salvaguarda do patrimônio ambiental, pois amplia as categorias e subcategorias de Unidades de Conservação (UC), antes definidas pela Lei 6.902/81 que se limitava as Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (BRASIL, 1981).

De acordo com a Lei que cria e implementa o SNUC:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - **unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais,**

incluindo as águas jurisdicionais, **com características naturais relevantes**, legalmente instituído pelo Poder Público, **com objetivos de conservação** e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O artigo da Lei ainda define termos importantes, entre eles os mais relevantes para a pesquisa:

II - Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural [...];

V - Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - Proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais [...];

VIII - Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX - Uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

X- Uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

XI - Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável [...];

XVI - Zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - Plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII - Zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade [...] (BRASIL, 2000, grifo nosso)

Bem como, o SNUC divide as UCs em duas categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As de Proteção Integral são: “estação ecológica; reserva biológica; parque nacional; monumento natural; refúgio de vida silvestre” (BRASIL, 2000).

Tratando-se de um parque natural o nosso objeto de estudo, sua definição corresponde a categoria parque, este que se administrado pela União é conhecido como Parque Nacional, se administrado pelos estados, Parque Estadual; já se gerido pelos municípios Parque Natural Municipal, porém independente do órgão gestor sua definição é a mesma proposta pelo SNUC:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. [...] (BRASIL, 2000, grifo nosso)

Valendo também mencionar que existem as UCs de Uso Sustentável as quais se subdividem em: “área de proteção ambiental; área de Relevante Interesse Ecológico; floresta nacional; reserva extrativista; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável; e reserva particular do patrimônio natural” (BRASIL, 2000).

Em conformidade com a Lei, as UCs são instituídas por órgãos públicos, e, mesmo que venham a ser geridas, total ou parcialmente, por uma entidade privada, precisam dispor de um plano de manejo que as caracterizem e estipulem melhores ações de uso público e gestão que assegurem medidas de controle das populações que habitam o interior ou arredores destes territórios de acordo com as suas categorias previamente descritas (BRASIL, 2000).

Portanto, a Lei que cria o SNUC não só comunga com o conceito de patrimônio natural, mas define terminologias utilizadas para a gestão das áreas naturais e parâmetros de legislações para a proteção destes espaços enquanto bem, também almejando reduzir impactos, e aprimorar o melhor uso do espaço em conservação não importando a sua finalidade, todavia se preocupando com o melhor e consciente usufruto de uma UC, se atendo às suas categorias e como propor uma interação que vise a apropriação do sítio em questão não só para o seu reconhecimento, mas a priori como conservá-lo.

Por isso, o SNUC estabelece em seus objetivos:

- I - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica** e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - Proteger as espécies ameaçadas de extinção** no âmbito regional e nacional;
- III - Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;**
- IV - Promover o desenvolvimento sustentável** a partir dos recursos naturais;
- V - Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza** no processo de desenvolvimento;
- VI - Proteger paisagens naturais** e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;**
- VIII - Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;**
- IX - Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;**
- X - Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica,** estudos e monitoramento ambiental;
- XI - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;**
- XII - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental,** a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente** (BRASIL, 2000, grifo nosso).

Ou seja, especialmente os itens VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, da legislação citada, asseguram a interação do homem com o lugar na perspectiva do que compreendemos como patrimônio cultural e do que as cartas patrimoniais defendem ao longo de suas edições

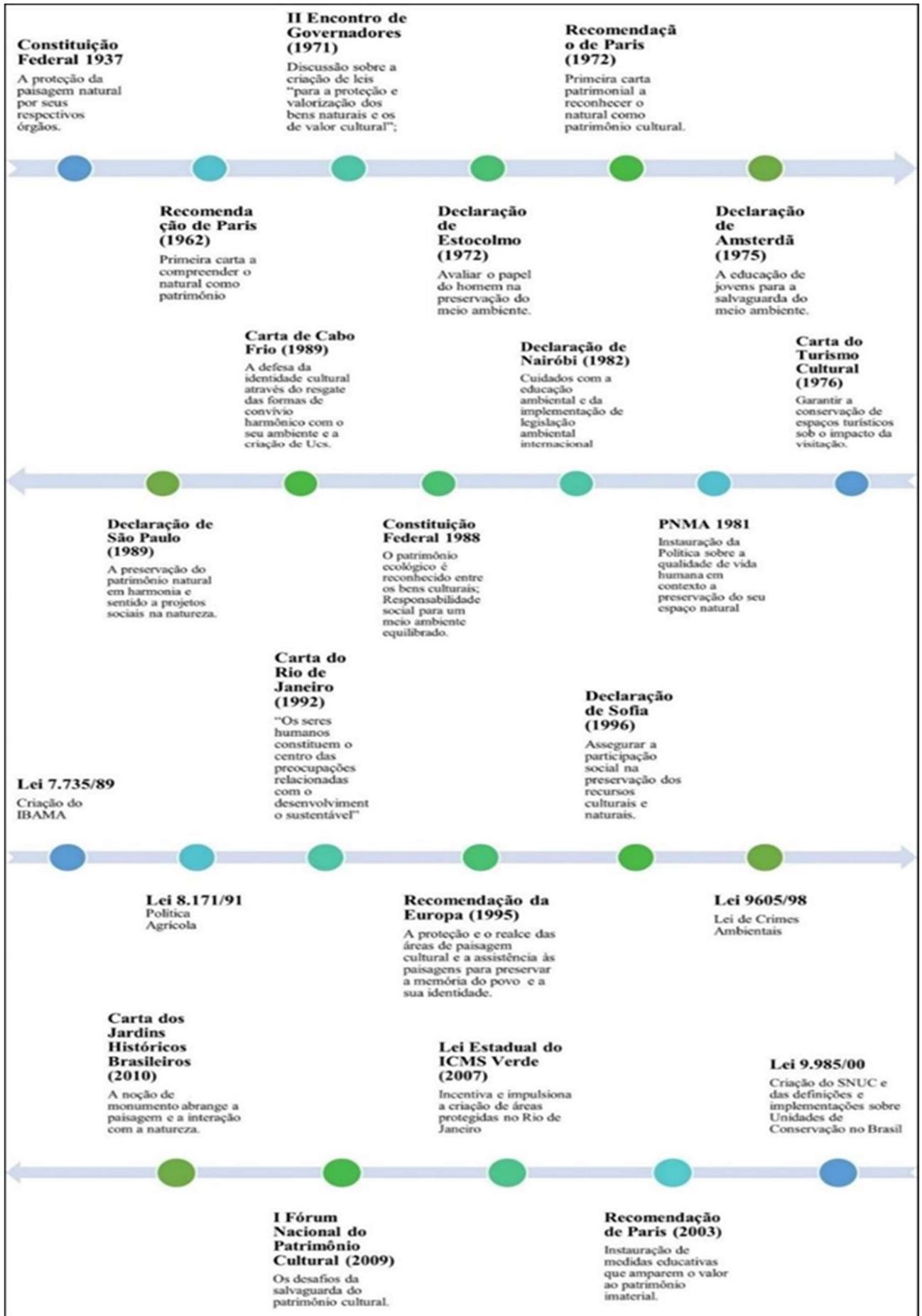
discutidas no tópico anterior deste capítulo.

No Estado do Rio de Janeiro, para assegurar a gestão das UCs que podem ser caracterizadas em federais, estaduais ou municipais, estas últimas estão amparadas pela Lei Estadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Verde, de 2007, que “incentiva e impulsiona a criação de áreas protegidas” sob o objetivo de “compensar monetariamente os municípios pela restrição ao uso de seu território, principalmente no caso de unidades de conservação”, como melhor discutiremos no capítulo seguinte (RICHTER *et al.*, 2019, p. 26)

Nesse sentido, ainda que as discussões sobre legislações ambientais a nível nacional discorram independentes da construção do conceito de patrimônio natural, pode-se observar questões em comum, desde quais são os bens culturais que compõem esta categoria de patrimônio, “natural, bem como medidas de salvuardá-los e aproximá-los da sociedade.

A figura a seguir (Figura 1), resume a evolução da legislação ambiental e discussão quanto à conservação, preservação dos bens naturais no Brasil e no mundo.

Figura 1: Evolução da Legislação Ambiental e discussão quanto à conservação, preservação dos Bens Naturais no Brasil e no mundo.



2.3 A Perspectiva de um Contraponto

Como discutido, na legislação brasileira, desde a década de 1930, havia a previsão legal da responsabilidade da União, Estados e Municípios da salvaguarda dos recursos naturais, o que se reforçou com a constituição cidadã, de 1988, que passou a prezar pela democracia e participação social na gestão da coisa pública. Assim, o Brasil, assim como Japão, França e Suíça⁹, acabaram sendo referências no que tange ao cenário legal de cuidado com o natural, uma vez que “esses países introduziram pioneiramente uma nova abordagem ao situar a natureza, de maneira indissociável, à preocupação com o monumento histórico (SCIFONI, 2006, p. 60).

No entanto, mesmo com uma rígida e realista legislação ambiental Brasileira, Moreira *et al.* (2021) afirmam que, no Brasil, problemas de corrupção levam nossos líderes políticos a não enxergarem o meio ambiente como uma prioridade, com isso a sociedade se abstém de suas responsabilidades e de como melhor pode se valer destes territórios. De acordo com o autor:

Mesmo após uma série de conferências e significativas transformações no processo da evolução da legislação ambiental, há uma perda de ritmo no que diz respeito ao enfrentamento das questões ambientais [...]. Apesar dos avanços em vários setores, os princípios de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável continuam sendo vistos como um impedimento para o crescimento econômico (MOREIRA *et al.*, 2021, p.14).

Nesse sentido, ainda que, em determinados casos, defenda-se que os bens naturais já estejam protegidos pela legislação ambiental, a mesma não contempla a responsabilidade por seu valor cultural – algo complexo e interdisciplinar que não compete somente à perspectiva ambiental, mas as demais configurações histórico-culturais que um patrimônio assume, sendo de igual responsabilidade, dos órgãos públicos e das comunidades, atribuir o devido valor ao bem para conservá-lo e, posteriormente, tombá-lo ou registrá-lo como patrimônio cultural natural.

Tendo em mãos, indicativos de que o patrimônio natural surge a partir de seu reconhecimento oficial (tombamento ou registro); logo, é preciso concordar que - diante desta perspectiva - nem toda UC é um patrimônio natural e nem seria de interesse desta pesquisa corroborar com esta afirmação. A ideia em pauta é, mesmo que não reconhecimento o sítio em voga oficialmente, possamos reconhecê-lo como patrimônio pelo valor social que a ele

⁹ O Japão foi o país “pioneiro na inclusão do termo monumento natural em uma legislação federal” ampliando a categoria a “parques, jardins e alinhamentos de árvores da cidade de Tokio” (SCIFONI, 2006, p. 60). A França, por ser “o berço da criação de uma legislação patrimonial”, como afirma Scifoni (2006, p.61), teve a noção de monumento natural, e sua consequente proteção, como preocupação institucional, também ampliando o olhar para a categoria.

agregamos seja amparado por lei ou por seu valor multicultural ainda a ser descrito não só para a natureza, mas para a sociedade que dele usufruir.

De todo modo, é evidente que “a criação de áreas protegidas pode ser considerada como importante estratégia de gestão do território, regulando as dinâmicas de uso e ocupação” (PIMENTEL *et al.*, 2011, p. 155), principalmente se almejamos a participação efetiva das comunidades locais. Queiroz (2018, p.34) afirma que “a criação dos parques tem permitido, de certa maneira, a inserção social nesses espaços, embora, de maneira considerada ainda distante do ideal” (QUEIROZ, 2018, p. 34). Deste modo, é necessário reforçar a “valorização”, na perspectiva cultural e identitária, como estratégias para sua salvaguarda nestas áreas protegidas.

É necessário, buscar apoio de órgãos públicos e privados para o desenvolvimento de atividades educativas, de lazer, turismo e gestão de UCs, incentivar a participação ativa dos grupos do entorno, assegurar a sustentabilidade destes sítios e garantir a preservação das comunidades tradicionais, como determinam as diretrizes da Lei 9.985 de 2000, que cria o SNUC, anteriormente citada.

Na Constituição Federal de 1988, no § 1º, do artigo 216 da Constituição de 1988, é apresentado que “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro” (BRASIL, 1988).

Na mesma carta magna, no § 3º, do artigo citado, também, fica evidente que a lei deve estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais por todos os envolvidos, ou seja, prevê a construção social do entendimento do que deve ou não ser considerado patrimônio cultural em nosso país.

Essas determinações legais levaram ao tombados/reconhecimento de alguns bens naturais por representarem valor material e/ou imaterial ao país. Em nível nacional, temos a Serra do Mar, no Paraná, tombada em 1986; a Serra do Ibitipoca, em Minas Gerais, tombada em 1989; e, o Parque Henrique Lage e a Ilha Grande no Rio de Janeiro, tombados, respectivamente, em 1965 e 1987 (SCIFONI, 2006)¹⁰.

Importante destacar, sob o olhar desta autora que o Rio de Janeiro foi pioneiro nos

¹⁰ Além das áreas naturais reconhecidas como patrimônio natural, em âmbito nacional, o Brasil conta, ainda, com sete patrimônios naturais, reconhecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2020) como patrimônio natural da humanidade, o Parque Nacional do Iguaçu, reconhecido em 1986; a Mata Atlântica – Reservas do Sudeste, reconhecida em 1999; a Costa do Descobrimento – Reservas da Mata Atlântica, reconhecida também em 1999; o Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central, reconhecido em 2000; o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, reconhecido em 2000; as áreas protegidas do Cerrado - Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, reconhecidas em 2001; e, as Ilhas Atlânticas Brasileiras - Fernando de Noronha e Atol das Rocas, reconhecidas em 2001; e, recentemente, em 2019, o Brasil, teve reconhecido o seu primeiro sítio misto de patrimônio da humanidade, que articula o cultural e o natural, Paraty e Ilha Grande, entre a Serra da Bocaina e Oceano Atlântico, no estado do Rio de Janeiro (UNESCO, 2020).

tombamentos de bens naturais do Iphan: Jardim Botânico, Passeio Público, Praias de Paquetá, Ilha de Boa Viagem (Niterói), Parque do Palácio Imperial (Petrópolis), anos 1970: morros (Corcovado, Dois Irmãos, Babilônia, Cara de Cão, Urca, Pão de Açúcar, Pedra da Gávea) e outros que se seguem nos anos seguintes (Dedo de Deus 1990).

Todavia, pouco se avançou na conscientização de que o patrimônio natural impondo a este conceito certos desafios, da mesma forma que o patrimônio histórico - material e/ou imaterial, é uma construção social e que a sua salvaguarda só será garantida a partir da apropriação cultural dos recursos naturais pelas comunidades de seu entorno. Desafios estes que, por exemplo: no Brasil, sabe-se que, a política de patrimônio nasce com o decreto lei n.25/1937, associando o patrimônio natural à ideia de monumento (aspectos notáveis) e ao longo do tempo o IPHAN reconhece o patrimônio natural como bem paisagístico.

Porém, a proteção do patrimônio natural no contexto do mesmo órgão se enfraquece ao longo dos anos. Temos uma mudança nos critérios de tombamentos das áreas naturais: até os anos 1980, eram mais importantes os valores estéticos; entre 1980 e 2000, valores ecológicos e científicos. Há dez anos (2013), a Coordenadoria do Patrimônio Natural é extinta e enfraquece as ações de proteção do patrimônio natural no contexto do Iphan: poucos pedidos são efetivados, pequena representatividade dos bens naturais diante dos culturais e concentração geográfica dos tombamentos.

Moreira e Escorel (2010, p. 986), ao definir participação social, o que para nós subsidia a construção social, a apresentam como “um conjunto de relações culturais, sociopolíticas e econômicas em que os sujeitos, individuais ou coletivos, diretamente ou por meio de seus representantes” atuem para determinado fim. E, para Barcellos (2017), invocar a participação social para com o patrimônio, trata-se de um processo cuja compreensão e participação são fundamentais, portanto, ao conectar a participação social com o patrimônio natural, é importante destacar “a experiência individual e coletiva, caracterizando o patrimônio como a representação da diversidade cultural presente” (PEREIRA, 2018, p.42). Logo, é impossível separar o homem do ambiente ao qual ele vive para tratá-lo como patrimônio.

Conforme o uso social que se dá ao bem natural com o passar do tempo, os bens protegidos são ressignificados, revigorando o patrimônio paisagístico, até então não identificados ou qualificados de acordo com a prática social (WEISSHEIMER E MONGELLI, 2017).

Deste modo, de acordo com Costa e Serres (2014), o ator social exerce um papel fundamental para com o bem natural, pois, a melhor forma de se abordar as questões ambientais se dá mediante a interação e participação social, cabendo ao indivíduo compreender o seu papel

para a conservação e preservação do meio onde vive.

A discussão sobre as cartas patrimoniais, na Carta do Rio (1992), foi defendida que a melhor forma de abordar as questões ambientais é convocar a participação social, pois o homem é o centro das preocupações junto às ações sustentáveis, e deve buscar equilíbrio com a natureza, pensando sempre no usufruto das gerações futuras.

De igual forma, o Estado tem papel fundamental para fortalecer a sustentabilidade, garantindo o crescimento econômico e social sem deixar de abordar as questões que levam ao desgaste do habitat natural, tendo como base, políticas que conduzam o indivíduo à responsabilidade de cuidar do seu entorno, e, caso contrário, puni-lo, impondo devidamente as leis ambientais.

Entretanto, paradoxalmente, o caráter punitivo do Estado no campo ambiental foi justamente um fator que minou, em diferentes contextos, a participação social nos processos de criação e consolidação das áreas protegidas.

Para tanto, é importante levar o ser humano ao contato com o meio ao qual está envolvido, ao ponto de resguardar a importância de sua preservação e/ou conservação. Nesse sentido, a legislação, os projetos educacionais e os projetos de desenvolvimento socioeconômicos devem estar de fácil acesso às comunidades, para que estas tenham autonomia para aferir o valor de um patrimônio, seja ele qual for.

Especificamente, contemplando os objetivos deste trabalho, no Rio de Janeiro, o patrimônio cultural natural ainda é um assunto pouco explorado, visto que raras foram as declarações para estes bens no âmbito do órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural no estado, o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC). Ali estão protegidos como patrimônio cultural natural a Serra do Mar, cobertura florestal tropical, tombada, provisoriamente, desde 1991, que perpassa 38 municípios do estado; e, o Reservatório de Rio d'Ouro (figura 2), no município de Nova Iguaçu, tombado em 1989 (INEPAC, 2020).

Figura 2: Reservatório de Rio d'Ouro



Fonte: INEPAC, 2020.

Pereira (2018, p.47), destaca que entre os valores motivadores do tombamento de tais áreas, há “... um predomínio do cênico-paisagístico, seguido pelo valor histórico, somando 69% dos valores atribuídos na identificação do patrimônio natural”.

Em 2019, houve o tombamento do rio Carioca como patrimônio cultural pelo INEPAC¹¹, o primeiro curso d’água urbano tombado no país, e, neste tombamento se pode perceber a ação social como motivação para a declaração. De acordo com reportagem de O Globo, de janeiro de 2019, uma moradora do bairro Cosme Velho, declara que “os moradores jogavam lixo ali sem fazer ideia do que representava o rio. Mas após programas de conscientização, a percepção da comunidade mudou completamente”.

Assim, pode-se dizer que, ainda há muito que se avançar na compreensão do natural como um patrimônio diretamente relacionado ao modo de vida e de reprodução da sociedade. Os processos de declaração como patrimônio cultural natural ou os processos de tombamento destas áreas, seja em âmbito federal ou estadual, relacionaram-se até o momento à grandiosidade do monumento natural e não ao seu valor social às comunidades de seu entorno.

De igual modo, é preciso compreender que “a paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p. 66), o que afere a dependência do bem natural ao seu valor social sabendo que homem e espaço o compõem, e a sua conservação deva partir do interesse dos seus, como já se percebe em processos mais recentes como o tombamento do rio

¹¹ Reconhecido como o primeiro curso d’água a abastecer a cidade com água potável, ainda no Brasil Colônia. “O simbolismo do Rio Carioca como patrimônio da cidade vai além da herança do gentílico. Inicialmente fonte de recursos dos índios Tamoios, ele motivou a construção dos Arcos da Lapa, caminho para encher os chafarizes da cidade, incluindo o Chafariz da Carioca, hoje Largo, entre 1700 e 1800” (O GLOBO, 2019).

Carioca, cujo pedido partiu de um movimento social, cultural e ambientalista, e que nasce a partir do incentivo do contato da comunidade com o bem.

Como é o caso da Baixada Fluminense, que dispõe de diversos fatores motivadores que enalteçam a natureza como patrimônio, afinal todo o Estado é tomado pelo bioma Mata Atlântica e só na região dispomos de oitenta unidades protegidas (RICHTER *et al.*, 2019), mas que carece a princípio de valorização do próprio indivíduo que ali habita. Por isso, no intuito de valorizar a área protegida a partir da cultura e identidade para fortalecer sua salvaguarda, esse seria o papel da patrimonialização, buscando entender o patrimônio natural não como algo pronto, dado pela natureza; mas como construção social que se dá a partir da apropriação da comunidades e também do entorno almejando a apropriação da natureza como um reforçar de sua identidade, pois argumenta-se que é preciso avançar na concepção do patrimônio natural da esfera do grandioso para o valor social das comunidades.

Assim, para avançarmos nas discussões e melhor descrever a importância deste segmento patrimonial para essa dissertação, no próximo capítulo busca-se entender o espaço ao qual o bem natural que está inserido, neste caso o município de Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense, e, conseqüentemente, compreender a relação que os habitantes desta região assumem para com a natureza ao seu redor.

3. CAPÍTULO II O PATRIMÔNIO NATURAL E A BAIXADA FLUMINENSE

Localizada na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (RMRJ), a Baixada Fluminense, de acordo com Santana et al (2013), é uma microrregião que surge a partir do ano de 1826, iniciando-se pela grande Iguaçu, que hoje é desmembrada em treze municípios independentes. Seu crescimento se deu pela expansão da linha férrea e pela migração dos mais pobres aos mais diversos perfis populacionais por questões sociais e econômicas.

Assim, neste capítulo, pretende-se discutir como esta região se forma, como seus habitantes se inserem (ou não) neste espaço, quais são as áreas naturais que a Baixada Fluminense concentra, e como se dá a interação homem e natureza nessa região.

3.1 A BF: Periferia da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro - RMRJ

De acordo com Figuerêdo (2004, p.7-8), no início do século XVIII, a Baixada é incluída no cenário econômico do Estado em função do “Ciclo do café; surgimento das primeiras vias férreas e a libertação dos escravos”. O café aparece como substituto da cana de açúcar, visto que seu cultivo era de menor expressão, e com isso a “monocultura cafeeira desenvolvida no plantio resultou para a Baixada Fluminense no surgimento e aglomerações populacionais” (FIGUERÊDO, 2004, p.7-8).

A região, hoje conhecida como Baixada Fluminense, era um entroncamento de caminhos que ligavam o Rio de Janeiro aos demais estados, seja por vias marítimas ou terrestres. Por ali, também passava a Estrada Real do Comércio, pela qual era escoada a produção de cana-de-açúcar e do café das áreas serranas de seu entorno.

Pelo advento das tropas comerciais, agrícolas e vias de acesso, a Baixada Fluminense começou a ser povoada, até meados do século XIX. Assim, vilas e povoados foram surgindo às margens desses caminhos, como Itaguaí, que, antes do Ciclo do Café, “era um imenso território dominado pelos jesuítas, fundação de colégios e aldeias indígenas”, e a vila de Iguassú, origem do município de Nova Iguaçu, criada em 1833, que levava o mesmo nome do rio que por ela cruzava (FIGUERÊDO, 2004, p. 8). Em contrapartida, a partir da segunda metade do mesmo século, a região entra em crises e abandono.

A ferrovia contribuiu de maneira decisiva para a crise na Baixada Fluminense, outros fatores atuaram de forma definitiva, a abolição da escravidão em 1888, contudo a própria proibição do tráfico negreiro em 1850, já havia provocado efeitos sobre a área que utilizava-se dessa mão-de-obra para movimentar engenhos; a monocultura canavieira; cultivo nas várzeas; abertura de valas, regos e canais tornando as terras mais enxutas; limpeza, desobstrução e conservação dos rios e canais; a decadência da vida agrícola que esbarrava com as terras desgastadas pela cultura canavieira e a

concorrência da cana campista (FIGUERÊDO, 2004, p.9).

Portanto, até as últimas décadas do século XIX, a crise na Baixada Fluminense se sucedeu, principalmente, por questões econômicas e sociais.

De acordo com Pereira (1977), no século XX, a esperança de saída da crise econômica se deu a partir do plantio de laranjas, o que revolucionou a estrutura socioeconômica local. Seus pomares se estendiam por diversos bairros, seu cheiro era tão forte e agradável que a cidade era conhecida como Cidade Perfume.

Em função de interesse no produto, Figuerêdo (2004, p.12), afirma que muitas empresas aplicavam seus capitais “na aquisição de grandes extensões de terra que as subdividiam e as arrendavam para o plantio da laranja, encarregando-se as próprias firmas no beneficiamento e exportação” do produto.

Graças ao lucro e prosperidade dos laranjais, “em especial entre os períodos de 1920 a 1940, tem-se um aumento populacional na área rural, decorrente do fluxo de mão-de-obra utilizada, incluindo-se assalariados, meeiros e lavradores.” E, em consequência, Nova Iguaçu se torna a principal redistribuidora do produto da região, beneficiando o negócio privativo e a população rural que dependia da produção das laranjas para seu sustento familiar e profissional (FIGUERÊDO, 2004, p.12)

Por conta da expansão no mercado agrícola, a primeira metade do século XX se caracteriza pela ampliação da zona rural no município, em contrapartida, na segunda metade do mesmo século, passa-se à expansão urbana, graças aos investimentos públicos que maximizam o sistema de transporte a partir de novas rodovias que influenciam a região, como a:

Rodovia Washington Luiz, a antiga Rio - São Paulo, a Avenida Automóvel Club; expansão da rede elétrica; implantação do programa de saneamento da Baixada (elaborado pelo governo de Getúlio Vargas, em 1934) visando solucionar problemas que sempre a assolam, possibilitando desenvolvimento dos transportes e ocupação de terras; além da eletrificação da ferrovia ramal Central do Brasil – Japeri em 1938 até Nova Iguaçu, atingindo Japeri em 1943. (FIGUERÊDO, 2004, p.14)

Ainda que com a expansão das áreas rurais e urbanas e de alguma infraestrutura, a Baixada Fluminense passou a ser vista como uma região periférica pelo Estado, principalmente por estar circunscrita na região metropolitana do RJ e dispõe de características tão singulares e irregulares se comparadas ao centro e zona sul, o que pode acabar interferindo no próprio olhar do morador sobre o local.

Ademais, quando pensamos no grupo populacional que nela se encontra, identificamos uma diversidade cultural desde descendentes de indígenas e escravizados fugidos, até fazendeiros afetados pelas crises de seus respectivos ciclos econômicos, sem esquecer, dos

brasileiros, de outras regiões ainda mais pobres, que para a região migraram em busca de condições de trabalho e moradia melhores.

Assim, tal processo histórico, de construção da região e ocupação, imprime à sua imagem, e mesmo realidade, uma estrutura socialmente marginalizada, inferiorizada que imprime ao morador um olhar depreciativo sobre o espaço de moradia, como esperar que ele o valorize e o cuide? Se a própria mídia local e do Estado descaracteriza essa oportunidade de reconhecer a BF por seu valor histórico, social e cultural?

De acordo com Senra e Andrade (2017), a Baixada Fluminense, diante de seu processo de ocupação, conformou-se por municípios, visualmente, insalubres, que, dependendo da região, assumem características entre rural e urbano, e, que, desde as décadas de 1970 e 1980, são divulgados pela imprensa regional a partir de uma imagem de violência, baseada em corrupção e na ação de milícias.

Hoje, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020), nos treze municípios da Baixada Fluminense: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica, a população corresponde a 3.908.510 pessoas, equivalentes a, aproximados, 23%¹² da população total do estado do Rio de Janeiro.

E, de acordo com os dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2016), seus indicadores socioeconômicos per capita são inferiores se comparados com os do Estado, ainda que exista uma pequena parcela nestes sítios que disponha de um maior poder aquisitivo nos grandes centros urbanos, como em Nova Iguaçu e em Duque de Caxias. Populações das regiões rurais, como em Japeri, tendem a viver em condições totalmente adversas e precárias, mesmo a poucos quilômetros destes centros.

Nos últimos anos, grandes empreendimentos industriais se instalaram na região, elevando a Baixada Fluminense a um importante patamar econômico, ao que tange ao seu Produto Interno Bruto (PIB), mas isso não refletiu como um dado favorável ao desenvolvimento das cidades in loco, uma vez que, em função dos reflexos derivados da “pobreza, precariedade dos serviços urbanos, clientelismo e personalismo político e, talvez aquela que seja a imagem mais difundida, a violência”, por ausência de segurança pública na região (SENRA e ANDRADE, 2017, p. 266).

Uma concentração populacional, corresponde a uma das maiores de todo o continente, que possui indicadores de pobreza lastimáveis quando comparados ao do estado do Rio de

¹² Cálculo feito pelo autor ao somar as populações estimadas das cidades no ano de 2020 em razão da população total do Estado dispostos pelo IBGE (2020).

Janeiro (SEBRAE, 2016, p. 8-9).

No município de Japeri, por exemplo, visualizamos que aproximadamente 46% da população vive em condições abaixo da linha de pobreza, e, com exceção de Itaguaí, por intermédio da indústria de petróleo, nenhum dos municípios da Baixada Fluminense alcança a média do PIB *per capita* do estado (SEBRAE, 2016, p. 9).

Tal situação não colabora para que sua população queira se identificar/ relacionar ao/com seu lugar de moradia, já que o morador precisa deslocar-se para outros polos, como a capital fluminense, para trabalhar e/ou ter acesso a melhores serviços e ao lazer, muitas das vezes até por carência de informação e como acessá-las.

Ademais, a Baixada Fluminense, em 2015, por efeitos da crise econômica, registrou um total de quase 179 mil desempregados (SEBRAE, 2016, p. 16), o que agravou sua vulnerabilidade social, como observaremos nas tabelas a seguir.

Para uma melhor compreensão da situação de vulnerabilidade destes municípios, cada um dos dados em destaque é apresentado junto a posição que ocupa referente aos 92 municípios, situados no estado do Rio de Janeiro, vide tabela 1.

Tabela 1 : Dados sobre a situação demográfica da Baixada Fluminense

MUNICÍPIO	ÁREA [2021]/ km ²		URBANIZAÇÃO [2019]/ km ²		SANEAMENTO [2010]/ %		EXPOSIÇÃO A RISCO [2010]/ pessoas		POPULAÇÃO [2021]		DENSIDADE DEMOGRÁFICA [2021] ¹³ hab/km ²
BELFORD ROXO	78,985	84°	62,89	12°	81,4	34°	53.204	5°	515.239	6°	6.523,25
DUQUE DE CAXIAS	467,319	34°	138,68	2°	85,3	19°	NI ¹⁴	-	929.449	3°	1.988,9
GUAPIMIRIM	358,443	49°	27,15	28°	68,5	58°	NI	-	62.225	35°	174,08
ITAGUAÍ	282,606	62°	35,36	21°	77,5	42°	NI	-	136.547	24°	483,17
JAPERI	81,697	83°	21,49	31°	68,3	59°	NI	-	106.296	28°	1.301,1
MAGÉ	390,775	43°	64,72	11°	63,2	71°	NI	-	247.741	12°	633,97
MESQUITA	41,169	90°	13,83	42°	93,3	7°	NI	-	177.016	19°	4.299,74
NILÓPOLIS	19,393	92°	9,58	52°	98,7	1°	NI	-	162.893	21°	8.399,58
NOVA IGUAÇU	520,581	31°	122,99	4°	83,1	23°	NI	-	825.388	4°	1.585,51
PARACAMBI	190,949	71°	6,88	59°	83	24°	NI	-	53.093	38°	279,36
QUEIMADOS	75,927	86°	27,69	27°	83,4	21°	NI	-	152.311	23°	2.006,02
SÃO JOÃO DE MERITI	35,216	91°	35,21	22°	94,2	6°	86.185	2°	473.385	8°	13.442,33
SEROPÉDICA	265,189	63°	30,28	25°	64,1%	69°	NI	-	83.841	32°	316,16

Fonte: os autores, 2023.

¹³ Cálculo realizado pelo pesquisador devido a desatualização de dados disponibilizados pelo IBGE, este que só menciona a densidade de 2010, porém como temos os dados estimativos da população e da área territorial, é possível mensurar uma realidade mais atual.

¹⁴ Não informado (NI).

Embora alguns destes dados estejam desatualizados, eles nos apontam algumas situações que refletem as motivações para o estigma negativo que muitos têm deste território geográfico.

Em municípios como Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti – as menores cidades da região – observamos um grande aglomerado populacional desordenado. Outro agravante, é a urbanização e o saneamento, cujos dados além de desatualizados – de 2010 – só mensuram o básico, como a coleta de lixo.

Já dados, como o número de pessoas expostas a riscos e acidentes naturais, não estão disponíveis em todos os municípios¹⁵; sendo que os que mensuram, revelam o quanto estes valores são relevantes, aproximadamente 10% da população em Belford Roxo e 18% em São João de Meriti, para compreendermos a precariedade vivida por suas populações.

Portanto, os municípios da região são majoritariamente urbanos, e, apesar de cercados pelo bioma Mata Atlântica, estão expostos a problemas socioambientais graves, como o acúmulo de resíduos em rios, poluição, favelização, esgoto a céu aberto e enchentes, como observamos anualmente e na história da Baixada Fluminense.

Silva (2015, p2) relata que, desde a década de 1880, a região da Baixada Fluminense naturaliza uma “imagem de insalubridade a partir da relação de causa e efeito entre alagamentos e propagação das doenças”. Em 1902, houve a tentativa do governo estadual de melhorar este espaço pelo desenvolvimento da agricultura, visto suas terras serem reconhecidas para expansão econômica, mas, com o passar dos anos, a região voltou a ser vista como terra de ninguém, sendo desamparada por políticas públicas (SILVA, 2015).

Problemas socioeconômicos, como a pobreza, o desemprego e o baixo desenvolvimento humano, também são retratados pelos dados da Tabela 2.

Tabela 2: Dados sobre a situação econômica da Baixada Fluminense

MUNICÍPIO	SALÁRIO-MÉDIO [2020]		PESSOAL OCUPADO [2020]		LINHA DE POBREZA [2010]		PIB [2020]		IDHM [2010]	
BELFORD ROXO	2,3	18°	6,2%	92°	39,3%	6°	R\$ 17.709,09	90°	0,684	71°
DUQUE DE CAXIAS	2,5	14°	17,2%	48°	37,8%	15°	R\$ 50.997,67	19°	0,711	49°
GUAPIMIRIM	2,0	37°	12,2%	78°	37,2%	23°	R\$ 19.142,34	81°	0,698	59°
ITAGUAÍ	3,0	8°	20,4%	31°	37,1%	25°	R\$ 65.543,64	9°	0,715	39°
JAPERI	2,1	30°	8,2%	91°	41,4%	2°	R\$ 13.826,86	92°	0,659	84°
MAGÉ	1,6	83°	10,4%	87°	38,20%	10°	R\$ 18.027,90	86°	0,709	51°

¹⁵ De acordo com o site do IBGE, quando não há o registro de exposição a risco ou é em razão do município não ser monitorado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) ou não foram disponibilizados por sigilo estatístico.

MESQUITA	1,8	57°	9,6%	89°	36,5%	28°	R\$ 14.333,14	91°	0,737	16°
NILÓPOLIS	1,6	83°	11,9%	82°	33,8%	58°	R\$ 18.346,58	85°	0,753	9°
NOVA IGUAÇU	1,9	48°	12,1%	79°	38,7%	8°	R\$ 20.895,09	72°	0,713	43°
PARACAMBI	1,7	67°	12,3%	77°	36,8%	27°	R\$ 19.013,70	82°	0,72	33°
QUEIMADOS	2,1	30°	11%	85°	39,1%	7°	R\$ 25.446,02	55°	0,68	74°
SÃO JOÃO DE MERITI	1,7	67°	12,1%	79°	35,4%	38°	R\$ 19.243,71	80°	0,719	34°
SEROPÉDICA	3,7	4°	18,7%	38°	37,4%	21°	R\$ 55.744,92	17°	0,713	41°

Fonte: os autores, 2023.

Um povo que dispõe de poucos recursos; impactado pelo baixo índice de ocupação em exercício profissional; e que convive com a desigualdade, pobres cercados por um pequeno grupo privilegiado socialmente, equiparando-se à realidade de quem vive na zona sul ou Barra da Tijuca da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo.

Magé e Nilópolis se destacam por estarem entre os dez municípios com os menores salários-mínimos no estado, em contrapartida de Itaguaí e Seropédica, que estão entre os dez com maiores salários devido à presença de um polo industrial e do corpo docente universitário, respectivamente em seus territórios. Belford Roxo, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis e Queimados estão entre os dez piores classificados no ranking de registro de pessoal ocupado, isto é, entre os locais com mais desempregados. Belford Roxo, Japeri, Magé, Nova Iguaçu e Queimados, também, entre os dez primeiros do ranking de precariedade e vulnerabilidade econômica. Ainda, Belford Roxo, Japeri, Magé, Mesquita e Nilópolis entre os dez piores PIBs do estado.

A Tabela 3 traz dados sobre a educação nesses municípios.

Tabela 3: Dados sobre a educação na Baixada Fluminense

MUNICÍPIO	ESCOLARIZAÇÃO [2010]		ESCOLAS [2021]	IDEB (Anos Iniciais) [2021]		IDEB (Anos Finais) [2021]	
BELFORD ROXO	96,2%	82°	257	4,8 ¹⁶	83°	4,1	83°
DUQUE DE CAXIAS	96,1%	85°	567	4,3	91°	4,1	83°
GUAPIMIRIM	97,6%	51°	31	5,4	48°	4,8	51°
ITAGUAI	97,6%	51°	91	5,2	63°	4,6	63°
JAPERI	96,6%	77°	53	4,5	90°	4,1	83°
MAGE	97,7%	45°	136	5,2	63°	4,4	72°
MESQUITA	97,9%	41°	86	5,2	63°	4,2	82°
NILÓPOLIS	96,7%	72°	100	5,2	63°	4,4	72°
NOVA IGUAÇU	96,2%	82°	535	4,7	85°	4,4	72°
PARACAMBI	96,1%	85°	31	5,2	63°	4,9	43°

¹⁶ **A média mínima satisfatória para a classificação de uma boa educação é 6.** De acordo com “os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne as 30 nações mais desenvolvidas do planeta. A proposta é que todas as escolas do país cheguem a esse patamar até 2021” (TREVISAN, 2011, s. p., grifo nosso)

QUEIMADOS	95,7%	88°	76	4,7	85°	4,4	72°
SAO JOAO DE MERITI	96,6%	77°	289	4,6	88°	4,3	80°
SEROPEDICA	97,5%	56°	58	5,5	38°	5,2	22°

Fonte: os autores, 2023.

Como podemos observar, apesar de melhores dados no que tange à educação, muitos municípios da Baixada Fluminense dispõem de poucas unidades escolares, e a maioria está distante do índice 6,0, meta de qualidade para o IDEB, para garantia de uma educação adequada.

Em concordância aos dados aqui apresentados que ratificam a posição de vulnerabilidade social em toda a Baixada Fluminense, muitos outros fatores contribuem para o pouco/ ou a ausência de autorreconhecimento por parte população local, de seu lugar de moradia como parte de sua identidade, entendendo que “o qual pode ser caracterizado como um processo complexo de ligação psicológica que o indivíduo possui com o espaço” (PADILLA e HIGUCHI, 2006, p. 461), isto é, quando o homem passa a se conectar com o seu habitat, e mesmo que a pobreza e as condições sociais questionáveis não ratifiquem a valorização do pertencimento, certamente não facilitam.

Silva (2015, p.5; 9;12), afirma que

A Baixada Fluminense seria então um território específico dentro da Região Metropolitana, cuja **característica seria aquela de domínio do senso comum: sem estrutura urbana, ausência da atuação do Estado e violenta, ou seja, um não-lugar**¹⁷. Essa imagem se estabeleceria no imaginário popular, alimentada pelas manchetes de jornais.[...] A Baixada era uma região igual e diferente do restante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Igual na falta de estrutura urbana, da violência (apesar da mídia eleger somente a Baixada).[...] A Baixada Fluminense seria utilizada para designar uma região carente do Grande Rio (apesar das outras também o serem) e extremamente violenta (SIVA, 2015, pp. 5,9, 12)

Silva (2015), ainda revela que, nas décadas de 1960-70, apesar de tentativas de valorizar a região da Baixada Fluminense pela crescente agricultura, indústria e malha ferroviária, o olhar negativo pela violência, abandono e descaso imperaram essa mudança de imagem, e, até hoje, é difícil mesmo junto aos moradores fomentar o sentimento de pertencimento, ainda que esteja mais fácil acessar informações positivas sobre a região, o não reconhecimento, em muitas vezes, já vem enraizado.

[...] tal realidade fez com que fosse sendo criado uma propensão a baixa

¹⁷ “Lugar é o espaço vivido, do cotidiano, e que carrega consigo a afetividade e a memória [...] um espaço antropológico e que apresenta características identitárias, relacionais e históricas. [...] Os não-lugares, portanto, e ao contrário dos lugares, **são esvaziados do princípio de sentido para aqueles que o ocupam ou habitam**. Em sua expressão [...] de caráter transitório e que, sendo plenamente reconhecidos e assimilados pela sociedade moderna, **não promovem relações sociais autênticas e genuínas**. (SCHNEIDER, 2015, p. 69, grifo nosso)

autoestima em sua população e uma negação a se reconhecer no que a região representa. Assim, a Baixada Fluminense é campo fértil a discussão sobre movimentos em favor de uma população que busca, em seu cotidiano, resistir às dificuldades e à baixa autoestima como os que envolvem arte como forma de superação e manifesto do desejo de melhores oportunidades e qualidade de vida. (FOGAÇA e FARIAS, 2021, p. 6, grifo nosso)

O analista internacional, Emerson Caetano, oriundo da região, ao discutir as questões acima colocadas afirma que:

Desde criança percebi que muitas opções de cultura e de lazer ficavam longe da minha casa em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ). Hoje entendo que essa situação é consequência do baixo incentivo que o poder público dá para esse setor em cidades periféricas. Tudo isso faz parte de um projeto que dificulta o desenvolvimento cultural e econômico das regiões onde vivem principalmente negros e a população é mais pobre. Apesar da falta de interesse de quem governa, conheci na minha juventude organizações sociais e produtores culturais na Baixada que me incentivaram a questionar o modelo de cidade imposto para os moradores da região. Lembro que a minha primeira ocupação na defesa dos direitos humanos se deu por meio de eventos culturais promovidos por iniciativas locais. **Os coletivos Dandaras da Baixada, Sarau V, Cineclube Buraco do Getúlio, Grupo Arco-íris e tantos outros contribuíram para a construção do meu capital cultural, profissional e crítico. Mesmo com um importante trabalho prestado para sociedade, os agentes de cultura independentes enfrentam inúmeras burocracias que dificultam a execução de seus trabalhos.** De acordo com o Mapa da Desigualdade de 2020, levantamento feito pela Casa Fluminense, **apenas 0,1% do orçamento da minha cidade, Nova Iguaçu, é direcionado para a cultura.** [...] Estamos falando de cidades com grande contingente populacional e pouquíssimas bibliotecas públicas, salas de cinema, teatros e museus. **De acordo com o estudo da Casa Fluminense há apenas 19 museus nos 13 municípios da Baixada.** Na cidade do Rio de Janeiro, o número é sete vezes maior. **Essa desigualdade deixa evidente o apagamento da história e da memória dos territórios.** (CAETANO, 2021, grifo nosso)

Como se observa no depoimento, muitas das iniciativas culturais partem do próprio morador local que, diversas vezes, não consegue apoio dos órgãos públicos para financiar ou validar seus projetos. Nas escolas, pouco se fala da história local para os alunos da região, e poucas são as iniciativas que divulgam as qualidades presentes na Baixada Fluminense, desfavorecendo que se sintam parte do lugar.

A Baixada Fluminense se revela como um importante território no que tange aos remanescentes de recursos naturais do estado do Rio de Janeiro, uma vez que dos 36% de áreas verdes e florestais de Mata Atlântica de todo o estado, um terço encontra-se nos municípios abrangidos pela BF.

Assim, no próximo tópico desse capítulo listamos atrativos que possam complementar apropriando-se do natural no entendimento do patrimônio, circunscritos na região, em voga, sendo eles unidades de conservação, que mesmo ainda não contextualizadas ao estudo do patrimônio natural, todavia, possuem reconhecimento como áreas de conservação e proteção

ambiental, protegidas pelo SNUC e demais legislações estaduais e/ou municipais.

3.2 O Patrimônio Natural da Baixada Fluminense

Apesar de toda a problemática sociocultural vivida na Baixada Fluminense, em seu território se destaca, como citado, “importantes remanescentes de Mata Atlântica”. De acordo com Richter *et al* (2019, p. 20-21), há “80 UCs na configuração atual da Baixada Fluminense, excluindo-se as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, RPPN. Desse total, 26 são áreas de Proteção Integral e 54 de Uso Sustentável”, portanto áreas protegidas com imensurável potencial científico, para lazer e turismo sustentável.

Considerando a jurisdição administrativa, **são 66 unidades de gestão municipal, seis federais e oito estaduais**. Embora o significativo número de UCs sob gestão municipal, em termos de área de abrangência, destacam-se as estaduais, sendo **as federais as responsáveis pela maior proteção da Mata Atlântica**. Dentre as categorias de UC, a que se desponta são **as APAs, com cerca de 73% do total de área**, seguido pela categoria **REBIO, com 11%**, na qual a de Tinguá é a mais expressiva. Em seguida, a categoria **PARQUE, com 10%**, e **as demais encontradas na Baixada Fluminense cobrem cerca de 5%**. **As UCs encontradas na Baixada Fluminense possuem em sua composição uma área total de 3.875 km²**, e desse total aproximadamente 1.750 km² estão totalmente inseridos nos limites da Baixada Fluminense (cerca de 45%) (RICHTER et al., 2019,p. 22-23, grifo nosso)

O quadro 1, por sua vez, destaca as UC federais e estaduais presentes na Baixada Fluminense.

Quadro 1: UCs Federais e Estaduais na Baixada Fluminense

NOME	CATEGORIA	LOCAL	GESTÃO
Área de Proteção Ambiental de Petrópolis	APA	Guapimirim, Magé e Petrópolis	Federal
Área de Proteção Ambiental de Guapimirim	APA	Guapimirim, Rio de Janeiro	Federal
Estação Ecológica da Guanabara	ESEC	Guapimirim	Federal
Floresta Nacional de Mário Xavier	FLONA	Seropédica	Federal
Parque Nacional da Serra dos Órgãos	PARNA	Guapimirim, Magé, Petrópolis e Teresópolis	Federal
Reserva Biológica do Tinguá	REBIO	Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Nova Iguaçu e Petrópolis	Federal
Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macaé	APA	Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Guapimirim	Estadual
Área de Proteção Ambiental do Gericinó Mendanha	APA	Nilópolis, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro	Estadual
Área de Proteção Ambiental do Rio Guandu	APA	Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Paraambi, Pirai, Queimados, Rio Claro, Seropédica e Vassouras.	Estadual
Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu	APA	Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu	Estadual
Parque Estadual Cunhabebe	PARQUE	Angra dos Reis, Mangaratiba, Rio Claro e Itaguaí	Estadual
Parque Estadual do Mendanha	PARQUE	Mesquita, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro	Estadual
Parque Estadual dos Três Picos	PARQUE	Teresópolis, Guapimirim, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim.	Estadual
Refúgio da Vida Silvestre da Serra das Estrelas	REVIS	Duque de Caxias, Magé e Petrópolis	Estadual

Fonte: Richter et al¹⁸, 2019, p. 25-26

Entre as seis UC federais, três são de uso sustentável e três são de proteção integral, todas geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)¹⁹. O destaque entre as UC federais é a Reserva Biológica do Tinguá (Rebio Tinguá) que é a maior e a mais preservada UC da região, além das “áreas de manguezal em Guapimirim, ecossistema de preservação permanente”. Ademais, “se observa a sobreposição da Estação Ecológica da Guanabara com a APA Guapimirim” e a Floresta Nacional (FLONA) Mario Xavier, única UC desta categoria na região (RICHTER *et al.*, 2019, p. 24-25).

Já as UCs estaduais, estão sob a gestão do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA/RJ) e “predominam em relação à área total no âmbito da Baixada Fluminense”. O destaque é a Área de Proteção Ambiental (APA) Guandu e a APA Alto Iguaçu com cobertura vegetal nativa de 27% e 34%, respectivamente, o que indica “a necessidade de ações de restauração ecológica de modo a efetivar a implantação dessas Unidades”. A UC estadual mais recente é o Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) Serra da Estrela, criada em 2017, cujo objetivo é “assegurar um corredor de biodiversidade entre a REBIO Tinguá e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, compondo o corredor Central Fluminense de Mata Atlântica” (RICHTER *et al.*, 2019, p. 25).

¹⁸ Extraído do referencial teórico, mas editado e organizado pelos autores.

¹⁹ “Órgão federal responsável pela administração dessas áreas” (RICHTER *et al.*, 2019, p. 24)

O Quadro 2, destaca as UC municipais presentes na Baixada Fluminense.

Quadro 2: UCs Municipais na Baixada Fluminense

NOME	CATEGORIA	LOCAL	GESTÃO
APA Lago do Barro Vermelho	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Itaípu	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Wona	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Parque São José	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Nova Aurora Sul	APA	Belford Roxo	Municipal
APA São Francisco	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Sarapú	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Shangrilá Oeste	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Engenho do Calundu	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Shangrilá Sudoeste	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Xavantes	APA	Belford Roxo	Municipal
APA Pico da Bandeira	APA	Belford Roxo	Municipal
APA São Bento	APA	Duque de Caxias	Municipal
Parque Natural Municipal da Caixa D'água	PARQUE	Duque de Caxias	Municipal
Parque Natural Municipal da Taquara	PARQUE	Duque de Caxias	Municipal
Reserva Biológica do Parque Equitativa	REBIO	Duque de Caxias	Municipal
Parque Natural Municipal Nascente do Jaibi	PARQUE	Guapimirim	Municipal
Estação Ecológica do Paraíso	ESEC	Guapimirim	Municipal
Parque Natural Municipal das Águas de Guapimirim	PARQUE	Guapimirim	Municipal
ARIE Citrolândia	ARIE	Guapimirim	Municipal
APA do Guapi-Guapiacu	APA	Guapimirim	Municipal
APA do Saco de Coroa Grande	APA	Itaguaí	Municipal
APA Itaguaí Itingussú Espigão Taquara	APA	Itaguaí	Municipal
APA da Pedra Lisa	APA	Japeri	Municipal
APA do Rio Guandu	APA	Japeri	Municipal
APA da Normandia	APA	Japeri	Municipal
APA do Pico da Coragem	APA	Japeri	Municipal
ARIE das Maritacas	ARIE	Japeri	Municipal
ARIE do Citrópolis	ARIE	Japeri	Municipal
Parque Natural Municipal de Japeri	PARQUE	Japeri	Municipal
Refúgio da Vida Silvestre das Capivaras	REVIS	Japeri	Municipal
Refúgio da Vida Silvestre da Onça Parda	REVIS	Japeri	Municipal
Parque Natural Municipal Barão de Mauá	PARQUE	Magé	Municipal
APA Estrela	APA	Magé	Municipal
APA Suruí	APA	Magé	Municipal
RDS Véu das Noivas	RDS	Magé	Municipal
Parque Natural Municipal do Gericinó	PARQUE	Nilópolis	Municipal
APA Rio D'ouro	APA	Nova Iguaçu	Municipal
APA Tinguazinho	APA	Nova Iguaçu	Municipal
APA Morro Agudo	APA	Nova Iguaçu	Municipal
APA Posse-Guarita	APA	Nova Iguaçu	Municipal
APA Retiro	APA	Nova Iguaçu	Municipal
APA Tinguá	APA	Nova Iguaçu	Municipal
Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	PARQUE	Nova Iguaçu	Municipal
Parque Natural Municipal das Paineiras	PARQUE	Nova Iguaçu	Municipal
APA Jaceruba	APA	Nova Iguaçu	Municipal
APA Guandu	APA	Nova Iguaçu	Municipal
Parque Natural Municipal do Curió	APA	Paracambi	Municipal
APA Jacatirao	APA	Queimados	Municipal
Parque Natural Municipal Morro da Balcia	PARQUE	Queimados	Municipal
APA Guandu-Jacatirão	APA	Queimados	Municipal
APA Horto Municipal Luiz Gonzaga de Macedo	APA	Queimados	Municipal
Parque Natural Municipal Morro da Torre Onça Feliz	PARQUE	Queimados	Municipal
APA do Carmo	APA	Queimados	Municipal
APA Vale Ouro	APA	Queimados	Municipal
Parque Natural Municipal Jardim Jurema	PARQUE	São João de Meriti	Municipal
APA Andorinhas	APA	São João de Meriti	Municipal
APA do Parque Vitória	APA	São João de Meriti	Municipal
APA Limoeiro	APA	São João de Meriti	Municipal
APA Santo Antônio	APA	São João de Meriti	Municipal
APA Aeronáutica	APA	São João de Meriti	Municipal

Fonte²⁰: RICHTER et al, 2019, p. 27-29

As UCs municipais, embora sejam de maior número, constituem apenas 45% das unidades dentro do território da Baixada Fluminense. O destaque se dá às UC presentes nos territórios dos municípios de Guapimirim, Magé e Nova Iguaçu, mais conhecidas, visitadas e divulgadas em publicações acadêmicas (RICHTER et al., 2019, p. 26). Estas ficam sob a responsabilidade de gestão e manejo das prefeituras e secretarias afins de cada município.

Muitas destas UC e outras áreas naturais da região são desconhecidas e não utilizadas por suas populações. Em Belford Roxo, conhecida regionalmente como cidade do amor, cujo núcleo central “é oriundo da velha fazenda do Brejo, onde, no início do século XVII, funcionava um engenho do açúcar”, de acordo com Magalhães *et al.*, (2013, p. 53-54), o crescimento populacional acelerado colaborou com “o desaparecimento de muitas nascentes que abasteciam a cidade”, entretanto, conta com 12 UC municipais pouco conhecidas por sua população, com destaque à APA Pico da Bandeira como 102,82 hectares. (RICHTER *et al.*, 2019).

Em Duque de Caxias encontramos quatro unidades municipais, duas estaduais e duas federais, entre elas: a “APA São Bento, APA Caixa D’água, APA Petrópolis, PNM da Taquara e REBIO do Parque Equitativa” todas elas cercadas pela Mata Atlântica (MAIA e RICHTER, 2016, p. 7).

Figura 3: APA São Bento



Fonte: Mundinho da Hanna, 2019.

Destaque à APA São Bento (figura 3), “a primeira unidade de conservação da Baixada

²⁰ Extraído do referencial teórico, mas editado e organizado pelos autores.

Fluminense, criada em 1997”. Uma UC de uso sustentável de 1033,42 hectares, “disposta sob uma vasta vegetação de Mata Atlântica, dispõe de sítios arqueológicos referenciados pelo Instituto Brasileiro de Arqueologia, como o Museu Vivo de São Bento” (OLIVEIRA, 2021, p. 78).

Referência do patrimônio cultural da região, de acordo com Arcindo (2013, p.84), é um espaço que relaciona cultura e natureza disponível na região para incrementar o processo ensino-aprendizagem de diversas escolas da região. Ainda, permite aos alunos levarem aos seus familiares e amigos informações sobre a sua relevância de tal patrimônio para com a cidade e região.

Outros destaques são: o Parque Natural Municipal da Taquara que em seus 200 mil m² dispõe de “boa infraestrutura, trilhas para caminhadas, observação e safári fotográfico”; o Parque Municipal da Caixa D’água onde é possível realizar visita guiada com profissionais especializados para observar espécies da Mata Atlântica; e, o bairro de Xerém que conta com muitas cachoeiras e trilhas ecológicas em espaços abertos (MAGALHÃES et al, 2013, p. 72-73).

Em Guapimirim, um dos principais municípios em áreas naturais protegidas, destacam-se quatro UCs federais (RICHTER et al., 2019), como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) “que, desde 1939²¹, dispõe de acesso à comunidade e aos turistas de espaço para atividades de montanhismo junto à Mata Atlântica” (OLIVEIRA, 2021, p. 79). Nele se encontra o Museu Von Martins, “uma homenagem ao botânico e naturalista alemão”, utilizado para cursos e palestras; o Poço Verde (figura 4) “principal atrativo natural” do parque, “... um conjunto de cachoeiras, corredeiras, poços artificiais e naturais do Rio Soberbo”; a Trilha Ecológica Estrada das Corujas, que liga Guapimirim e Magé, conhecida como um espaço para prática de *mountain bike*; o Centro de Primatologia do Rio de Janeiro, “uma referência internacional em conservação da fauna primatológica”; e, por fim, mas não menos importante, a APA Guapi-Guapiaçu que conta com mais de quinze mil hectares (MAGALHÃES et al., 2013, p. 83-84).

Em Guapimirim ainda encontramos duas unidades estaduais, a APA da Bacia do Rio Macaé que faz divisa com Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, e o Parque Estadual dos Três Picos que perpassa por Teresópolis, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim. Já as UCs municipais são seis, destaque para a APA do Guapi-Guapiacu ou, simplesmente, APA

21 O PARNASO recebe visitas desde 1939, porém sua área geográfica está circunscrita mais ao entorno da BF por conta de Guapimirim, todavia a maior parte de seu território encontra-se na região serrana, diferente da APA São Bento que é a primeira da BF, criada em 1997, mas que está situada por completo dentro do espaço territorial em estudo. Logo, para que não haja dúvidas quanto a linha do tempo, o PARNASO é mais antigo que a APA São Bento, porém este não pertence a BF, só perpassa por uma de suas cidades.

Guapimirim (Figura 5), como é conhecida, que dispõe de uma extensão de 15.526,92 hectares – a maior entre as UCs municipais (RICHTER et al., 2019). A área é “conhecida também como a Arca de Noé da Baía de Guanabara, por proteger e abrigar centenas de espécies, além de proteger os manguezais” (VISITE GUAPI, 2020).

Figura 4: Poço Verde



Fonte: Pinterest, 2021.

Figura 5: APA Guapimirim



Na cidade de Itaguaí, município que faz divisa com a região turística da Costa Verde, encontramos duas UCs estaduais que fazem divisa com outras cidades, a APA do Gericinó-Mendanha e o Parque Estadual Cunhabebe (Figura 6) (RICHTER et al., 2019), este que tem

entre seus objetivos “preservar montanhas, cachoeiras e demais paisagens notáveis contidas em seus limites; oferecer oportunidades de visitação, recrea o, aprendizagem, interpreta o, educa o, pesquisa, e relaxamento; estimular o turismo” (INEA, 2019).

Figura 6: Parque Estadual Cunhabebe



Ainda no município de Itaguaí, encontramos duas APAs municipais, a APA do Saco de Coroa Grande e a APA Itaguaí Itinguss  Espigão Taquara (RICHTER et al., 2019).

Também naquele município merece destaque a área de entorno do Porto de Itaguaí (Figura 7),  rea litorânea cercada pela Mata Atlântica e de manguezais, onde   possível realizar trilhas, nadar e pescar. O porto também   um canal   região da Costa Verde,  rea litorânea ao sul do estado (MAGALHÃES et al., 2013, p. 88).

Figura 7: Porto de Itaguaí sediado na Baía de Sepetiba



Fonte: Portos e Navios, 2020.

Japeri é um dos municípios que mais se destaca por sua paisagem rural, onde se destacam o Pico da Coragem (Figura 8) com 520 metros de altitude e local de atração de adeptos aos esportes radicais (SESC, 2020); o único campo de golfe público do país; e cachoeiras e rios que chamam a atenção dos praticantes da canoagem (MAGALHÃES *et al.*, 2013, p. 52).

Figura 8: Pico da Coragem



Fonte: Prefeitura Municipal de Japeri, 2021.

Japeri ainda dispõe de uma UC estadual na divisa com municípios vizinhos, a APA do Gericinó Mendanha e nove UC municipais, dentre elas dois REVIS (Capivaras e da Onça Parda) (RICHTER *et al.*, 2019) para a melhor proteção e reprodução da vida silvestre, como indicam os objetivos do SNUC para esta categoria de UC.

Em Magé, há duas UCs federais em extensão o PARNASO e a APA Petrópolis, uma REVIS sob a proteção do estado, e quatro UCs municipais, entre estas a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Veu das Noivas (RICHTER *et al.*, 2019), onde encontramos a cachoeira de mesmo nome (Figura 9) que dispõe de uma queda d'água de 110 metros de altura (REDETVWEBMAIS, 2019).

Figura 9: Cachoeira Veu da Noiva em Magé



Fonte: RAFFANOCAMINHO, 2012.

Ainda no território de Magé, podemos encontrar trechos do Caminho do Ouro, repleto de trilhas e cachoeiras, anexo à Serra dos Órgãos. Esse caminho histórico dispõe de pontos de contemplação natural, mas é uma referência histórica, por se tratar de um trecho da Estrada Real entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais. Também se destacam as Ruínas do Engenho Fazenda Pau Grande em meio à Mata Atlântica (MAGALHÃES et al., 2013, p. 79), fazendo a junção história e natureza.

Magé ainda conta com outros atrativos naturais como as cachoeiras de Monjolos e Andorinhas, também “a Praia da Piedade e o Poço Bento por São José de Anchieta” (SITE DA BAIXADA, 2018, s. p.).

Em Mesquita, a última cidade emancipada da Baixada Fluminense, observamos parte do Parque Estadual do Mendanha circunscrito entre Mesquita, Nova Iguaçu e Campo Grande bairro da zona oeste do RJ e contamos com a parte baixa do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, uma vez que, quando inaugurado, o município ainda não havia se emancipado de Nova Iguaçu.

É interessante relatar que os principais atrativos naturais do parque, geograficamente, estão dispostos em Mesquita. De acordo com Magalhães et al (2013, p.60), o PNMNI é também reconhecido por Gleba²² Modesto Leal²³.

Em Nilópolis, encontramos parte da APA do Gericinó Mendanha e o Parque Natural do

²² Segundo o terceiro parágrafo, atualmente vetado, do artigo segundo da Lei 6.766 de 1979, “considera-se gleba o terreno que não foi objeto de parcelamento aprovado ou regularizado e registrado em cartório.”

²³ O nome citado condiz com o espaço ainda antes de ser reconhecido como uma unidade de conservação, o qual por meio de documentos históricos relatam que as terras do parque e do entorno pertenciam ao Conde João Leopoldo Modesto Leal, fatos estes decorrentes entre o final do século XVII e início do século XX (DUARTE, 2010, p. 96).

Gericinó, cujo poder público local descreve como o “patrimônio ambiental de todos os nilopolitanos”. O parque é utilizado por muitos moradores do município e do entorno para caminhadas matutinas e conta com um diverso acervo da fauna e flora (MOREIRA, 2020, s. p.).

Em Paracambi encontramos parte da APA Gericinó Mendanha e o Parque Natural Municipal do Curió (RICHTER et al., 2019). Temos também o Instituto Ambiental 5º elemento que é uma organização não governamental que busca conectar o ser humano à natureza através de projetos culturais e sociais de educação ambiental para toda a comunidade local e do entorno (MAGALHÃES *et al.*, 2013, p. 98). Ainda, em Paracambi, encontramos a Serra das Araras, na subida da serra para o interior do estado que pertence a um trecho da Serra do Mar, patrimônio natural reconhecido como anteriormente citado. Também como outros municípios da Baixada, Paracambi dispõe de trilhas de acesso a cachoeiras e rios de beleza singular.

Em Queimados, encontramos parte da APA Rio Guandu e sete UC municipais, cinco APAs e dois parques (RICHTER *et al.*, 2019), destacando-se a APA Horto Municipal Luiz Gonzaga de Macedo (figura 10) por sua beleza cênica. De acordo com a prefeitura local, a unidade se tornou um espaço de apreço ao lazer e entretenimento nos fins de semana e feriados, e, em 2019, a secretaria municipal de Ambiente e Defesa dos Animais registrou que após sua revitalização, o número de visitantes cresceu 200% (PREFEITURA DE QUEIMADOS, 2019).

Figura 10: Vista panorâmica da entrada do Horto Municipal



Fonte: Prefeitura de Queimados, 2019.

Em São João de Meriti, encontramos seis UCs municipais, cinco APAs e um parque (RICHTER et al., 2019), o Parque Natural Municipal Jardim Jurema, inaugurado em 2009, com uma área total de 148 mil m² dispõe de trilhas ecológicas, projetos de conscientização como os de reflorestamento de todo o território, dois mirantes e um acesso principal com sede administrativa (JORNAL DE HOJE, 2015).

O município de Seropédica, embora tenha um grande território rural, possui apenas uma UC reconhecida, a Floresta Nacional Mário Xavier (Figura 11) que “abriga em seus limites o fragmento florestal nativo mais significativo do município”.

Figura 11: Floresta Nacional Mário Xavier



Fonte: Vicon SAGA, 2021

O município é sede da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que conta com um Jardim botânico onde a UFRRJ e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) desenvolvem projetos educacionais junto aos estudantes da Universidade e da comunidade (MAGALHÃES et al., 2013, p. 93).

Por fim, o município de Nova Iguaçu, conta com uma UC federal: a Reserva Biológica (REBIO) Tinguá; três estaduais: as Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó Mendanha e do Alto Iguaçu e o Parque Estadual do Mendanha; além de dez municipais: as APAs Rio D'Ouro, Tinguazinho, Morro Agudo, Posse-Guarita, Retiro, Tinguá, Jaceruba Guandu, o Parque Natural Municipal das Paineiras e o PNMNI (RICHTER et al., 2019), e por sediar a principal referência de nossa área objeto de estudo, o PNMNI, abordaremos o patrimônio natural do município no tópico a seguir, de forma mais detalhada.

3.3 O Patrimônio Natural de Nova Iguaçu

O município de Nova Iguaçu dentre os demais que compõem a Baixada Fluminense é uma referência devido ao número significativo de UCs em seu território.

De acordo com Queiroz e Plácido (2013, p.8), Nova Iguaçu se caracteriza, principalmente, por uma “planície flúvio-marinha rasa, desenvolvendo-se entre o sopé da Serra do Mar e o Oceano Atlântico, interrompida por colinas e maciços costeiros”, que se desenvolveu como uma expansão em desordem populacional, sem a devida preocupação com sua reserva natural.

Na contemporaneidade, o município representa de um importante centro comercial para o estado do Rio de Janeiro, mas também, um território com uma variedade de recursos, desde fauna e flora, rios e cachoeiras, áreas de lazer, polos de moda e de comércio, agricultura, festas tradicionais e religiosas, centros de cultura, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, s.d.) que podem apontar para novas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, envolvendo atividades, como, por exemplo, o turismo.

No entanto, são inúmeros os desafios para se alcançar esse patamar, entre eles está a busca pela valorização e uso consciente de suas áreas naturais por parte de seus governantes, mas, especialmente, por parte de sua população, diante do possível distanciamento entre estes e seu patrimônio natural.

O patrimônio natural conservado em Nova Iguaçu ainda não foi legalmente reconhecido ou tombado pelo INEPAC ou pelo IPHAN, apesar de protegido como UC pela legislação ambiental, especialmente pelo SNUC, que regulamenta o equilíbrio entre natureza e homem proposto pelo artigo 225 da Constituição Federal de 1988, como anteriormente apontados.

Assim, em Nova Iguaçu, 69% do território municipal é composto por áreas protegidas tanto de uso sustentável quanto de proteção integral (QUEIROZ, 2018, p. 72), abrigando oito APAs municipais, dois Parques Naturais Municipais, duas APAs estaduais (Rio Guandu e Mendanha-Gericinó), um Parque Estadual (Parque Estadual do Mendanha) e a Reserva Biológica de Tinguá (federal) (RICHTER *et al.*, 2019)

Na Figura 12, é possível visualizarmos as UC que podem contribuir para o acervo do patrimônio natural de Nova Iguaçu e de toda a BF, uma vez que algumas estejam compartilhadas com municípios vizinhos.

De acordo com Queiroz (2018, p.74):

Apesar do quantitativo de áreas protegidas no território municipal, isso não é perceptível pela população residente. Muitas pessoas, inclusive as que moram em

zonas de amortecimento, por exemplo, não sabem informar a importância desses espaços para a preservação da biodiversidade e qualidade de vida.

Portanto, áreas que, todavia, são pouco conhecidas de seus moradores e, por consequência, pouco valorizadas.

Nesse sentido, destaca-se a emergência da discussão do tema da conservação e do reconhecimento dos recursos naturais, presentes no município, como patrimônio cultural natural das comunidades de seu entorno, até mesmo no intuito de estimular a autoestima desta comunidade tão prejudicada devido às carências presentes em sua realidade.

A Reserva Biológica do Tinguá (REBIO Tinguá) conhecida como “a maior reserva biológica da Mata Atlântica existente no Estado do Rio de Janeiro...” (SILVA e SOUSA, 2017, p.1), foi criada em 1989, conserva em seu território – cerca de 26 mil hectares e 150 quilômetros de perímetro, aproximadamente, 0,6% do estado –, importantes trechos de biodiversidade, que correspondem a 8% das florestas protegidas do estado e mananciais de águas de excelente qualidade, importantes para o abastecimento de parte do estado do Rio de Janeiro (IBAMA, 2006; TCE/RJ, 2008). Abrange parte dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis, Miguel Pereira e Vassouras – mas sua entrada principal se dá pelo município de Nova de Iguaçu.

Figura 12: UCs que compõem o patrimônio natural de Nova Iguaçu

Janeiro: a da Baía de Guanabara e a da Baía de Sepetiba, sendo que **na área da Rebio estão as nascentes de diversos córregos e rios que constituem importantes mananciais de abastecimento (Sistema Acari) para a população dos Municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias e Nilópolis [...]**

A Reserva Biológica do Tinguá é **considerada como de extrema importância biológica para a conservação de mamíferos, aves, répteis, anfíbios, além da flora e dos recursos abióticos** (água, solo, paisagem, etc) de acordo com o relatório “Avaliação e ações prioritárias para conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, produzido em 2000 pelo Ministério do Meio Ambiente e outras instituições. [...] a Reserva Biológica do Tinguá **representa cerca de 6% do total da área protegida no Estado.** [...]

A entrada para a sede da Rebio é efetuada pela Vila de Tinguá, que é acessada através do Distrito de Cava (ou Vila de Cava), via Dutra (BR-116) e Linha Vermelha. A distância para o centro da capital fluminense é de cerca de 70 km. (IBAMA, 2006, p. 50-51, 65, 68, 88, grifo nosso)

Figura 13: REBIO Tinguá



Fonte: Serra Ambiental Tinguá, 2017.

Assim, apesar do rígido manejo da categoria de UC, reserva biológica²⁴, cujo patrimônio natural e histórico internos à unidade são voltados às ações de preservação, de estímulo à ciência, de educação ambiental e patrimonial e de fiscalização, percebe-se que o desconhecimento por parte da população e empreendimento do entorno, especialmente em suas bordas, onde há diversos sítios de lazer, vêm causando o uso ilegal e predatório de seus recursos.

De acordo com Oliveira e Rodrigues (2013), bem como Varela; Guimarães e Richter, 2013, há registros de visitantes que não conhecem as normas e adentram os limites da UC sem

²⁴ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000) uma reserva tem como objetivo "a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico".

nenhum controle e ordenamento do uso, e já houve represamento de águas de rios que cruzam a reserva, combatidos pela gestão da UC, em 2009, para formar piscinas nos sítios de lazer ali localizados. Ademais, o patrimônio histórico interno, em função do não uso, foi se deteriorando, como é o caso do Reservatório de Rio d'Ouro e a Estrada do Comércio.

Em pesquisa realizada junto a moradores do município de Nova Iguaçu, no bairro Tinguá, área de entorno imediato da UC, Oliveira e Rodrigues (2013, p.34) consideraram que, “embora muitos entrevistados residam a poucos metros da reserva, verificou-se que há pouca informação a respeito da mesma..”, dos entrevistados, 66% declararam que já visitaram a reserva e “dos que confirmam conhecer e frequentar a REBIO, 22% fazem caminhadas, 14% utilizam a área para banho de cachoeira e apenas 2% dizem ter ido com grupo escolar, para fins educacionais” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013, p.37)

Oliveira e Rodrigues (2013, p.38) também destacam que “durante as entrevistas muitos moradores e comerciantes reclamaram que a destruição das barragens, que formavam piscinas de águas naturais, prejudicou a renda que a localidade ganhava com os visitantes” o que evidencia os conflitos existentes entre os sítios de entorno da UC com as normas para sua gestão.

Por outro lado, a pesquisa de Oliveira e Rodrigues (2013) trouxe um dado que podemos considerar positivo, o papel da sociedade nos cuidados com a área. Ao questionar os entrevistados sobre quem deve cuidar da reserva 34% indicou o ICMBio e 33% a sociedade, e 7% apontaram uma parceria entre ICMBio e Sociedade, o que demonstra a noção da responsabilidade social com aquele bem, o que nos permite dizer que, mesmo em uma UC de uso mais restritivo, pode existir relações de pertencimento identificadas a partir do senso de cuidado com a área.

Varela, Guimarães e Richter (2013, p.3) afirmam que:

De uma forma geral a comunidade residente e frequentadora da Região da UC tem uma visão positiva da Reserva, possui consciência de sua importância e pode colaborar para sua implementação, seja com denúncias de danos ambientais ou mesmo através da busca de orientação com a administração da Rebio em assuntos inerentes ao meio ambiente, indicando uma parceria da comunidade com a reserva.

Todavia, as autoras também evidenciam que:

No entanto, existe uma pressão constante para a abertura da Rebio para uso público voltado ao lazer ... A comunidade sente ainda, falta de apoio com relação à figura do ICMBio e da Rebio no relacionado à organização da sociedade civil. Os moradores cobram que sejam feitas parcerias voltadas à educação ambiental e capacitação dos cidadãos para que possam contribuir melhor com a conservação ambiental. Há um trabalho de Educação Ambiental feito nas escolas, mas ainda é incipiente na região.

Temem também que medidas normativas e de ordenamento sejam feitas sem a consulta a eles ou de forma que prejudique as famílias moradoras do entorno (VARELA; GUIMARÃES; RICHTER, 2013, p.3)

Ademais, além da REBIO Tinguá, podemos descrever dentro deste território e em seu entorno, o Parque Estadual do Medanha que se localiza entre os municípios de Mesquita, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro, e possui uma área de 4398,10 hectares (INEA, 2020). De acordo com o INEA (2020), tem como objetivo proteger o habitat natural “das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geo-hidrológicos da região” que protegem, em uma densa área florestal, espécies em extinção. A área também tem como princípio a prática de atividades de lazer ao ar livre que não disturbem a área protegida e/ou prejudiquem os animais.

Ao discorrer sobre o sítio, Gama *et al.* (2006) destaca que, desde antes do reconhecimento da área como uma UC, já havia certa preocupação com a preservação do Maciço Gericinó-Mendanha, mas que, todavia, até a contemporaneidade, é sujeito ao abandono, ao desleixo e à exploração inadequada. Mesmo assim, o parque ocupa um importante papel, frequentado pela população do entorno e de municípios vizinhos, e visitado por um pequeno fluxo de turistas que procuram o parque para atividades de lazer.

O parque também é vítima da caça de animais silvestres e do extrativismo ilegal de espécies da flora, o que, segundo o autor, muitas vezes, ocorre pelo desconhecimento da população de entorno que deixa somente a cargo do poder público a busca da harmonia entre a preservação do sítio e a ação antrópica (GAMA *et al.*, 2006).

Não menos importante, Nova Iguaçu dispõe também de áreas de proteção ambiental (APAs). No entanto, de acordo com Queiroz (2018), apenas três delas possuem planos de manejo, sendo elas as de: Jaceruba, Tinguá e Rio D’Ouro, e boa parte da população desconhece a existência e localização destas UCs, tampouco sua funcionalidade e a importância para uma melhor qualidade de suas vidas e de importantes espécies animais. Situação que se pode ilustrar com o que apresentamos acima sobre o entorno da REBIO Tinguá, área que está dentro da APA Tinguá, uma área repleta de sítios de lazer que não respeitam as normas da UC com as quais fazem limites.

Bensusan (2014, p.35) relata que as áreas de proteção ambiental (APA), “não possuem boa reputação como importantes para a conservação da biodiversidade”, uma vez que, retratam, quase sempre, o descuido e ineficiência da gestão das áreas naturais, e, muitas vezes, “só existem na teoria”, o que também é reforçado por Queiroz (2018) que estudou as UC do município de Nova Iguaçu.

A visibilidade e o conhecimento sobre as APAs são pouco expressivos, normalmente, muitos moradores sequer sabem o seu significado e objetivos. Isso torna a participação

da população ainda mais frágil em relação à conservação ambiental. Logo, com a existência na legislação e em mapas oficiais, mas sem a expressividade para a população, podem ser consideradas APAs 'de papel' (QUEIROZ, 2018, p.75).

Além das UC descritas anteriormente, Nova Iguaçu é sede do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), nosso objeto de estudo como citado, uma UC de gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura e da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, e que melhor descreveremos no capítulo a seguir, destacando que sua escolha para o estudo reflete não só os interesses particulares do autor, mas também a sua variedade multicultural e a parceria do órgão gestor que identifique na unidade o reconhecimento da mesma como patrimônio, nos oferecendo possibilidades de estudo para analisarmos tal proposta. O PNMNI é a unidade mais visitada da região (OLIVEIRA, 2021) e dispõe de valor recreativo, cênico-paisagístico, educativo e afins que aproximem a ideia de relação homem e natureza que enriquece o teor deste trabalho.

E como podemos observar, o acervo do patrimônio natural disposto na Baixada Fluminense é vasto, e não se resume à síntese que aqui apresentamos, uma vez que existam muitos outros espaços que ainda não foram amparados pelo SNUC, porém validados por sua atratividade, sejam públicas ou privadas, mas que carecem de divulgação para aqui citarmos.

Apropriar-se do natural na perspectiva do patrimônio nesta pesquisa não se limita ao olhar ecológico, mas, também, à história, ao valor cultural e social que ratifiquem e enaltecem seu conceito e ideal.

Logo, mesmo que muitos ainda não possuam, sequer, um plano de manejo, ou quando o tem, encontram-se obsoletos e pouco correlacionam o natural ao cultural e, portanto, ao social, cabe a esta reflexão textual ser o início desta preocupação que elevem não só o PNMNI ao reconhecimento ou tombamento, mas que ampliem o olhar para esta região nesta ramificação do patrimônio sob as áreas naturais na BF e no entorno diversificando, inclusive, o olhar já massificado sobre as zonas centrais da metrópole.

4. CAPÍTULO III: O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

Neste capítulo, voltamos à área objeto de estudo de nossa pesquisa, o PNMNI. Assim, o parque é caracterizado desde sua origem, seus atrativos naturais, sua fauna e flora, incumbências de seu plano de manejo quanto ao uso público, patrimônio histórico ali presente, como as ruínas do Casarão, e em sequência iniciamos a discussão sobre seu valor social apropriando-se do natural como patrimônio em sintonia ao pertencimento aos que dele utilizem.

4.1 O PNMNI, além de Natural, um Patrimônio Histórico-Cultural

Popularmente conhecida como Gleba Modesto Leal - vide página 59 - à época, a área do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) foi criada pelo Decreto nº 6.001, de 5 de junho de 1998²⁵, na serra do Gericinó-Mendanha, “visando não só à proteção da fauna e flora existentes, mas, também, formalizar uma aprazível opção de lazer da população local” (SEMUAM, 2001 p. 8).

Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente da prefeitura da cidade de Nova Iguaçu da época (SEMUAM, 2001, p. 8), o PNMNI surge como resposta às reivindicações de preservação da natureza, do uso apropriado dos recursos naturais e de questões pontuais sobre educação ambiental que permitissem que o visitante se tornasse um aliado da conservação dos recursos da unidade e que pesquisas fossem incentivadas, em prol do reconhecimento e melhor uso do PNMNI, “explorando com competência e racionalidade suas potencialidades naturais, históricas e culturais”.

Localizado entre os municípios de Mesquita e Nova Iguaçu, ambas na Baixada Fluminense, sua entrada principal (Figura 14), se dá pelo bairro da Coreia em Mesquita, onde é possível o acesso via meio de transporte privado (carro próprio ou de aplicativo, bicicleta ou moto) ou público até a represa Epaminondas, e uma entrada secundária pela Estrada de Madureira em Nova Iguaçu, subindo-se a pé pela trilha da serra do vulcão. “Nessa área vive uma população de, aproximadamente, 23 mil habitantes que utilizam o parque Municipal de Nova Iguaçu como área de lazer” (SEMUAM, 2001, p. 45).

Como se observa em seu Plano de Manejo (SEMUAM, 2001)

Ciente da carência de diversão para população residente nos arredores do Parque Municipal, a iniciativa de implantar esta unidade dá aos moradores de Nova Iguaçu uma alternativa de lazer programado em contato direto com a natureza. Na

²⁵ De acordo com o plano de manejo do PNMNI, o qual teve por seu reconhecimento enquanto parque natural diante do Decreto 6001/1998 do município, tendo também este ano como o de sua inauguração, todavia este documento só foi oficialmente publicado em 2001. (SEMUAM, 2001)

verdade, há muito tempo a área vem sendo usada para lazer pelos moradores do entorno. [...]

Vale lembrar que a gleba, além de ser revestida de Floresta Tropical Atlântica em bom estado de conservação, apresenta relevo bastante acidentado e protege diversos mananciais hídricos. Essas razões são mais do que suficientes para justificar a efetiva implantação do Parque, **o que, acredita-se, garantirá a integridade da região e servirá de exemplo para outros municípios do estado.** Espera-se, ainda, que no próprio maciço do Gericinó-Madureira-Mendanha, na porção que pertence ao município do Rio de Janeiro, áreas florestais de similar importância sejam preservadas [...]

Assim, **em futuro próximo, poder-se-á buscar o estabelecimento de ações conjuntas visando assegurar a proteção dos remanescentes florestais do maciço,** os quais, **desde outubro de 1992, integram a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica,** homologada pela UNESCO (SEMUAM, 2001, p. 8, grifo nosso).

Figura 14: Entrada principal do PNMNI



Fonte: os autores, 2023.

Portanto, mesmo antes da criação do parque, o espaço já era utilizado pela população como área de lazer, todavia não havia nenhuma ação de incentivo à preservação e se observava usos conflitantes, como para a caça ilegal de animais silvestres, atos religiosos com descarte de resíduos na área e a ocupação ilegal das terras.

Na ocasião da criação do parque, em 1998, foram identificadas 32 ocupações em seu interior, “resultado do extinto programa Cada Família um Lote, implantado pelo Governo Estadual, na região”. Naquele momento ainda notificaram que existia um número considerável de famílias vivendo em construções ilegais e irregulares no território. Destas 32 ocupações, 27 eram ocupadas por pessoas que não utilizam do espaço como local de residência permanente (SEMUAM, 2001, p. 49).

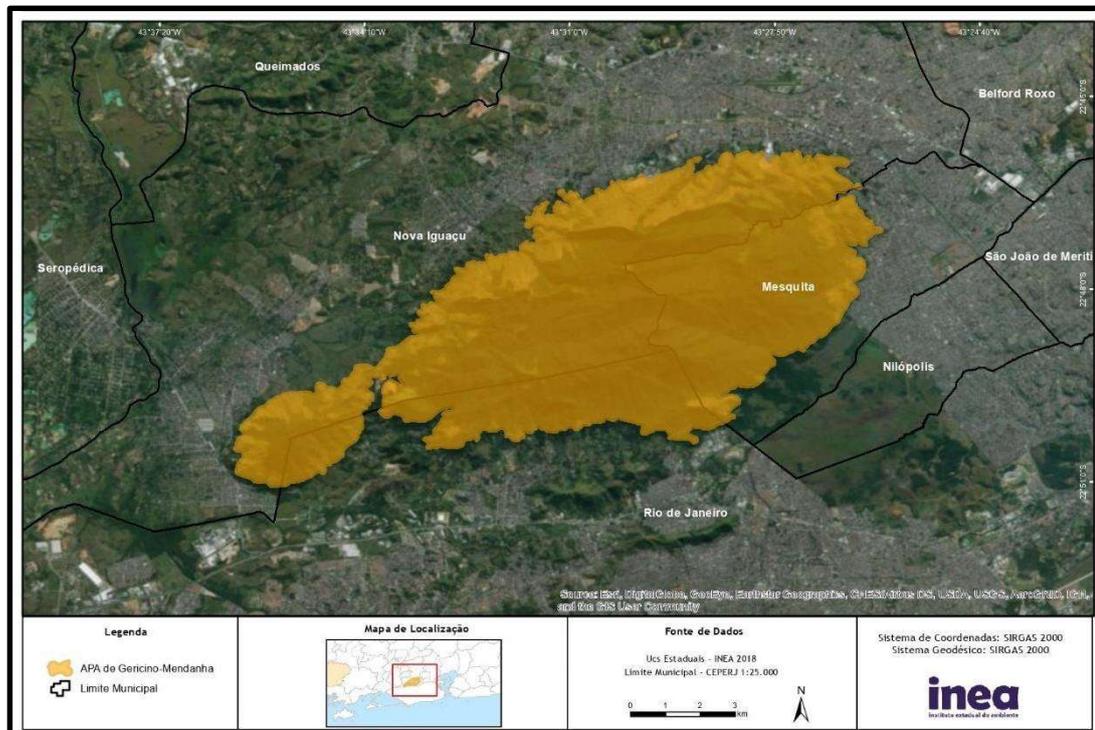
Tais famílias exerciam funções laborais como criação de animais, a caça e a pesca para sua comercialização. E como destacado, havia, de forma marcante, a presença de rituais religiosos realizadas às margens do parque e em seu interior, assim, a administração estabeleceu

regras para essa prática de modo que a manifestação religiosa não causasse problemas aos recursos naturais ali protegidos (SEMUAM, 2001, p. 49-50).

O PNMNI é um importante remanescente do bioma Mata Atlântica; segundo a Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro (APEFERJ), 60% do maciço onde ele se localiza (Gericinó-Mendanha) consiste em matas primárias e os demais 40% de mata secundária em regeneração com pequenas aglomerações urbanas em direção a área populacional das cidades limítrofes e do entorno do parque (SEMUAM, 2001, p. 9).

O Maciço Gericinó-Mendanha (Figura 15) compreende a Área de Proteção Ambiental do Gericinó Mendanha, criada em 2005, o Parque Estadual do Mendanha, criado em 2013, ambos geridos pelo INEA, o Parque Natural Municipal do Gericinó, sediado em Nilópolis, implementado em 2009, além do PNMNI, a UC mais antiga, disposta no maciço, a ser reconhecida como área protegida (RICHTER *et al.*, 2019).

Figura 15: Área de compreensão do Maciço Gericinó-Mendanha



Fonte: INEA, 2005.

Além dos inúmeros cursos de água em seu território, podemos observar uma exuberante amostra da biodiversidade através das matas, espécimes da fauna e flora que enaltecem o lugar.

No PNMNI, especificamente, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMUAM, 2001), há, aproximadamente, quatorze poços e cachoeiras para recreação e lazer, trilhas ecológicas, locais para rapel, voos de asa delta e apelo histórico-cultural.

Entre os bens históricos ali catalogados, estão a Fazenda Dona Eugênia - o casarão, como é popularmente conhecido, construído nos finais do século XIX; as ruínas do clube Dom Felipe; e o Quilombo.

Já perante as trilhas e locais de visitação mais conhecidas estão o Caminho das Águas; Caminho Geológico I e II; o Casarão; as Ruínas do Clube D Felipe; e, a Trilha da Varginha. Ainda há a antiga pedreira São José e Mirante da Pedreira; o Vulcão; a Cachoeira Vêu de Noiva; o Poço das Cobras; e a Represa Epaminondas Ramos localizado nas proximidades do principal acesso de entrada ao parque (SEMUAM, 2001), no município de Mesquita.

O Plano de Manejo da UC, destaca algumas das características *gebiofísicas* do parque:

Clima temperado brando com verão quente e inverno seco. Embora esse critério, por seu caráter sazonal, não caracterize completamente as condições ambientais do local, ele fornece indicações bastante aproximadas dos aspectos climáticos.

Nas encostas voltadas para o mar e nos maciços costeiros até a **altitude de 500 metros, as massas frias vindas do sul precipitam sua umidade** a barlavento, ocorrendo elevada pluviosidade (1.200 a 1.600 mm), **bem distribuída durante o ano.** Nessas áreas, **a temperatura média anual é inferior a 22,5 °C, predominando o clima tropical chuvoso úmido (Af)**, ao contrário da maioria das encostas voltadas para o interior (norte e nordeste), onde a umidade é menor.

[...]

O maciço do Gericinó-Madureira-Mendanha é condicionado pelo clima tropical de altitude super-úmido, onde a temperatura é um pouco mais baixa e chove mais, respectivamente, pela amenização climática imposta pela densa cobertura florestal e pela exposição do maciço aos ventos úmidos vindos do mar (SEMUAM, 2001, p. 19, grifo nosso).

Quanto ao relevo, seu conjunto orográfico se destaca, prioritariamente, por uma região de planície topográfica elevada, porém “de relevo bastante acidentado, formada por muitas escarpas e elevações, cujo ponto máximo atinge 794m”. O maciço constitui uma serra isolada que se subdivide em dois blocos, “entalhados por drenagem de rios de pequeno porte e talvegues”, e as principais drenagens “são formadas pelos rios Guandu do Sapê, localizado no flanco sul sudeste do maciço, e D. Eugênia, localizado nos contrafortes da porção nordeste do maciço” (SEMUAM, 2001, p. 25).

O contraste topográfico existente entre as duas feições (plana e acidentada) faz com que os materiais intemperizados se depositem nos flancos das serranias, formando os cones de dejeção, que se caracterizam pela formação de depósitos de *talus*. Estes depósitos, por sua localização, estão sujeitos a intensos escoamentos superficiais que resultam, na maioria dos casos, na geração de áreas de grande instabilidade, sujeitas a processos associados de deslizamentos. Agrega-se a este fato a presença de tipos

litólicos de fácil desagregação, ricos em elementos friáveis, no manto coluvionar que reveste algumas partes do maciço.

Este manto coluvionar é relativamente espesso e possui blocos soltos ou parcialmente cobertos de material mais fino, que se distribuem aleatoriamente pelas encostas.

[...]

O padrão retangular é consequência da influência exercida por falhas, pelo sistema de juntas ou fraturas, constituindo numa variedade de drenagem treliça, como os rios Cabuçu, Guandu do Sapê e alguns afluentes da margem direita do rio Mesquita.

O tipo pinada está relacionado aos gnaisses do embasamento que contornam o maciço e às rochas alcalinas, mostrando uma forma paralela como os afluentes do rio Guandu do Sena.

Uma acomodação da drenagem se dá para estruturas anelares, como no rio Guandu do Sapê, devido à ocorrência de rochas subvulcânicas (material piroclástico) pertencentes às estruturas circulares identificadas (chaminés vulcânicas).

Com suas nascentes no maciço do Gericinó-Madureira-Mendanha, destacam-se apenas o Guandu do Sena e o Guandu do Sapê, que são afluentes do rio Itaguaí ou Guandu. São rios de pequeno curso, sinuosos, de pouco volume e que, ao descerem dos maciços para as áreas de planícies, são impedidos por pequenas corredeiras ou quedas d'água ligadas ao tectonismo ou às diferenças de litologia. (SEMUAM, 2001, p. 25)

Quanto a biodiversidade,

Há uma forte evidência de que as matas do maciço, cujo dossel se apresenta aberto na atualidade, seja decorrente, em parte, de antigas ações antrópicas iniciadas no final do século passado. Neste período, instalaram-se na região as fazendas que integram a Gleba Modesto Leal (Fazendas D. Eugênia, São Felipe e Mata-Fome), e foram responsáveis por cortes seletivos de madeiras de lei (tapinhoã, cedro, jatobá, jacarandá, etc.) e desmatamentos que antecediam a implantação da cultura do café e plantios de subsistência. Vale registrar também, que muitos desmatamentos foram feitos, a partir dessa época, para suprir a demanda energética das máquinas a vapor que passaram a circular nas ferrovias, transportando cargas e passageiros.

[...]

No caso específico do maciço Gericinó-Madureira-Mendanha, embora o mesmo esteja localizado em plena Baixada Fluminense, numa região que sofreu profundas modificações, ao longo do tempo, **seu revestimento florestal ainda é surpreendente: 60% das florestas existentes estão em excelente estado de conservação; enquanto os 40% restantes são constituídos por matas secundárias.** As áreas florestais mais preservadas localizam-se nos vales profundos das cabeceiras do rio D. Eugênia e em outros locais de difícil acesso, como nas cotas altimétricas mais elevadas, onde ainda podem ser encontradas matas em estado primitivo ou clímax. (SEMUAM, 2001, p. 31, grifo nosso)

Entre as espécies da fauna que se destacam, observamos: o gato-do-mato, a paca, o porco-do-mato, a preguiça, a jacupemba, o tangará, o periquito tiriba, o araçari-banana e o tucano-de-bico-preto (SEMUAM, 2001, p. 37-38). No Rio Dona Eugênia que banha o parque são encontradas traíra, canivete, lambari, carpa, jundiá, cambeva, cascudo, sarapó, barrigudinho, espada, muçum, acará, ferreirinha e tilápia (SEMUAM, 2001, p. 29).

Assim, segundo Queiroz (2018, p.58), “a área do parque se destina para fins científicos, recreativos, culturais e educativos, que, de certa forma, contribuem para o desenvolvimento regional” e pode ser um importante aliado para a valorização cultural da região.

Os registros da história da área onde o parque foi implantado apresenta uma quebra

temporal desde o final do século XVI até meados do século XX, este último período coincidente com os primeiros registros que reconhecem a Guanabara enquanto baixada, como nos indica Silva (2013).

Desde o final do século XVI, as serras Madureira-Mendanha se tornaram o cenário de distintos ciclos econômicos, como o “ciclo do feijão, cultivado às margens do rio Iguaçu”, o de cana de açúcar, nos terrenos mais planos, o do café, nos mais elevados, que resultaram “... na intensa destruição da vegetação nativa que revestia a serra de Madureira”, depois, o ciclo de laranjas “que também afetou a cobertura vegetal da serra de Madureira”, e, mais recentemente, o ciclo mineral, “representado pela exploração das pedreiras existentes nos arredores da nova UC” (SEMUAM, 2001, p. 11).

Com a implementação da malha ferroviária e das principais vias de acesso que cruzam a Baixada Fluminense, a partir do final do século XIX, houve um crescimento populacional e ocupação de seu solo de forma massificada e desordenada, intensificando a exploração da vegetação.

De acordo com o Plano de Manejo da UC,

De fato, este processo de ocupação começou no Período Colonial, na época do Sistema de Distribuição de Terras em Sesmarias. De acordo com os Tombos de Sesmarias, dos primeiros anos do século XVII, **o uso e ocupação das terras da Serra do Jericinó — corruptela do nome indígena yury-cin-ó — e adjacências, já estava consumado. Aos poucos, o processo de ocupação foi se interiorizando, deixando as margens do rio Iguaçu e avançando para as terras mais altas, menos sujeitas à inundação. Nessas terras, concedidas pela Coroa Portuguesa, predominava o plantio de cana-de-açúcar** que abastecia alguns engenhos que logo se estabeleceram na região. Junto com eles, praticamente na mesma época, começaram a surgir as primeiras trilhas e caminhos que atravessam, até hoje, a serra Jericinó que, segundo o pesquisador Agenor Lopes de Oliveira, quer dizer morro liso e fechado em cima, no alto. **As cartas de sesmarias** concedidas pelo Governador Martin de Sá, entre 1602 e 1605 (Arquivo Nacional, códices 158 e 158-A), **mencionam a Serra do Mendanha e arredores, como Serra do Jericinó**, que, entretanto, era grafado de diversas maneiras: Jorisnom, Goyxiñom, Jorixinonga, Josisiñonga, Jorisinoga e Jerosinol. **Entretanto, existem outras referências históricas que ainda carecem de confirmação**, como é o caso das afirmações de Milliet de Saint-Adolphe, feitas em 1845, no Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro. **Este historiador referiu-se à serra do Jericinó (Gericinó), dizendo que “no seu cume existe uma lagoa do mesmo nome, que abunda de excelente pescado”** (SEMUAM, 2001, p. 11, grifo nosso).

Assim,

Dados históricos indicam que a ocupação dos solos da região que hoje corresponde à Coréia, Presidente Juscelino e Santa Terezinha foi iniciada, de forma expressiva, no século XVII, com a instalação do Engenho da Cachoeira, situado ao pé da serra de mesmo nome no maciço do Gericinó, às margens do rio D. Eugênia, anteriormente denominado rio da Cachoeira.

Na virada para o século XX a produção e exportação de café trouxe consigo a Estrada de Ferro D. Pedro II, desviando os eixos de ocupação fluvial e terrestre para o eixo da linha ferroviária.

Os loteamentos mais antigos dessa área são da década de 40, todos situados na parte baixa, ou seja, próximo à linha do trem. As partes mais altas têm sua ocupação iniciada no final dos anos 50. A partir da década de 60, com a inauguração da Estação Ferroviária Presidente Juscelino Kubitschek, facilitou-se o acesso aos trens urbanos e Mesquita assume, na época, a fisionomia já assumida por Nova Iguaçu, a de cidade dormitório.

Os últimos loteamentos, que datam do final da década de 60, mais precisamente 1968, já foram projetados nos trechos mais elevados, nas encostas da serra.

A partir dos anos 70, Mesquita já havia se consolidado como a área mais densamente povoada de Nova Iguaçu. (SEMUAM, 2001, p. 45)

Portanto, percebe-se a perspectiva histórico-cultural e beleza cênico-paisagístico da gleba onde o parque foi implantado, que se evidencia, por exemplo, nos remanescentes na localidade do Engenho da Cachoeira, do século XVII, que foi “responsável pelo povoamento daquela parte do município de Nova Iguaçu”. (SEMUAM, 2001, p. 11).

Demais pesquisas realizadas na região apontam, ainda, a existência de diversos sítios históricos, dentro e ao redor da unidade; entre estes estão: as “antigas obras hidráulicas, ruínas de fazendas, cemitério de escravos e até um cemitério indígena, situado em terreno do campo de instrução do Exército”. Nesse sentido, os órgãos da gestão municipal relacionados à UC “vislumbram a consolidação do Parque como uma oportunidade muito especial para relembrar épocas passadas e resgatar, alguns dados e objetos históricos para exibi-los ao público” (SEMUAM, 2001, p. 11).

O PNMNI dispõe em seu território do casarão da Fazenda Santa Eugênia (Figura 16), reconhecido como uma das maiores relíquias históricas do patrimônio iguaçuano, erguido no século XIX.

Figura 16: Ruínas do sobrado Fazenda Santa Eugênia



Fonte: MINUBE²⁶, 2022.

“O prédio conserva características originais, como paredes de taipa-de-pilão e alicerces de pedras” e como indicam alguns historiadores “trata-se do prédio mais antigo no município de Nova Iguaçu que ainda permanece de pé, atraindo a atenção dos visitantes do Parque”, apesar das péssimas condições que se encontra. (SEMUAM, 2001, p. 12)

A área, no passado, era reconhecida por seus pontos de caçada que se alastravam por toda sua densa floresta. Diante disso, o Pau da Letra foi, notoriamente, destacado como um ponto de caça. Tratava-se de “... uma árvore de grande porte, possivelmente um jequitibá na qual os caçadores e passantes esculpem nomes e desenhos” (SEMUAM, 2001, p. 12).

Outro atrativo que surge no decorrer de suas trilhas é “o marco sudoeste de limitação da Gleba que indica a passagem para a fazenda Cabuçu”, o que também desperta o interesse e a curiosidade de visitantes “principalmente dos adeptos das caminhadas ecológicas, pertencentes ou não a grupos excursionistas” (SEMUAM, 2001, p. 12).

Já na região Nordeste do parque, podemos observar outro marco histórico, a gruta Pedra da Contenda (Figura 17) ou Pedra do Quilombo.

Figura 17: Pedra da Contenda atualmente



Fonte: WIKILOC, 2018

Acredita-se que este atrativo “servia de esconderijo para escravos fugitivos que ali permaneceram por vários anos” (SEMUAM, 2001, p. 12)

Para confirmar a existência dos quilombos, o historiador Frederico Fernandes Pereira, num elucidativo artigo sobre a história da Gleba, publicado no Correio da Lavoura, em 1º de janeiro de 1987, **revela a presença de um cemitério bem perto dos limites**

²⁶ Infelizmente nas duas últimas visitas não pudemos ter acesso a esta atrativo por conta das chuvas fortes do início do ano, por isso a não inserção de uma imagem original.

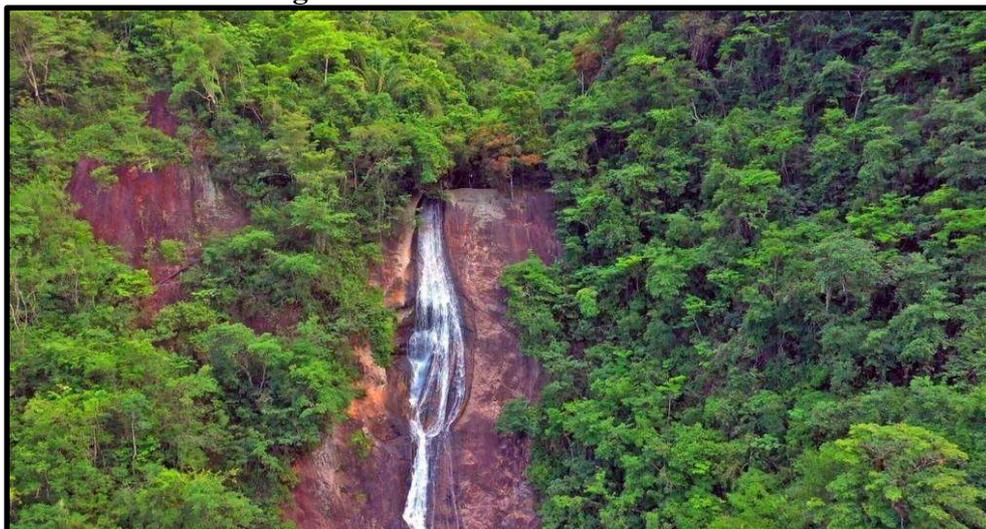
do Parque Municipal. Os túmulos encontrados apresentam características típicas de túmulos de quilombolas, ou seja, acúmulos de pedras soltas, engradadas, ora formando tronco em forma de cone, ora formando extensas leiras. Supõe-se que tais cemitérios tenham pertencido a negros sudaneses, que da mesma forma, teriam construído estruturas semelhantes nas terras da serra do Tinguá. Por se tratar de um importante registro histórico e cultural, a referida área merece ser contemplada com estudos mais aprofundados que justifiquem seu tombamento e preservação (SEMUAM, 2001, p. 12, grifo nosso)

Além do notório acervo patrimonial de valor histórico-cultural, o natural é o destaque da UC. De acordo com seu Plano de Manejo,

[...] beleza natural é o que não falta na área do Parque Municipal de Nova Iguaçu. **Além dos lagos naturais e cachoeiras formados pelo rio D. Eugênia e seus afluentes, registra-se a ocorrência de raros exemplares florísticos e faunísticos característicos da região. Vale lembrar que esta região,** juntamente com os demais remanescentes florestais que recobrem toda a serra do Mar, por suas peculiares características naturais, **integra desde outubro de 1992, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, homologada pela UNESCO** naquela data (SEMUAM, 2001, p. 12, grifo nosso).

Entre os principais recursos naturais, destacam-se: a cachoeira Véu da Noiva (Figura 18) e a represa Epaminondas Ramos (Figura 19), inaugurada em 1948, “que embora seja uma obra feita pelo homem, compõe, com a imprescindível ajuda da paisagem natural circunvizinha” (SEMUAM, 2001, p. 12).

Figura 18: Cachoeira Véu de Noiva



Fonte: G1b, 2021.

Figura 19: Represa Epaminondas Ramos



Fonte: MOTA, D., 2020

Nesse sentido, a criação do PNMNI consolida “... a preservação desses sítios, de acordo com a legislação ambiental vigente, com vistas a otimização e democratização de seu uso” (SEMUAM, 2001, p.12), uma vez que define o cuidado e a precaução para que estas áreas estejam devidamente amparadas por uma gestão ou órgão responsável que configure a manutenção e o resguardo de um uso público consciente.

No Brasil, as UC são meios encontrados para a conservação da natureza. E, embora no século passado houvesse o discurso de que para protegê-las seria preciso afastá-las do homem, devido “a vasta devastação das florestas e a perda da biodiversidade” (GUEDES, 2008, p. 17-20), na contemporaneidade, através do amparo documental, neste caso de um plano de manejo, podemos instituir ferramentas de uso apropriado e consciente. Assim, o intuito não é mais de afastar o homem da natureza, mas ao contrário, a partir do estímulo à aproximação do homem a esse bem natural, ele se corresponsabiliza pela sua salvaguarda.

4.2 Aspectos Institucionais e Legais do PNMNI

A perspectiva de proteção da área natural, onde, posteriormente, viria a se localizar o PNMNI, começa a se desenhar a partir da década de 1940, para preservar o Maciço Gericinó-Mendanha (SEMUAM, 2001, p. 15).

Segundo o Plano de Manejo da UC,

Em 1941, grande parte das terras devolutas do topo das serras do Gericinó, Madureira e Mendanha foram agrupadas e declaradas como Floresta Protetora da União. A principal razão daquele decreto era proteger os recursos hídricos que abasteciam as regiões circunvizinhas, mas, ao mesmo tempo, ajudou a preservar uma exuberante reserva florestal (de quase 8 mil hectares) e uma fauna variada, bem como importantes áreas de lazer e de contato com a natureza.

Baseado nessas premissas, **em 1988, foi autorizada a criação da Área de Proteção Ambiental (APA), acima da cota altimétrica de 100 m, através da Lei Estadual nº 1.331.** Cerca de um ano depois, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro aprovou a Lei nº 1.483, fixando a cota de 80 metros como limite de uma APA Municipal, na

vertente da serra voltada para o município do Rio de Janeiro, e autorizando o Poder Público Municipal a criar o Parque do Mendanha. (SEMUAM, 2001, p. 15, grifo nosso)

Com a implementação de tais leis, destacou-se a criação do Parque Estadual das Serras Madureira-Mendanha, em 1992, e do Parque Ecológico do Mendanha, em 1993, (SEMUAM, 2001, p.15). Todavia, alguns fatores ainda dificultavam a implementação ou a tramitação das áreas naturais protegidas na região do maciço, entre eles estavam:

- a escassez de recursos financeiros para a manutenção do Parque Estadual;
- desconsideração da legislação ambiental brasileira, que não impediria que a Floresta Protetora União, criada em 1941, pudesse ser transformada em outra unidade de conservação de uso mais restritivo, segundo a legislação vigente;
- dificuldades na implementação das ações decorrentes da aplicação da Lei Estadual nº 1.331, que autorizou, em 12 de julho de 1988, a criação da Área de Proteção Ambiental do Maciço do Gericinó Madureira-Mendanha (APA do Gericinó-Mendanha), uma unidade de uso direto que ajudaria a estabelecer novos mecanismos de proteção da região;
- dificuldades na implementação das ações decorrentes da aplicação da Lei Municipal nº 1.483, que autorizou, em 5 de dezembro de 1989, a criação de um Parque Florestal Municipal na serra do Mendanha;
- dificuldades na implementação das ações decorrentes da aplicação da Lei Municipal nº 1.958, que autorizou, em 5 de maio de 1993, a criação do Parque Ecológico do Mendanha. (SEMUAM, 2001, p. 15-16)

Vale ainda registrar, que a

[...] **maioria das matas do maciço do Gericinó-Madureira-Mendanha são de preservação permanente**, em conformidade com o artigo 2º, alíneas “d” e “e” do Código Florestal - Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Isto porque são áreas florestais localizadas no topo de morros, montanhas e serras e nas encostas com declividade superior a 45º ou equivalentes a 100% na linha de maior declividade. Para ratificar a proteção ambiental desses locais, a Resolução do CONAMA 04/87 transformou as prerrogativas previstas no artigo 2º do Código Florestal, em Estação ou Reserva Ecológica. **Como nem todas as áreas do maciço estão amparadas por uma lei específica, qualquer ação antrópica realizada fora dos limites do Parque Municipal de Nova Iguaçu está sujeita a limitações impostas pelo Código Florestal.** Tal situação torna vulneráveis importantes áreas do maciço.

De acordo com o Código Florestal, as prerrogativas para as áreas circunvizinhas são as seguintes:

- **retirada total ou parcial de floresta de preservação permanente depende de autorização do órgão ambiental competente** (art. 3º § 1º);
- **a exploração seletiva de florestas**, tanto as de domínio público como as de domínio particular, **ficam condicionada à autorização prévia do órgão florestal** (art. 26);
- **a adoção de técnicas de manejo e reposição florestal compatíveis como os variados ecossistemas** (art. 19) **também fica condicionada à autorização prévia do órgão florestal**;
- **a exploração**, mesmo de áreas de domínio particular, **só deve ocorrer mediante autorização dos organismos competentes** (art. 16);
- **a fiscalização para proteger a fauna e a flora é atribuição comum dos órgãos ambientais da União, Estado e Municípios**, conforme estabelecem os art. 22 e 23, VII do Código Florestal.

Ressalta-se que as ações mencionadas nos quatro primeiros itens acima relacionados, necessitam da prévia aprovação do IBAMA, independentemente da autorização dos órgãos ambientais estaduais. (SEMUAM, 2001, p. 16)

Assim, por não haver uma certa situação de indefinição quanto à entidade responsável pela salvaguarda do maciço, a Prefeitura de Nova Iguaçu sentiu-se motivada “... a buscar uma solução para regularizar a proteção da Gleba Modesto Leal, estabelecendo ali uma unidade de conservação que também proporcionasse oportunidades para o lazer e o turismo” a sua população e de toda a região. E, em acordo à lei Orgânica do município, criou-se em 5 de junho de 1998, pelo decreto 6001 o PNMNI. (SEMUAM, 2001, p. 16)

Tal providência foi extremamente oportuna, uma vez que em julho de 1985, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da CEHAB, comprou as terras da Gleba Modesto Leal com o objetivo de ali assentar 44 mil pessoas, no programa Cada Família Um Lote. O fato provocou a reação imediata da Prefeitura de Nova Iguaçu, que já havia declarado o imóvel como de Utilidade Pública para fins de desapropriação, em 19 de março do mesmo ano, pelo Decreto no 2858. Este Decreto foi revogado pelo Decreto no 2.934, de 14 de junho de 1985, que, por sua vez, foi também revogado pelo Decreto nº 2.937, de 20 de junho de 1985. Por ocasião da assinatura do decreto de criação do Parque Municipal de Nova Iguaçu, foi firmado um termo de cessão de uso da área pertencente à CEHAB ao município para implantação desta importante unidade de conservação, por um prazo de 20 anos.

Atualmente a administração da área é de competência da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEMUAM). Esta secretaria tem a responsabilidade de praticar todos os atos necessários para promover a preservação do regime hídrico, da flora e da fauna, em consonância com os objetivos previstos no decreto de criação da unidade. (SEMUAM, 2001, p. 16, grifo nosso)

Em 2001, seu Plano de Manejo foi divulgado com o objetivo de

... alcançar, principalmente, as seguintes finalidades: proteger a vida silvestre, os recursos hídricos e a paisagem natural; propiciar a realização de pesquisa científicas; oferecer opções de recreação, de educação ambiental e de melhoria da qualidade de vida da população de Nova Iguaçu e outras regiões, em especial daquelas que residem nos arredores do Parque. (SEMUAM, 2001, p. 52)

Atualmente, embora já existam diversos estudos acadêmicos sobre o PNMNI, o plano de manejo continua a ser o documento com mais riqueza de informações sobre a UC. Nele destacam-se entre os objetivos da UC:

- Proteger os recursos hídricos da bacia do rio D. Eugênia, principal curso d'água do PNMNI;
- Fomentar a pesquisa e o monitoramento dos recursos naturais, históricos e culturais;
- Proteger os sítios históricos, dando aos visitantes a oportunidade de conhecer a história regional;
- Estimular a realização de estudos geológicos das atividades vulcânicas havidas no Maciço Gericinó-Madureira-Mendanha, tornando públicas as informações obtidas;
- Disponibilizar ao público uma área de lazer e recreação de contato direto com a natureza, evitando que os regulamentos e normas pré-estabelecidos sejam desrespeitados;
- Proporcionar ao visitante e às comunidades situadas nas áreas de entorno

conhecimentos sobre o Parque Municipal, destacando a importância de cada um no processo de proteção da Unidade;

- Estimular estratégias de desenvolvimento socioeconômico das comunidades circunvizinhas. (SEMUAM, 2001, p. 53)

Quanto a preservação da vegetação, da fauna e flora da UC, a gestão do PNMNI se dá de acordo com as diretrizes da Constituição Federal de 1988 previstas nos artigos 23 e 24 que, a priori, destacam que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, **as paisagens naturais notáveis** e os sítios arqueológicos;

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - Preservar as florestas, a fauna e a flora; [...]

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar

concorrentemente sobre:

VI - Florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - Responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (BRASIL, 1988, Artigo 23 e 24, grifo nosso)

Ademais, a UC foi criada com base na lei 6938/81 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, mesmo antes da Constituição de 1988, que ratificou a responsabilidade dos entes para o equilíbrio ecológico entre homem e natureza. (BRASIL, 1981).

Além do Plano de Manejo, diferentes pesquisas, entre as quais destacamos a pesquisa da professora e pesquisadora, Doutora Edileuza Queiroz, apontam a necessidade de uma maior participação e inclusão da comunidade junto à unidade, ampliando o ideal de lazer e recreação já bem promulgado, conferindo demais atividades multiculturais dispostas que amplifique a aproximação do morador ao sítio explorando gradativamente a interação homem e natureza almejada. Nesse sentido, projetos que favorecem essa aproximação são destacados pela pesquisadora.

O projeto “Aprendendo e Preservando”, realizado no PNMNI, tem como principal objetivo a “... educação ambiental que, a princípio, foi pensado para a comunidade do entorno, a fim de trabalhar com a questão do pertencimento, pois parte-se do princípio de que a pessoa preserva o que ela conhece” (QUEIROZ, 2018, p. 113).

Todavia, Queiroz (2018) pondera que, por falta de funcionários, o projeto é apenas realizado com as escolas da rede municipal de Nova Iguaçu, não atingindo ao público-alvo de entorno que não esteja vinculado ao grupo escolar.

Outra iniciativa citada por Queiroz (2018) foi o projeto “Limpendo para Proteger”.

Segundo a autora, nesse projeto “... o guarda ambiental faz a abordagem através da observação de determinada ação do usuário que não condiz com a conservação da Unidade” (QUEIROZ, 2018, p.113) para sensibilizá-lo, além disso, conta com mutirões de limpeza, também com o intuito de sensibilizar visitantes. Em períodos de alta demanda, como no verão, o trabalho é feito com uma maior intensidade, visto a grande movimentação na UC.

Há ainda, o projeto “Operação Tolerância Zero”, cuja função “em parceria com o Batalhão Florestal, ... reprimir a caça predatória e o desmatamento. ... identificação e notificação do infrator, mas, muitas vezes, também acontece a prisão do mesmo” (QUEIROZ, 2018, p.113-114).

De acordo com entrevista realizada com a coordenadora de educação ambiental do parque²⁷, alguns projetos foram interrompidos no período da pandemia (de março de 2020 até o fim de 2022), voltando a “passos de tartaruga”, como expressa a entrevistada, a partir da busca de grupos escolares como ferramenta extracurricular.

De maneira geral, Queiroz (2018) destaca a limitação das ações ambientais a grupos escolares do município e ação restringida por conta de quadro reduzido de funcionários. Chama a atenção o Projeto ‘Operação Tolerância Zero’, já que – como em muitos estudos de caso – é justamente a política repressiva que resulta na intensificação do uso conflitante dos recursos do parque. Ou seja, ainda que o intuito seja aproximar o morador e o visitante ao PNMNI é preciso que medidas cautelosas sejam aplicadas para que de fato haja a aproximação consciente. E reduzindo os conflitos socioambientais, a comunidade pode até ampliar o seu olhar visto que é de interesse da gestão, dos funcionários, da academia e de muitas escolas aproximar essa interação.

O parque afere diferentes valores sociais e interdisciplinares, mas que só mesmo o conhecendo podemos ter este olhar para tal e conseqüentemente vislumbrar o apropriar de seus recursos como acervo ao patrimônio natural local.

4.3 O PNMNI enquanto Geoparque

Embora não seja o intuito dos autores apresentarem diferentes categorias de parque, utilizando a definição do SNUC como a principal desta pesquisa, precisamos destacar que além do valor histórico-cultural e natural, o PNMNI ganha notoriedade no campo da geomorfologia.

A hipótese da existência de um vulcão em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do

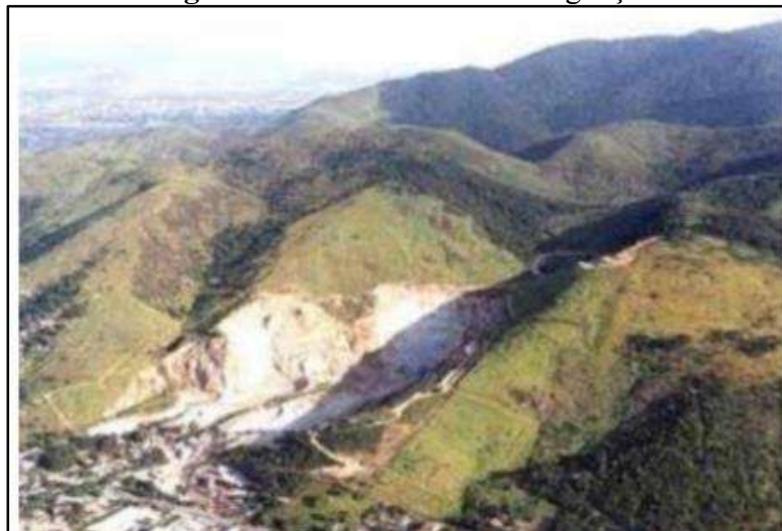
²⁷ Entrevista concedida para esta investigação em 03 de fevereiro de 2023.

Estado do Rio de Janeiro, **tem aguçado a curiosidade de muitas pessoas, ao longo dos anos, para visitar o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI). Não somente a curiosidade dos estudiosos das geociências, mas também de leigos no assunto que ficam entusiasmados pela ideia de conhecerem um vulcão brasileiro, mesmo este não estando mais em atividade (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013, p. 2, grifo nosso).**

Ao longo dos anos muitos estudiosos se questionaram sobre a existência (ou não) do vulcão na região; como Lamego (1954) que constata “a presença de *ignimbritos*, rochas provenientes de fluxos piroclásticos”, chamando o ponto de “Chaminé do Lamego” (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013, p. 10-11). Todavia, André Vieira e Victor Klein, geólogos que estudaram o campo das geociências no estado do Rio de Janeiro, quando analisaram fotos de Nova Iguaçu, em 1977, “constatarem ocorrências de rochas vulcânicas que, dispostas de forma circular, cobriam uma extensa área da Serra de Madureira, no Maciço do Gericinó” (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013, p. 11).

Em 1979, “foi noticiada, na Sessão Extraordinária na Academia Brasileira de Ciências do Rio de Janeiro, a existência de um vulcão no Município de Nova Iguaçu”, passando a área a ser conhecida como “Vulcão de Nova Iguaçu” (Figura 20), a partir dos anos 2000 diante da divulgação midiática. Em 2004, foram instalados, pelo Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ), “seis painéis interpretativos no PNMNI, ao longo da Estrada da Cachoeira”, tendo por finalidade “transformar a linguagem científica em popular e, desta forma, promover a divulgação e proteção do patrimônio geológico estadual” (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013, p. 11).

Figura 20: O Vulcão de Nova Iguaçu



Fonte: GEOMORFUSJR, 2019.

Ainda na perspectiva do Geoparque, outro atrativo de caráter geomorfológico que podemos encontrar no PNMNI é a Pedreira desativada São José (Figura 21).

A pedreira desativada forma um bellissimo anfiteatro, composto majoritariamente pela rocha sienito, que é de origem ígnea plutônica, alcalina, contendo, principalmente, os minerais: feldspatos e anfibólios. A formação do sienito se dá pela cristalização do magma em profundidade na câmara magmática. Com a denudação, isto é, remoção da superfície por efeito erosivo, **o sienito foi exposto de forma nivelada, e aflorado, posteriormente, pela mineração de brita, formando um magnífico paredão rochoso** (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013, p. 13-14, grifo nosso).

Figura 21: Pedreira São José



Fonte: os autores, 2023

Hoje, a Pedreira é espaço para atividades recreativas, contação de histórias, celebração de eventos, palestras e de interação social, como explicam os coordenadores de área na entrevista que apresentamos no capítulo seguinte.

Oliveira e Da Costa (2013, p. 14-15), ainda discutem sobre outros recursos de valor geomorfológico presentes no PNMNI, como o poço do Escorrega que “é formado pela integração de processos endógenos e exógenos, medida que, a presença de diques de traquito, estruturas tabulares encaixadas em brecha, propicia a abertura de poços superficiais pela ação erosiva das águas fluviais e pluviais”; e a ponte sobre o rio Dona Eugênia, que “permite contemplar o leito rochoso do rio em seu curso médio-superior, além de tornar visível o limite

entre os Municípios de Mesquita e Nova Iguaçu”.

Ademais, o poço das Cobras que

além uma pequena queda d’água com cerca de 4 m de altura, uma piscina natural formada pela ação das águas do rio sobre o leito rochoso. Neste *geomorfossítio* pode ser contemplado, ainda, um didático contato litológico de sienito e brecha, o que indica a possível ocorrência de falha geológica (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013, p. 15-16)

Também, pode ser citado, o poço do Casarão, “uma aprazível paisagem geomorfológica com presença de piscina natural e pequena cachoeira” (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013, p. 15-16), e a cachoeira Véu de Noiva (Figura 22),

... uma queda d’água com cerca de 55²⁸m de altura, que desce em um relevo escarpado, **formando um caminho esculpido pelas águas que deságuam em uma piscina**. Seu acesso se dá pelo leito do rio, sendo assim pouco explorada em atividades educativas, **porém é um ponto de grande atratividade**, utilizado em roteiros de passeios realizados por agências de turismo no Parque. **É importante ressaltar que, do topo da cachoeira tem-se uma das mais belas** e didáticas vistas do vale do rio Dona Eugênia. (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013, p. 17, grifo nosso)

A beleza cênica, acima da cachoeira Véu de Noiva, hoje é conhecida como Janela do Céu (Figura 21), estabelecendo uma conexão com a famosa paisagem de mesmo nome que se encontra no Parque Estadual do Ibitipoca (MG), uma vez que os que conhecem as duas vistas podem dizer que uma não se inferioriza a outra (G1, 2021).

Figura 22: Janela do Céu, PNMNI



Fonte: (G1b, 2021)

²⁸ Dados mais recentes apontam que a queda d’água é de 82 metros (G1, 2021) retificando os 55 metros da pesquisa de (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013).

Sendo assim, a presença de recursos geomorfológicos faz com que o PNMNI receba o título de geoparque (OLIVEIRA e DA COSTA, 2013, p. 10). Reiterando que sua configuração enquanto geoparque só amplia o nosso olhar sobre esta UC diante de seu potencial interdisciplinar não só no campo do patrimônio, mas de relevância acadêmica a muitas outras áreas.

Um geoparque é um território, bem delimitado geograficamente, com uma estratégia de desenvolvimento sustentado **baseada na conservação do patrimônio geológico**, em associação com os restantes elementos do patrimônio natural e cultural, **com vista à melhoria das condições de vida das populações que habitam no seu interior** (BRILHA, 2009, p.28 grifo nosso).

Entretanto, um dos desafios do PNMNI para ser reconhecido como geoparque é o apreço geológico por parte dos moradores de entorno e visitantes, de acordo com Oliveira e Da Costa (2013), muitos dos que visitam ou frequentam o parque não conhecem a riqueza que este patrimônio resguarda.

Segundo Brito (2007), um dos grandes problemas enfrentados pelos gestores das UC, em especial as de proteção integral, como os parques e a reserva biológica, é o distanciamento da população em relação aos objetivos de conservação.

Assim, de acordo com Oliveira (et al., 2015, p. 87), devem ser incentivados “processos de comunicação ambiental que se mostram cruciais para chegar à população, motivá-la, aproximá-la a estratégia de conservação de uma área protegida”.

Neste contexto, para vencer tais desafios, mais do que nunca, fazem-se fundamentais projetos como os citados nos estudos da Queiroz (2018) alicerçados em um bom programa de uso público e de interação socioambiental, até por sua ampla diversidade que afere valor a distintas ciências.

4.4 O PNMNI enquanto atrativo turístico da região e perspectiva para o futuro

Como tratado, um dos objetivos do parque é ser uma opção de lazer para a comunidade local e do entorno, e da Baixada Fluminense, como um todo. São inúmeros os atrativos, tanto naturais quanto culturais, como aqui apresentados.

Desde 2017, como estratégia de ordenamento turístico, a Baixada Fluminense, no que tange ao Programa de Regionalização do Turismo, passa a ser reconhecida pela nomenclatura

Baixada Verde, no Mapa do Turismo Brasileiro²⁹, no intuito de aproximar a imagem da região ao patrimônio natural ali presente, o que traz novas expectativas para o turismo na região.

A região turística é composta por dez dos treze municípios que compõem a Baixada Fluminense: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Guapimirim, Itaguaí e Paracambi que por questões geográficas se entrelaçam em outras regiões turísticas, a região Serra Verde Imperial, Costa Verde e Vale do Café, respectivamente (RICHTER *et al.*, 2019).

Nesse sentido, o PNMNI encontra-se como um importante atrativo da nova região do Mapa do Turismo Brasileiro que imprime à Baixada Fluminense o adjetivo verde.

Segundo informes de visitação, descritos pelos entrevistados, o parque recebeu em 2022, aproximadamente 33 mil visitantes.

Quanto ao perfil do visitante, na ocasião da elaboração do Plano de Manejo da UC, era definido pelos seguintes dados:

- 63,6% ... têm renda de até um salário-mínimo, mas 100% residem em casa própria;
- **86,3% dos entrevistados eram do sexo masculino, ficando 50% na faixa de idade de 13 a 29 anos, e os restantes 50% na faixa de 39 a 70 anos;**
- **45% não concluíram o 1º grau ou estão concluindo, 22% têm o 2º grau incompleto, 18,1% possuem o 2º grau completo e 13,6% declararam-se alfabetizados;**
- **50% dos visitantes foram a pé até o Parque, 22,7% foram em carro próprio e os demais de bicicleta;**
- **95,4% ... apontaram a necessidade de lazer como o principal motivo para ir ao Parque e alguns acrescentaram o ecoturismo como outro motivo.** (SEMUAM, 2001, p. 50, grifo nosso)

Em pesquisas mais recentes, Santos (2014, p. 59) relata que:

...os visitantes são oriundos da Baixada Fluminense, frequentam o parque com o objetivo de fazer caminhadas, banhar-se nas cachoeiras e ter momentos de lazer com a família. Existem visitantes de diversas faixas etárias, porém a maioria são jovens do sexo masculino, que frequentam o Parque mensalmente ou algumas vezes por mês, tendo como atrativos mais frequentados a Cachoeira Véu de Noiva, trilhas, Poços, Casarão e Represa Epaminondas Ramos. Apesar das conclusões das entrevistas feitas, é válido mencionar que, em meses de maior visitação (verão e período de férias escolares), o PNMNI recebe visitantes de outras localidades, até mesmo do exterior (segundo informação da voluntária do parque, a UC já recebeu turistas oriundos da Inglaterra e Alemanha). O parque também recebe estudantes de escolas da região, muitas vezes para atividades de educação ambiental. Aqueles que frequentam mais vezes ao mês costumam ser os moradores do entorno, já os visitantes que já estiveram

²⁹ O Mapa do Turismo Brasileiro “é um instrumento no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que define a área – recorte territorial – a ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério do Turismo [...] os municípios são categorizados no intuito de identificar o desempenho da economia do setor nos municípios a partir de cinco variáveis cruzadas em uma análise de cluster”. (MTUR, 2023)

em outros parques são aqueles que praticam atividades de ecoturismo e são amantes da natureza.

Na pesquisa realizada para o Plano de Manejo, os visitantes da época apresentavam as seguintes queixas:

- **68,1% ... consideraram que a prática de despachos é o que mais prejudica o local**, seguido pela falta de segurança, policiamento regular e fiscalização;
- **36,3% opinaram pela necessidade de luz elétrica na área do Parque e 40,5% sugeriram melhorias na estrada do interior da área**, como colocação de asfalto e pó de pedra;
- **22,7% dos entrevistados acusaram o uso e o tráfico de drogas no interior do Parque e quatro pessoas lastimaram as agressões ao meio ambiente**, apontando as queimadas no local, e um visitante afirmou que viu árvores sendo cortadas; (SEMUAM, 2001, p. 50, grifo nosso)

Santos (2014, p. 58-62), reitera que a principal queixa está em cima da violência e da caracterização de favela que cerca a UC, e que além dos lixos despachados há também a utilização da região como esconderijo de traficantes o que amedronta a comunidade do entorno, agora em relação a queixas sobre a gestão, devido à falta de conhecimento sobre o que é uma unidade de conservação.

Muitos dos entrevistados de sua pesquisa (65%) não conhecerem outra área protegida para comparar, limita-se a visão do que os locais esperam do PNMNI enquanto patrimônio e bem de uso público.

Após mais de 20 anos da elaboração do Plano de Manejo da UC e nove da pesquisa de Santos (2014), provavelmente, as queixas do visitante podem ter se alterado, bem como o panorama do turismo na região da Baixada Fluminense se modificou com a reorganização e mudança de nomenclatura para vias de planejamento do turismo da região turística Baixada Verde, mas, o fato é que o parque continua a ser uma alternativa de grande valia ao lazer para as comunidades do entorno e desponta como um dos principais atrativos turísticos da região.

Como evidenciado, entre as principais atividades desenvolvidas pelos visitantes estão o banho nas cachoeiras, as caminhadas pelas trilhas e a prática de esportes radicais como rapel, ciclismo, voo livre, escalada, *slack line* e outros³⁰, como comentaram os coordenadores do parque na entrevista a seguir descrita.

Richter *et al.*,(2019, p. 34), destacam que a prática do esporte, por exemplo, que pode ser estimulado junto à comunidade de entorno e visitante, é uma importante ferramenta que “ajudaria a apoiar o turismo dentro e no entorno desses lugares, bem como o turismo apoiando

³⁰ Estes seriam os usos 'autorizados' do parque. O patrimônio também pode ser apropriado de maneira considerada indesejada, como citado anteriormente (tráfico) ou mesmo expressar certa medida de racismo ambiental (perspectiva dos frequentadores a ritos religiosos por eles desconhecidos).

o esforço de conservação e a comunidade, em um modelo de gestão em que todos ganham”. Ao valorizar e apreciar a beleza cênico-paisagística destes locais da maneira correta, não só se estimula a comunidade local a ter um novo olhar quanto ao bem natural, sua importância natural, cultural e social.

Sendo assim, uma vez caracterizado institucionalmente, por meio de seu o valor histórico-cultural e natural e discutir as perspectivas turísticas do parque, no próximo capítulo, para complementar e satisfazer o social, através de como o homem volta o seu olhar para com o PNMNI, buscou-se compreender como tem sido a gestão da UC na região in loco, a fim de apresentá-la a visitante e a comunidade a possibilidade de apropriação do natural por seu valor ao patrimônio.

Afinal, seja pelo uso recreativo proposto pelas atividades de lazer do Observatório de Turismo, ou pelas atividades propostas geridas pela gestão do parque junto a academia, as quais transcrevem o foco desta pesquisa que é reconhecer o parque por seu valor como um todo, principalmente, diante da diversidade cultural e interdisciplinar por ele disposto, revalidar o olhar sobre o pertencimento e a apropriação do espaço maximizam as potencialidades superando os desafios.

Talvez ainda muito precise ser feito para retificar o olhar da imprensa e de muitos moradores - seja pelo descaso, a violência, a degradação e outros desafios anteriormente descritos que possam sobressair a valorização do espaço- o que possa corroborar negativamente ao cuidado devido do ser social para com o seu habitat, mas estamos aqui fazendo a nossa parte a fim de valorizar o nosso território por sua diversidade, ainda que as gerações futuras usufruam mais e melhor destes locais.

O PNMNI é uma área de conservação, viva e a disposição da sociedade, independente do uso, cabe cuidar deste território como uma extensão de nossas casas, para que futuramente, seja possível viabilizá-lo ao turismo em equidade ao que ele já representa para o lazer e para a academia.

5. CAPÍTULO IV: PNMNI - PATRIMÔNIO NATURAL DA BAIXADA FLUMINENSE? OPORTUNIDADES E DESAFIOS

No capítulo I foi discutido a relação homem-natureza. Assim, a conservação da natureza é reconhecida como uma condição necessária à vida do homem e a natureza como parte de sua constituição, por isso, essa deve ser reconhecida como um bem de valor biológico, mas, também, cultural. Santos (2002), descreve que esta troca, homem-natureza, pode permitir o uso consciente do natural, sendo, então, inviável distinguir o meio ambiente de seu valor social e cultural.

Trouxe a abordagem das Cartas Patrimoniais sobre a natureza como patrimônio ao redor do mundo, e como o valor social se agrega a esta tipologia, se apropriando do natural ao ideal de pertencimento na relação homem e natureza.

Também, discutiu-se a compreensão do natural, enquanto bem protegido em nosso país, através das imposições da legislação ambiental. Nessa legislação percebemos uma priorização da perspectiva biológica e comercial das áreas naturais, sem uma maior preocupação com a perspectiva cultural, como as que envolvem as comunidades que possam existir neste(s) local(is).

Além disso, como afirma Diegues (2008,p. 22) “quase nunca os governos avaliam os impactos da criação de parques sobre o modo de vida dos moradores locais que, muitas vezes, tinham sido responsáveis pela preservação das áreas naturais”, mas que agora diante da imposição da lei, precisam migrar para outras terras, às vezes são criminalizados como promotores de práticas conflituosas, mesmo que tais práticas sejam referência a sua sobrevivência histórica no local, como a agricultura e outras.

O artigo 225 da nossa Constituição declara que “todos têm direito ao meio ambiente equilibrado” (BRASIL, 1988, art. 225), então, questionamos como este direito equilibrado promove uma interação social que preserve o bem, sua biodiversidade, dentro da proposta de compreender o natural como patrimônio.

Foi discutido a incipiência do reconhecimento do bem natural como patrimônio cultural, e listamos alguns dos bens naturais que já foram reconhecidos/ tombados – seja por órgãos federais, estaduais ou municipais – predominantemente, ainda com o argumento da beleza cênica e monumental, e com pouco destaque às trocas sociais que ratificam a interação homem-natureza ali presentes.

No capítulo II, buscou-se compreender como o estudo do patrimônio natural se insere na Baixada Fluminense, e, para isso, propomos uma breve caracterização histórica sobre a

formação deste território que se originou com povos tradicionais, passando por ciclos agrícolas de ascensão e decadência e agora industrial.

Hoje, a diversidade da BF configura uma nova realidade, mas a comunidade não mais se reconhece parte deste espaço e, diante dos percalços que vive de carências estruturais e sociais (alto índice de tráfico e violência, descaso público, desordenamento urbano, poluição que proporcionam uma maior vulnerabilidade social), não entende a necessidade de resguardar seus bens, abstendo-se, então, de reconhecer seu valor histórico, ainda que como discorrido existam projetos que possam contribuir para a concepção ou percepção do parque como um patrimônio pela população.

Por mais que os dados estatísticos corroborem para a depreciação da imagem da Baixada Fluminense, não podemos reduzir esse território às suas carências e problemas socioterritoriais, desprezando sua história, riqueza natural e seu valor. Por isso, caracterizamos as áreas naturais dispostas neste território – que somam 80 UCs – a fim de servir de instrumentos para que essa população valide esta interação, entendendo o homem o seu papel de preservar seu habitat, e até mesmo, orgulhando-se do espaço onde habita.

Enfim, no capítulo III, chegamos à área recorte de nosso objeto de estudo, ultrapassando as barreiras de lazer e recreação de visitantes e moradores, mas o problematizando enquanto patrimônio histórico-cultural, em sua perspectiva ampliada como defende a Constituição Federal de 1988, articulando aos seus vieses interdisciplinares.

Com isso, com base no plano de manejo do PNMNI e autores, como Mello (2008), Duarte (2010), Oliveira e da Costa (2014) e Queiroz (2018), caracterizamos a história que deu origem à UC; seus principais atrativos e trilhas; as prioridades do público ao visitar a unidade; e como a prática de esportes junto ao natural, do estudo, da recreação e da apreciação da natureza corroboram para olhar o parque enquanto patrimônio da comunidade de seu entorno e do visitante.

Discutiu-se neste capítulo, também, o reconhecimento da UC como geoparque por seu valor geológico através das formações vulcânicas inseridas no espaço e sua beleza cênica ímpar. Apresentado a perspectiva que vem se desenhando com a criação da região turística Baixada Verde e da implementação do Observatório de Turismo e Lazer no âmbito da UFRRJ como potencial para ressignificar o olhar do morador da Baixada e dos visitantes para o seu potencial turístico.

Projetos estes que podem contribuir para a transformação do olhar sobre o parque enquanto patrimônio, seja pelas tarefas de reflorestamento e coleta de lixo para a conscientização ambiental, visitas guiadas que orientem o visitante sobre a história e a cultura

que perpassam o que os olhos somente compreendem e os projetos acadêmicos que maximizam este olhar, interdisciplinar sobre o local, sejam estas atividades propostas pela unidade, pela UFRRJ ou pelo Observatório, todas possuem esse objetivo em comum: aproximar o morador local e do entorno ao uso e reconhecimento do parque.

Assim, neste último capítulo, a partir de questionários aplicados a uma pesquisadora especialista, o secretário de meio ambiente e o gestor do PNMNI, em um primeiro momento, como apresentado em nossa introdução, e, dialogando em um segundo momento, com um grupo formado pelos coordenadores de pesquisa, de uso público, de planejamento e de educação ambiental da UC – buscando evidenciar o intuito de promover a interação da comunidade para com o bem junto a potencialidades e desafios para essa compreensão na perspectiva dos entrevistados, contextualizando as informações nesta pesquisa divulgadas, avaliando o pertencimento e a apropriação do natural como elementos característicos a ideia do instituído por patrimônio natural e como os objetivos do parque assim se assemelham.

Foi possível discutir como o parque é observado por aqueles que o visitam e qual o impacto que visualizam exercer em suas vidas de forma a ressignificar este olhar sobre o espaço.

5.1 O PNMNI e seus benefícios para a comunidade local

Com base nos questionários aplicados, os entrevistados descrevem a UC como um espaço de múltiplas potencialidades para a pesquisa e lazer, um bem de grande valor para a comunidade.

É perceptível em suas declarações, que o PNMNI tem muito a oferecer no campo da educação ambiental, visto a sua diversidade em fauna, flora e recursos hídricos, possibilitando estudos em diferentes campos do saber, e intensa interação entre visitante e esse cenário interdisciplinar.

Todavia, para os entrevistados, a ideia da maioria dos visitantes procurarem o parque para o lazer é uma proposta simplista diante de tudo o que a UC pode ofertar a quem dela consumir, afinal existem diversos projetos de aproximação da comunidade ao local que possam ratificar esta ideia.

Entre os projetos citados, destacamos:

“Parque para todos” – projeto de acessibilidade para atrair todo e qualquer público, voltado à inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, independente da sua limitação;

“Música na Natureza” - que acontece em determinados eventos, como o aniversário

do parque, semana em comemoração ao meio ambiente, entre outros, trazendo cantores locais que, através de suas músicas, buscam induzir a conexão dos participantes com a natureza. Todavia, este projeto já sofreu alterações de nome e inseriu outras atividades como reflorestamento e voluntariado para limpeza do parque, envolvendo visitantes frequentes e alguns dos moradores do entorno.

Foram também citados os projetos **“Recuperando nossas matas”** e **“Aprendendo e Preservando”**, este último descrito na tese da professora Edileuza Queiroz (2018), já citado neste trabalho, mas que hoje está em fase de reelaboração, estando ambos sendo redigidos para enriquecer pesquisas sobre o reflorestamento, educação ambiental e de conscientização do uso público que corroborem para a aproximação do homem ao local, aprendendo também como gerir deste espaço da maneira mais apropriada reduzindo os impactos socioambientais.

Quanto ao reconhecimento do parque junto ao olhar da comunidade, na predisposição, percebemos que, nem naquele momento, e tampouco no atual, os envolvidos reconhecem o parque como um patrimônio do qual são os detentores, todavia muitas das vezes por carência de informação e não somente por demérito.

Nas discussões se destacaram as limitações em enxergá-lo em sua plenitude, sendo para a comunidade apenas uma área para recreação, novamente reconhecendo que a falta de informação possa ser a maior contribuinte para este olhar, embora ainda que para o uso recreativo, o uso voluntário do PNMNI pode ressignificar esta proposição, uma vez dito nas entrevistas do segundo momento que muitos chegam ao parque pelo banho nas cachoeiras, mas saem dali detendo conhecimentos aos quais os surpreendem e sentem-se no direito de trazer novos visitantes para que também conheçam e desfrutem do espaço por sua totalidade.

Para os entrevistados é evidente que o parque é um bem patrimonial não somente do município de Nova Iguaçu, mas de toda a Baixada Fluminense. Logo, resta-nos o desafio de levar a comunidade meios de enxergar o parque com este olhar, compreendendo sua importância por seu valor histórico, cultural, social e natural, ainda que pelo uso recreativo.

Entre os caminhos visualizados está o aprofundamento e divulgação das pesquisas interdisciplinares ali realizadas ao público em geral, e o desenvolvimento de projetos sociais que estimulem o sentimento e valorização do morador da BF para com o seu espaço cotidiano de vida.

Para o grupo observado os caminhos também foram definidos através do seu contato diário com os visitantes e moradores que possuem até uma ideia melhor do que o parque representa e são – ou deveriam ser - os principais interessados por essa conquista.

E por mais que haja o interesse de promover o PNMNI como atrativo, se a comunidade

não o valoriza e o reconhece por seus benefícios, como esperar daqueles que vêm de fora que tenham este cuidado para com este espaço?

Embora os entrevistados nos dois momentos acreditem que o parque possa sim estar preparado para o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo, é necessário reforçar de antemão esta proposta junto aos locais, que direta ou indiretamente dependem do uso do espaço, não nos esquecendo de como também preservá-lo para o uso das gerações futuras.

Ainda que simples e diretas, algumas dessas perguntas podemos observar que, mesmo no intuito de promover o parque enquanto atrativo turístico, antes precisamos entender a sua função enquanto UC, seu valor para a comunidade e como de fato seu uso pode colaborar para a melhoria da imagem que o morador tem sobre a Baixada.

Afinal se como Gonçalves (2003, p. 27), nos diz “o patrimônio de certo modo, constrói, forma as pessoas”, se separamos o homem da natureza, ela pode até ser valorizada por sua beleza, mas sem interação ela perde sentido não só no campo do patrimônio, mas na educação como um todo.

E como naquele momento não conseguimos compreender na prática como a gestão reconhece a necessidade desta interação, buscamos fomentar esta entrevista de outra forma, reconhecendo o olhar daqueles que têm contato direto e diário com o público dentro da unidade, todavia ainda que existam projetos e parcerias que promovam a interação in loco, precisamos compreender como eles atuam na prática no intuito de validar a apropriação do PNMNI enquanto patrimônio.

5.2 O PNMNI e a busca ativa de reconhecê-lo como Patrimônio

Para validar a proposta deste subitem, precisamos ir a campo realizar entrevistas que corroborem para a prática das atividades - se elas ocorrem e como se dá a interação do parque com a comunidade - uma vez que compreender a visão de pesquisadores e gestores da UC não sejam suficientes para o nosso objetivo se não estiverem de comum acordo do maior beneficiado: a comunidade, principalmente aqueles que se encontram às margens da unidade e são detentores de conhecimentos que, possivelmente, ressaltem a apropriação do bem, por isso sendo indispensável este diálogo que não se constrói somente pelo olhar dos coordenadores, mas do que eles escutam e vivenciam in loco diariamente.

No dia 02 de fevereiro de 2023 foi realizada uma entrevista com quatro coordenadores de diferentes áreas do PNMNI (Figura 23), para conferir e validar algumas informações referentes ao levantamento teórico previamente exposto, dialogando com os dados coletados na

entrevista anterior, a fim de alcançar os objetivos que orientam esta pesquisa, entre elas a relevância do parque para a comunidade seja como atrativo ou como parte do patrimônio não só da cidade de Nova Iguaçu, mas da Baixada Fluminense, como antes mencionado.

Entre os entrevistados estavam: Mariana Xavier que iniciou suas atividades no parque há pouco mais de dois anos como estagiária e, hoje, coordena o setor de pesquisa.

Esta que é formada em Gestão Ambiental, traz em sua fala suas responsabilidades, como: a liberação de pesquisas no parque, coordenando, fomentando e monitorando-as de acordo com os interesses comuns do parque e da comunidade, promovendo eventos e ações de interação social com a finalidade de que os trabalhos não sejam somente validados pela academia, mas também como elas versam com o uso público pensando-se nas medidas de preservação, e/ou possíveis modificações no plano de manejo.

Compreendendo que a pesquisa não deva ser somente bibliográfica, pois destaca que a descrição de seu cargo é exatamente a de buscar efetividade em pesquisas e como se beneficiar delas para a coletividade.

Outra entrevistada foi a graduanda em Gestão Ambiental Viviane Brito, coordenadora de Educação Ambiental, esta que também chegou no parque como voluntária há um ano e hoje coordena essa área.

Em sua fala destaca que sua função é avaliar o cumprimento do plano de manejo no que diz respeito ao uso do parque com a integração do entorno, justificando o que o PNMNI significa para a sociedade; observando o que é a educação ambiental; quais as leis impostas para o cuidar da fauna e flora; traduzir estes dados para a leitura de um grupo como um todo; aproximar o valor do parque não só para o meio acadêmico, mas também para o morador e o visitante, este que muitas vezes desconhece a importância de se preservar uma área natural ou sequer sabe o que vem a ser uma área protegida, desmistificando que a ida ao parque seja apenas para a extração de matéria, mas que possa reconfigurar o respeito para com o espaço natural, cultural e histórico que todos querem desfrutar, mas que carecem de informação sobre como acessar estes espaços sem causar grandes impactos.

O terceiro entrevistado foi o coordenador de Uso Público Rodrigo de Souza, graduando em Gestão Ambiental, técnico em Turismo e Meio Ambiente e que trabalha no parque há praticamente dois anos, iniciando suas atividades ainda como voluntário.

Atualmente, entre suas funções, Rodrigo destaca a importância da integração de sua área para com as demais, visto que sua responsabilidade é para com o visitante, alegando ser importante estar com o olhar afinado para entender as necessidades por trás de sua visita - diante de sua fala, observamos que ele é o que entra mais em contato com o público no parque e suas

respostas confirmam não só o seu olhar sobre a unidade, mas também como dialogam com o que ele escuta.

Em suas palavras, um relatório mensal é feito para entender como está a visitação no parque; a origem do público; qual é o público-alvo; quais são as propostas no olhar deste público para melhor usufruir do espaço; contextualizar a visão do público com os objetivos da gestão e do plano de manejo.

Ademais, estão entre suas prioridades laborais: estar sempre atento aos esportes e atividades que estão sendo praticados/realizados no parque sem que danifique a paisagem, a fauna e a flora e por isso a necessidade de avaliar qual(is) pode(m) ou não ser(em) desenvolvida(s); abrir novas trilhas, inclusive para o ciclismo; propor a regularidade na prática do rapel, obedecendo as diretrizes estabelecidas em plano de manejo, trabalhando sempre com a comunidade; com a educação ambiental; fazer projetos para que os munícipes tanto de Nova Iguaçu quanto de Mesquita entendam a relevância do PNMNI para a região.

E por último, Rogério Gouveia, coordenador de manutenção que trabalha no parque há oito anos, este que identifica o seu trabalho mais como braçal do que técnico, relata que, através de sua experiência, entende a necessidade de colocar o visitante como principal apreciador do parque. Ademais, relata que a parceria entre todas as áreas é fundamental para o bom funcionamento da unidade.

Diante da relevância da entrevista para esta pesquisa e para o parque, os dados coletados foram gravados em áudio com a permissão de todos os envolvidos (ANEXO B) para a colaboração e a divulgação dos resultados junto a este trabalho de pesquisa.

Figura 23: Registro da Entrevista



Fonte: os autores, 2023.

Levando em consideração o trabalho em conjunto que os entrevistados realizam, as perguntas foram feitas em aberto para que pudessem opinar, compartilhar e discutir livremente sobre a temática a fim de uma complementação seja das em contexto a pesquisa anterior ou a análise mais criteriosa sobre o tema para satisfação dos objetivos da pesquisa. Sendo assim, discutiremos as perguntas propostas a seguir, buscando contextualizá-las aos interesses deste trabalho e do questionário previamente aplicado.

5.2.1 Contextualização das Entrevistas

Destarte, perguntamos: Como eles acreditam que o parque é visto hoje pela comunidade? E assim como nos questionários, sob a ideia do parque ser um ambiente recreativo, os entrevistados alegam que muitos que estão no entorno vão ao parque mais pelas cachoeiras, dizendo que o foco é ir, pular, mergulhar, trazer familiares; um ou outro sobe ao parque para correr, caminhar ou realizar qualquer outra atividade física, sem nenhuma preocupação ecológica em relação a cuidar do parque - destaca Mariana.

Já os que moram mais distante, até se interessam em ir ao parque, mas têm medo por achar que a comunidade é perigosa, inclusive os entrevistados alegam que recebem e-mails perguntando se é tranquilo ou não o acesso, todavia, unanimemente eles alegam que nunca se depararam com casos de violência direta na unidade e uma das prerrogativas do trabalho de conscientização que é feito é exatamente para transformar essa imagem negativa que o público tem sobre o parque, até porque esse não reconhecimento já ocasionou diversos casos de descuido tanto da flora quanto da fauna, e de seus recursos.

Para tal, todos os entrevistados também ao dialogarem com o público que visita a unidade enaltecem que com a intervenção da educação ambiental seja possível salientar um novo olhar sobre a unidade, ainda que seja um trabalho a longo prazo.

Rodrigo complementa que o parque é uma área bem grande de 1100 hectares e diz que com a adição da guarita na área norte – área conhecida como Serra do Vulcão que hoje não dispõe de uma entrada de visitantes – é possível mudar essa percepção dos visitantes sobre o parque, pois os que acessam mais a esta área são trilheiros experientes, praticantes de esportes radicais, *bike racers*, pesquisadores e outros, isto é, na sua concepção, alega que estes já possuem uma visão melhor orientada em relação aos que acessam a área sul – acesso principal onde está o circuito das águas e o público-alvo é diferente - destaca o entrevistado sendo sua análise compatível com a dos demais, ainda que com outras palavras.

Infelizmente, devido ao pouco contato com os visitantes da área norte pela carência de uma guarita e uma recepção, talvez ampliar um olhar favorável do parque como patrimônio por aqueles inseridos naquele contexto geográfico, possivelmente, teríamos uma resposta mais favorável em menor tempo, afinal estes, em sua maioria, já creditam ao PNMNI um bem de valor acima do recreativo, palavras dos entrevistados.

Rodrigo destaca a presença do visitante consciente que é aquele que se preocupa com a conservação das trilhas, que almeja realizar pesquisas; é o curioso que almeja saber quais são as plantas e animais que estão ali. Mas estes ainda estão em menor número.

Viviane, por sua vez, diz que não somente o entorno, mas o olhar do ser humano já foi condicionado a olhar para os recursos naturais como algo a ser extraído. Ela menciona que o público extrai o lazer, a paz de espírito, mas tem um comportamento desfavorável, como querer entrar no parque com uma caixa de som, fazer um churrasco ou passear com o cachorro e muitas vezes tem isso em mente por não ter afinidade com uma unidade de conservação e como exercer o seu papel de preservação do espaço.

Os entrevistados ainda fazem uma comparação com o parque do Gericinó em Nilópolis (RJ) que é outra área de proteção na Baixada, mas que atrai um outro público que dispõe de outros recursos, deixando a entender que este tipo de atividade é possível acontecer lá, mas que não condiz com os ideais do PNMNI.

Uma outra observação apontada foi de que muitos sequer têm noção de que pessoas de fora do Brasil visitam o parque, alguns até chegam ao PNMNI com guia, mas outros sozinhos, Chilenos, Paraguaiois que até eles, se questionam sobre como este público chegou até ali.

Em contrapartida, existe um público aqui de Nova Iguaçu que não faz ideia da existência do PNMNI. E outra, não reconhecendo que às margens da UC poderiam desenvolver atividades econômicas que salientem o desenvolvimento socioeconômico local.

Uma outra alternativa salientada para ressignificar o olhar sobre o parque é através de contato com os mais antigos residentes do entorno que conhecem histórias não registradas, as quais preconizam a inauguração da unidade; histórias estas que não estão nos livros, mas que só podem ser conhecidas através deste contato, por isso, a importância de trazer escolas e a academia, a fim de reformular e ressignificar o valor que o parque dispõe não só para a gestão, mas para todos que dele usufruem, observam os autores sobre as respostas dadas nos dois momentos.

Todavia, até pela aceleração de informação as histórias acabam não sendo passadas e acaba influenciando sobre a visão do que o parque representa. Seria olhar o valão e não o enxergar apenas como valão, mas sim como o Rio Dona Eugênia e cobrar do órgão responsável

a sua limpeza, ratificam os entrevistados.

Existem áreas do parque em que é possível enxergar toda a Baixada Fluminense, até mesmo áreas mais distantes como o maciço da Tijuca, o Cristo Redentor, porém este sentimento de pertencimento acabou se perdendo. É algo que nós enquanto sociedade devemos começar a movimentar em nós mesmo, pois “a conscientização, o desenvolvimento sustentável, a preservação das florestas está tudo interligado”, alega Viviane.

Ou seja, seja pelo olhar da gestão, da academia e dos funcionários, os motivos para valorizar o espaço são inúmeros, mas ainda precisamos compreender como levar este conhecimento ao nosso público-alvo, ainda carente de informação sobre os benefícios do parque para a localidade.

Em seguida, observando a disposição de atividades e a concentração de pessoas na área sul, a área de principal acesso, reconhecendo que a área norte muitas vezes encontra-se abandonada, seja pela sinalização ou ponto de referência perguntamos se existe algum funcionário responsável pela área norte que tenha contato com a comunidade e com os visitantes. Rodrigo diz que existe um trabalho de monitoramento e fiscalização e relatou que no dia anterior ao da entrevista esteve pelas trilhas da Varginha, Passa Fome e Contenda, Estrada da Rampa e Dom Felipe (hoje com acesso fechado a visitação) realizando esta função.

O entrevistado relatou que não há um funcionário para desenvolver esta função em especial, mas sim há uma ronda - não regular - pelas trilhas para visualizar e conter impactos da chuva, por exemplo, saber se há alguma visita irregular em áreas proibidas e acrescenta que a área Sul é o núcleo, a base, até em função da sede administrativa, mas reconhece que todos estão sempre em movimento para proporcionar uma melhor experiência ao visitante, não importa a área que ocorra a visita.

Vale destacar que mesmo sem um espaço de informações na área norte, boa parte das atividades, inclusive as propostas por Queiroz (2018) para contenção das queimadas e o reflorestamento são ali desenvolvidas, fora o acesso as principais trilhas que viriam a corroborar para o pertencimento, reconhecendo a história dessa comunidade do entorno, mas que só é possível acesso aos que conhecem bem a unidade, e sem informação ou acesso, como esperar que esta proposição alcance novos olhares?

Em sequência, buscamos compreender o estado de conservação da unidade através dos impactos característicos do uso público. Mariana relata que através de pesquisas é possível visualizar alguns resultados quanto aos impactos. Ela acrescenta que cada zona do parque tem a sua importância, até porque, como o plano de manejo descreve, há zonas intangíveis e outras de uso intensivo

Porém, ela destaca que nas zonas mais visitadas, que são as de uso intensivo, é possível compreender uma área mais degradada. As plantas sofrem menos. Em suas palavras, com um olhar pessoal, fora ao estabelecido pelas pesquisas, hoje a zona de uso intangível, como a área de Céu Aberto que é muito visitada, principalmente para a caça e rituais religiosos – os quais são proibidos, porém existem - é uma área muito afetada e não deveria ser.

Área está onde estão as nascentes que afluem para o circuito das águas, tem em seus nascentes desvios de curso d'água inapropriados, até para a criação de ranchos no meio do caminho, relatam os entrevistados.

Quanto às áreas de floresta Mariana diz que só pelo olhar é possível ver um desfalque pelas aberturas na vegetação que já configuram uma zona de mata secundária e terciária. Essa movimentação irregular tem se encontrado muito com os pontos de acesso proibido como a trilha do P4 e as trilhas de encontro com o Parque Estadual do Mendanha (PEM), mas que infelizmente tem refletido na região central do PNMNI negativamente sobre o uso da UC.

Em relação à fauna é possível ver que os animais estão cada vez mais propensos a hábitos noturnos porque é o momento que não poderiam ter contato com o público que os assustam. Porém, eles observam que com as pesquisas, as zonas de uso intensivo e extensivo são as zonas que um maior número de animais é encontrado, pois mesmo assustados eles não reconhecem o homem como uma ameaça, pois se há muitas pessoas no local é sinal de que não há um caçador, visto que opera nos locais mais vazios.

Também destacam a necessidade de rever e atualizar o plano de manejo, visto que não há suporte técnico ou financeiro para fiscalizar todos os 1100 hectares para que seja viável conter uma visitação inapropriada e inconsequente que danifica a paisagem, a fauna e/ou a flora e sem a atualização até a academia fica a mercê de propor medidas de conscientização e preservação do espaço.

Rogério, por sua vez, diz que o perfil dos visitantes altera mediante a troca das estações, no verão está o público que vem mesmo para o lazer, no inverno os que apreciam as belezas naturais nas trilhas. E diz que com essa mudança, também há alteração quanto a conscientização de quem o visita, o que vem ou não a acarretar impactos sejam sonoros, ou a própria poluição e manuseio das trilhas.

Sobre esta questão é indiscutível o peso que um documento norteador pode fazer a diferença, nos dois momentos de coleta de dados, podemos discutir que a conservação do espaço é um interesse comum, mas a problemática é como levar essa discussão a comunidade que dele usufrui, todavia, vinte e dois anos se passaram da divulgação do plano de manejo e muitas informações divulgadas estão obsoletas e não temos de onde retirar dados mais recentes

sem o aparato da legislação que rege o PNMNI, ainda que exclusivamente para caracterizar atrativos, trilhas ou a sinalização do espaço.

Logo, se é de interesse ampliar o olhar sobre o parque como benefício não só ao patrimônio, mas a demais áreas de estudo, precisamos recorrer e propor uma reedição deste plano a quem de direito, assim novas pesquisas também podem surgir como ferramentas de ressignificação do espaço.

Afinal a ideia de preservar o bem perpassa os objetivos mais significativos observados pelo senso comum como a redução de impactos, mas quais são estes impactos? Como cuidar do local prevenindo estes danos? Querem propor atividades de aproximação à comunidade, mas há um documento que regulamente estas atividades propostas? Ou avaliar o pertencimento é apenas um interesse do senso comum?

Justamente, pensando no senso comum a fim de reconhecer o parque por seus atrativos, perguntamos quais são os atrativos mais procurados pelo público?

Viviane de prontidão afirmou que são os poços: Poço das Cobras, Poço do Casarão e a Janela do Céu – complementou Rodrigo acrescentando a Pedra da Contenda, na área norte, como o atrativo mais visitado naquele lado. Em concordância, Rogério complementa citando as águas como prioridade no período de verão e a área de trilhas no inverno.

Curiosamente, é possível observar que todos estes atrativos citados são os primeiros que visualizamos numa simples pesquisa ao *Google* o que nos leva à seguinte questão: como ampliar o olhar sobre o PNMNI para além das cachoeiras e trilhas populares?

Rodrigo descreve que é possível através de identificar o que venha a ser o pertencimento. Valorizar a sua região. Fazer com que o morador da Baixada entenda o quanto ela é rica em diversos aspectos. Ele destaca que o maciço, por sua vez, não é rico só de biodiversidade, mas também em história e cultura, afirmando que só de conversar com os moradores mais antigos do entorno já é possível mensurar este valor.

Valor este que tanto buscamos ao discorrer os objetivos dessa pesquisa e que nos acrescentam nesta coleta, pois é através do reconhecimento que podemos desfrutar do pertencimento como um viés de apreciação não só do PNMNI mas de outras áreas naturais que caem no esquecimento devido a carência de informação ou de promoção, até mesmo dos órgãos públicos que podem utilizar de campanhas para a divulgação destes espaços, promovendo já um olhar cuidadoso sobre os mesmos que os ressaltem.

Ou seja, se unir as secretarias e órgãos da prefeitura para levantar forças e divulgar o parque com todo o seu potencial, ampliando a visita de escolas alcançando mais alunos - que hoje é um trabalho limitado às escolas que existem no entorno – se aumentassem o raio de

visitação seria possível ampliar o olhar sobre o parque por todos os seus benefícios.

Também, com a divulgação em massa como uso de *outdoors* com fotos dos atrativos, resultados de pesquisas expostos em *flyers* informativos para que as pessoas que são daqui conheçam e desfrutem do parque e de tudo o que ele tem a oferecer, pois o olhar ainda é consideravelmente pequeno sobre todos os atrativos e o que eles representam em conjunto seja para a categoria UC, quem diria para a definição do natural enquanto patrimônio.

Nas duas pesquisas observamos este mesmo resultado: divulgação e promoção do espaço consciente, mas novamente questionamos: Como a gestão realiza - ou pretende realizar - essa função de aproximação? Ainda que através de *flyers* se muitos dados, quando atuais são ambíguos, pois muitos trabalhos acadêmicos sobre o parque não divulgam as mesmas informações, quando oficiais são obsoletos.

Ademais, de volta a entrevista, os coordenadores dizem que existem infinitos atributos, como espécies da fauna e flora – como a begônia - que são bioindicadoras; o Rio Contenda – rio sazonal que se forma com as chuvas que atrai caranguejos de água doce - que até o *staff* ainda está descobrindo, isto é, uma infinidade de recursos que cooperam para um olhar mais positivo sobre o que o parque venha a ser para a região.

O que falta é a viabilização e uma interação mais prática que aproxime o morador local e da Baixada Fluminense a UC e de outras da região.

Mariana, a única entre os entrevistados que não é moradora da região, adiciona uma curiosidade: carece de o morador ter uma visão positiva sobre o seu território como um todo, uma vez que seja pela internet ou contato com um público local e diverso a imagem sobre a Baixada é sempre agregada a ideia de violência, de tragédia, “qualquer coisa que seja ruim, menos as coisas boas”.

Ela reitera sua fala com o projeto Baixada Verde - que idealiza mudar esse olhar do local através de todos os pontos positivos que agregam e valorizam este espaço que também é acessível e de grande valor, dados esses que compreendem a visão do secretário de Meio Ambiente e de demais pesquisadores do PNMNI os quais citam, inclusive outros destinos e pontos próximos como Tinguá, Queimados, Japeri, o maciço do Mendanha que está isolado no Rio de Janeiro e que a própria comunidade não se interessa em conhecer, preferem ir para a capital ou para outros parques mais populares e não valorizam o seu próprio território.

Não se trata de culpar alguém, como comunidade precisamos compreender o espaço onde habitamos e o que ele resguarda, porém cabe a unidade oferecer recursos que facilitem essa compreensão do habitat, ainda mais se ampliarmos para a ideia de conservação, pois muitas vezes, não há preservação, por conta da ausência de informação de como cuidar do espaço.

E até mesmo no meio acadêmico, hoje existem poucos dados, poucas pesquisas aqui até por falta de interesse. Pesquisadores preferem optar pelo Parque da Tijuca, por exemplo, que é uma área reflorestada, um espaço refeito, que dispõe de animais inseridos pelo homem do que desfrutar um território como o nosso que tem muito mais a oferecer, como as diversas espécies endêmicas por estarem isoladas geneticamente, animais em extinção a disposição, disseram Rodrigo e Rogério.

E por quê? Rodrigo complementa, o maciço é pouco valorizado, o morador não valoriza a Baixada por ser baixada. A mudança ocorre se iniciar pelo próprio morador que veja este território como além de cidade-dormitório ou zona de perigo, citando inclusive a problemática: racismo ambiental.

Em diálogo, eles dizem que antes do parque ser parque houve um projeto habitacional - como o Minha Casa Minha Vida - de que as terras - onde o PNMNI está - seriam passadas pelas famílias locais, todavia a própria comunidade na época reivindicou pois não queriam que a área fosse preservada.

Ou seja, afirmam que naquele período existia essa sensação de pertencimento no morador, mas que pelo visto se perdeu. Hoje é possível que os mais antigos ainda resguardem esse carinho pelo parque, mas que provavelmente não vem sendo passado às gerações seguintes.

Eles complementam ao dizer que alguns começam a entender o parque enquanto UC, pelo trabalho que é feito, em determinados momentos, por exemplo, os moradores ficam mais de dez anos sem vir a unidade, e quando vêm, ficam encantados com as mudanças avaliadas como positivas, pois antes de ser uma UC não havia regras de uso do espaço, muito lixo, muita bagunça, o que nos dias hoje já não são mais possíveis por serem atividades proibidas.

A fim de pensar no bom manuseio do território, até pensando na qualidade da visita do morador, do visitante e do turista que chega aqui e encontra um lugar a céu aberto, preservado, limpo, com uma variedade de atividades a dispor para todo e qualquer público, sendo, sempre que possível, eles relatam: todo esse cuidado só é possível porque o parque hoje é uma unidade preservada e que cabe a todos nós – moradores, funcionários e visitante – protegê-lo.

Importante salientar que em diferentes momentos, observamos que a intenção de valorizar o bom uso da unidade é uma preocupação em comum a todos os aqui envolvidos, e mesmo que o trabalho de reconhecimento por parte da comunidade não esteja em equilíbrio, ainda que a longo prazo, não há motivos para desânimo, uma vez que o próprio parque é referência para outras UCs da BF como também explicitam os estudos de Queiroz (2018) e Richter *et al.*, (2019).

Os mais velhos que viram o processo de transformação da área em parque veem isso

com maior facilidade e hoje a busca é prioritariamente - mais uma vez comentam - é com os mais novos para que eles visualizem a unidade por toda essa pluralidade e não apenas como um local de exploração, sempre na intenção de trazer o morador para perto, buscando este vínculo de pertencimento.

Então chegamos a um dos pontos chaves da entrevista quando perguntamos se eles acreditam ser viável que a comunidade consiga compreender o PNMNI como patrimônio, indo além da prerrogativa de área preservada.

De início todos acreditam que o primeiro passo para isso acontecer seria mudar essa imagem negativa de que o parque está em uma área perigosa - desejo este novamente de todos os aqui envolvidos (pesquisadores, entrevistados, secretário e especialistas). Rogério diz que mesmo com esses boatos, nos seus oito anos nunca se deparou com um assalto. Furto até sim, mas afirma que seria mais seguro estar na unidade do que em um shopping.

Rodrigo diz que por estar sempre em contato com os visitantes, este olhar para o patrimônio é positivo. Ele diz que mesmo com poucos funcionários eles fazem de tudo para que o parque continue sendo acessível, querendo sempre fazer mais para melhorar as trilhas, reduzir o lixo. Tudo para que este olhar do visitante sempre volte como benéfico.

As pessoas que estão chegando sempre trazem o *feedback* de que o parque é lindo e que trarão grupos maiores de visitantes, elogiando o manejo e a beleza natural. E tudo isso é gratificante até para o desempenho de suas atividades – acrescenta Rodrigo – o que vem a ser de interesse da equipe que a comunidade veja o parque como patrimônio.

Muitos até questionam a maneira de cuidar do parque, uns mais cuidadosos que outros, mas porque mesmo entendendo a UC como uma área protegida, não entendem as subdivisões de unidade de conservação até para avaliar o que é permitido ou não durante a visita - novamente imersos a carência de informação que procrastina a fomentação do nosso maior objetivo em pauta.

Entretanto, de modo geral, eles acreditam que o público possa estar cada vez mais perto desse entendimento do parque enquanto unidade de conservação e enquanto patrimônio.

O intuito de trazer esta pergunta novamente, visto que ela fora aplicada no questionário da primeira coleta de dados é até mesmo para compreender se quem está diretamente ligado ao funcionamento da unidade entende o conceito de patrimônio.

Enquanto UC é mais fácil, pois lidam diariamente com o plano de manejo e suas diretrizes para conservação da natureza. Agora, o olhar para o conceito de patrimônio, ainda está muito restrito e estigmatizado – até na academia – para o material, como prédios e museus.

Agora, quando o assunto é o imaterial e a promoção de sentido das relações sociais sobre

o bem, é mais complexo de entender. Felizmente, não para o *staff* entrevistado nem para os entrevistados no primeiro momento que também validam a necessidade desta pesquisa para dialogar possíveis ferramentas que cheguem a este intuito de validação da área ao patrimônio, mas sem dados ou suas atualizações ficamos todos reféns das atividades propostas de aproximação seja nas pesquisas do referencial teórico ou as apresentadas pelas entrevistas.

Porém, é preciso que estas também sejam regulamentadas para oficializar sua importância, pois sendo o parque gerido pelo órgão público, se houver a troca de políticos de outra visão, não podemos afirmar que a gestão do PNMNI continuaria de igual forma, muito menos a aplicabilidade de tais projetos com a comunidade.

Agora, será que para a comunidade – esta que já é marginalizada e vulnerabilizada – é fácil compreender o conceito de patrimônio e associá-lo ao uso do parque?

Difícil dizer. Se não possuímos dados que validem esta aproximação e amparados exclusivamente por uma legislação desatualizada, até mesmo em concordância sobre esta perspectiva do pertencimento ao patrimônio, e embora não aprofundado no referencial teórico, um dos principais conflitos que a unidade encara é o da disposição de suas terras, estas que estão circunscritas em dois municípios diferentes: Nova Iguaçu – que carrega o nome do parque – e Mesquita, esta que mesmo não carregando o nome da UC dispõe de uma área geográfica maior que a primeira. E por não termos uma resposta concreta à pergunta anterior, questionamos: qual(is) o(s) conflito(s) entre os municípios em relação a quem deveria (ou não) cuidar do PNMNI e se estes podem interferir na busca por este objetivo, uma vez que o patrimônio é melhor compreendido - pelo senso comum - por seu valor material e tangível, neste caso, a disposição das terras propriamente ditas.

Mariana relata que existe um processo de separação, visto que hoje Mesquita pede a sua área. Existe o plano de construção do Parque de Mesquita, já judicializado. A questão é que a divisão entre os dois municípios é o Rio Dona Eugênia, então ela indaga: “como explicar que mesmo com estes 1100 hectares e com todo o pertencimento há uma briga por trás, a fim de separá-los?” E utiliza dois funcionários para justificar sua resposta: o também entrevistado Rogério que está na unidade há oito anos e o ex-chefe do parque Edgar que entrou como voluntário, mas só de gestor já ocupa o cargo há onze anos.

Ela afirma que hoje Mesquita quer tomar a sua parte, mas a nível de preservação como separá-los se o Rio Dona Eugênia que banha todo o parque não pode ser dividido?

Ela complementa, a área do P4 – uma das trilhas fechadas – pertence à Mesquita, porém a estrada é uma só e como eles [funcionários] enquanto parque não podem lá fiscalizá-la?

A floresta não tem fronteira, é uma só, e como não enxergam essa divisão até pelo

cumprimento do plano de manejo, o parque tem 1100 hectares e é preciso cuidar de todo o território, mesmo cientes de que Mesquita recorra a posse de suas terras ao construir sua sede, seu parque.

Mariana também diz que já houve a tentativa de conversar com o município para pensar em uma divisão que seja da melhor forma possível, mais integrada, afinal é tudo um parque só e não dá para desconsiderá-lo, já que muitos visitantes são de Mesquita, a entrada principal também é lá.

Então ela ressalta que a melhor solução seria pensar em uma gestão concomitante, até porque os recursos naturais dispostos não podem se dividir sozinhos e não importa o lado, todos eles precisam ser cuidados, observação esta também compreendida no estudo de Queiroz (2018) que considera a necessidade de gerir o espaço como um todo uma prioridade acima dos interesses políticos e territoriais.

Como os entrevistados apontam, este conflito já existe há um tempo, até porque quando o parque foi inaugurado Mesquita ainda estava em processo de emancipação de Nova Iguaçu e naquele momento não dispunha de receita ou recurso para gerir uma UC deste tamanho.

Logo, surgiu a dúvida: acreditam que esta divisão pode acontecer em um período de curto, médio ou longo prazo?

Marina continua em sua fala dizendo que nos dias de hoje, Nova Iguaçu, ainda como responsável pelo parque, supostamente deveria trabalhar com, aproximadamente, 400 hectares que é a área do parque circunscrita no território do município. Porém, para a equipe, se o plano de manejo dispõe de 1100 hectares, serão estes 1100 hectares com os quais eles trabalharão, disse ela apoiada pelos demais entrevistados salientando que no momento, Mesquita vem propondo o acordo de trânsito, mas nada a curto prazo.

Todavia, como massivamente discutido nesta pesquisa o que é preciso mudar é o plano de manejo para colocar os 400 hectares, uma vez que o plano é o norteador; é o documento que tanto a equipe quanto o pesquisador utilizam para realizar o seu trabalho, e Mariana indaga: “imagina se dissermos ao pesquisador que ele não pode fazer a sua pesquisa em determinada área porque ela é de Mesquita e não de Nova Iguaçu?”

Rogério complementa que essa divisão – na sua opinião – seja a longo prazo, pois durante os oito anos que se encontra na unidade, já houve diversas tentativas de coligação com Mesquita, até mesmo para aumentar o número de funcionários no intuito de qualificar a preservação do parque. Inclusive junto ao ex-chefe Edgar, diz Rogério que tentaram trazer a guarda ambiental de lá, mas perceberam que isso era um interesse político, pois a guarda vinha à unidade para recolher fotos, divulgar pela cidade que o parque estava na região, mas a intenção

de cuidar da UC não existia.

Mesquita sempre alegou que não estava preparada para geri-la. Rogério diz que até realizaram o curso de combate a incêndio florestal em conjunto [Mesquita e Nova Iguaçu], mas na prática, em diversos momentos que foi solicitado ajuda para conter o fogo, Mesquita se eximiu da responsabilidade.

Caso a divisão, de fato, aconteça, espera-se que ela exista com a preservação da natureza como prioridade enquanto um trabalho conjunto, cuidando da fauna e da flora, das trilhas, do meio ambiente como um todo para que assim a população reconheça a sua importância para além do espaço de recreação e lazer, mas como bem de valor natural e histórico de importância a vida dos que do parque usufruem.

Os entrevistados retomam que ainda existe uma considerável parte da população destes dois municípios que não conhece o parque. Muitos preferem visitar outras unidades a irem até o PNMNI, uma preocupação que deveria ser maior do que a própria divisão de terras de quem deveria gerir (ou não) o parque.

Além disso, durante a entrevista (e surpresa por ter acesso a essa informação que até o momento era desconhecida), se o parque trabalha com 1100 hectares, mas Nova Iguaçu estabelece que só trabalhem os 400 circunscritos no território, o que aconteceria com os demais 700 que estão localizados em Mesquita? Esta que até mesmo querendo tomar suas terras, hoje não dispõe de nenhum documento que registre esta transferência ou um plano de manejo oficial que separe a unidade em duas.

Impossível mensurar, pois existem muitos atrativos na região de Mesquita que precisam de cuidados constantes da equipe e - dizem os entrevistados que não podem deixar estes espaços desamparados, mesmo que os proporcione um conflito interno, mas a prefeitura e a secretaria de Meio Ambiente entendem que a responsabilidade é de cuidar dos 1100 hectares.

A gestão acaba sendo mais sensível do que política. Porém quando Mesquita criar a sua sede, estrutura e corpo de funcionários para realizar o trabalho de proteção e fiscalização seria válido pensar na divisão, mas a partir de um trabalho conjunto. No final é tudo muito difícil porque o parque é um só e não há como visualizar essa divisão da natureza. Esse ano [2023] o parque faz 25 anos e trabalhamos com 1100 hectares há 25 anos, por que mudar isso agora? - questionam os entrevistados.

Mariana retorna à questão anterior alegando que essa mudança seja a médio prazo, por conta do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)

Ecológico³¹, ou seja, é uma divisão política em função de arrecadação de impostos. Ela diz que Mesquita, possui uma área verde muito maior e lá eles recebem muitos milhões para preservar esta área e se hoje Nova Iguaçu recebe R\$7 milhões, Mesquita deve receber R\$13 milhões, isso porque não faz nada, só pela quantia de área verde que podemos encontrar por lá.

Então se há esse interesse em criar o parque, a entrevistada acredita que seja para dobrar essa verba, pois se seguirem as diretrizes do ICMS eles podem dobrar o valor. Não se sabe se com a divisão a ação conjunta seja viável, mas o interesse pela divisão é para curto prazo, pois o foco é no dinheiro que pode vir do imposto.

Resumindo, se já não bastasse o conflito da relação de pertencimento, agora o conflito de terras, depois de 25 anos surge como empecilho para a captação e o reconhecimento da unidade por seu potencial como um todo e não separado.

Sabemos que mesmo havendo a proposta de ação conjunta, se, e somente se, Mesquita de fato tomar sua parte das terras, esta união pode não acontecer, dizem os entrevistados, visto que o interesse de Mesquita está muito distante do olhar que a equipe de Nova Iguaçu tem sobre a unidade e a reconhece como além da recreação turística e comercial.

Enfim, mesmo cientes de que o enfoque desta pesquisa não é o conflito de terras, não podemos ignorar sua relevância até mesmo para a construção de sentido ao pertencimento morador da Baixada e seu habitat. Todavia foi necessário seguir outro caminho na pesquisa, retomando os objetivos.

Retomando então, ao foco desta pesquisa de reconhecer o parque como patrimônio por parte da comunidade, perguntamos se eles acreditam ser de interesse da gestão promover o reconhecimento/tombamento do PNMNI enquanto patrimônio uma vez que em ambas as coletas de dados, os envolvidos salientam reconhecer a unidade como patrimônio, primordialmente por seu valor histórico, social e cultural.

Mariana destaca que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) já reconhecem o parque como patrimônio geológico³² por seu valor histórico e por conta do vulcão na localidade.

Rodrigo complementa que a gestão tem a intenção de promovê-lo a tal, até mesmo para

³¹ Criado em 2007 “para impactar positivamente a qualidade ambiental dos municípios, o ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que garante às prefeituras que investem em conservação ambiental um maior repasse do ICMS [...] Para o repasse do recurso do ICMS Ecológico aos municípios são considerados os seguintes critérios ambientais: Áreas Protegidas; Qualidade Ambiental dos Recursos Hídricos; Índice de tratamento de esgotos e índice de mananciais de abastecimento e Resíduos Sólidos.” (INEA, 2021, s. p.)

³² Fala esta retificada sobre os estudos de Oliveira e da Costa (2013) que alegam por ter a presença de formações vulcânicas o parque ganharia esta titulação, porém desde então nada fora oficializado a nível municipal, estadual ou federal de registro da UC como patrimônio geológico.

atualizar a sua classificação em um novo plano de manejo. Este ano inclusive [2023], acrescenta ele, que o Clube D. Felipe completa 60 anos e que o staff já se planeja para atividades de comemoração da data, mesmo que com grupos pequenos, no intuito de validar o parque para além do olhar de lazer sobre o circuito das águas, um dos principais interesses da gestão, que no fim das contas complementa ao olhar desta pesquisa, não por descaracterizar o impacto do lazer no parque, mas por reconhecer a pluralidade de benefícios que o uso da UC pode nos promover.

Os entrevistados complementam que se houvesse um número maior de funcionários o trabalho seria mais fácil, até mesmo para divulgação do parque por todos esses ângulos. Eles discorrem sobre a existência de uma trilha em planejamento chamada “*Kuanza*³³” – próxima a trilha da Varginha - que é de interesse apresentá-la não só pelo acesso a natureza, mas contextualizada a história que o PNMNI assume não só para o turismo, mas para toda a Baixada Fluminense, o que poderia potencializar este olhar patrimonial.

Adiciona que também está em desenvolvimento um plano nomeado como a “área dos tupinambás” que será uma área de piquenique, a qual permitirá o olhar sobre os jacutingas que pertenciam aos tupinambás, trazendo ao entendimento da população de que ali foi uma área também indígena.

Enfim, se pensar que a valorização do cênico-paisagístico já seria o suficiente para o reconhecimento da unidade como patrimônio, imagina alçando estas informações que refletem diretamente sobre a origem da nossa comunidade.

Mais uma vez, os coordenadores destacam que sem a participação da comunidade, todo trabalho de reconhecimento e conscientização é em vão, portanto, como estudamos no referencial teórico e vimos na entrevista anterior, é através da promoção de projetos comunitários que podemos apresentar medidas de aproximação do morador e o visitante ao uso e valorização do parque como atrativo, como unidade de conservação e também como patrimônio.

Por isso, mais vez retomamos a pergunta referente aos projetos que o parque propõe para esta aproximação, salientando quais estão (ou não) sendo realizados.

Mariana relata que existem tanto os projetos que funcionam e os que eles estão tentando colocar em prática.

Ela cita o “Tenda Conhecer”, que é um projeto para exposição da fauna e flora disposta pelo parque com conto de histórias no intuito de ampliar o conhecimento sobre diferentes

³³ Nome escolhido em referência ao quilombo que foi um dia sediado na região.

assuntos, como: a origem do nome dos animais e sua diversidade; o pau brasil e demais vegetações específicas da área etc. A sua exposição acontece de acordo com o público em atendimento até para aproximar a linguagem e que todos adquiram o conhecimento, e é para todos, de crianças a universitários.

Existem eventos como a ida ao P4 que é um projeto de visitação com um historiador que realiza pesquisa na unidade. O pesquisador descreve a história do parque desde o Dona Eugênia até o Casarão, depois sobre o próprio P4 que é o Clube Dom Felipe.

Há o “Um dia no Parque” que é um dia de atividades próximo ao Dia das Crianças, onde nele são propostas diferentes atividades como o *slack line*, tendas de exposição, trilha interpretativa a fim de descrever essa diversidade de atividades que podem acontecer in loco.

O aniversário do parque com o intuito de contar a sua história desde antes de sua inauguração como UC, até o que ele representa nos dias de hoje, em especial este ano em função do aniversário de 25 anos, destacam os entrevistados, este ano [2023] ocorrendo em parceria com a universidade UFRRJ junto ao evento Encontro de Pesquisadores.

O “Encontro de Pesquisadores” é um evento para a apresentação de pesquisas que estão sendo realizadas na unidade. Mariana relata que estas pesquisas já foram expostas em shoppings, na UFRRJ, online durante a pandemia etc. ele conta com a parceria da própria Rural, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e de outras universidades que trabalham concomitantemente a secretaria de Meio Ambiente, até mesmo para a promoção de maiores resultados sobre a unidade, o PEM, o Serviço Social do Comércio (SESC) e a própria equipe de coordenadores do PNMNI que auxilia na seleção de pesquisas para a apresentação do evento, complementa a coordenadora de pesquisa Mariana.

Mariana reitera que a proposta é de trazer estes pesquisadores para falarem sobre seus projetos de pesquisa, sua importância, propondo debates em mesa redonda discutindo assuntos-chaves, pensando na evolução do PNMNI, trazendo novidades para os visitantes e a comunidade como um todo. É um evento totalmente interdisciplinar visto a infinidade de assuntos que podem ser trabalhados no recinto, o qual qualquer pesquisador, independente da área temática pode participar.

Ainda, o projeto de reflorestamento que ganhou grande visibilidade nas redes sociais inclusive que já envolve alguns moradores como voluntários que têm essa percepção ambiental, importante destacar que é um dos projetos mais populares propostos pela unidade e mais antigos, sendo anterior aos projetos propostos na pesquisa de Queiroz (2018), salienta o coordenador de uso público Rodrigo.

Por fim, eles citam o “Parque para Todos” - citado em Queiroz (2018) que é um projeto

que funcionava antes da pandemia e que hoje almejam trazer de volta, este que é um plano de acessibilidade e inclusão para trazer pessoas com necessidades especiais para a UC.

Complementando a fala dos entrevistados, a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (PMNI) junto a Guarda Ambiental Municipal (GAM) sempre se dispôs a propor parcerias com escolas, universidades, grupos de viajantes e pesquisadores que reconhecessem a necessidade de preservar e conservar este espaço (PMNI, 2018). E nada melhor do que começar este “trabalho de formiguinha” como os entrevistados trouxeram em suas falas, com as escolas, capacitando a nova geração a ter um olhar mais cuidadoso sobre o natural, como vimos na figura 24 a seguir.

Figura 24: Grupos de alunos do município de Nova Iguaçu em visita ao parque



Fonte: PMNI, 2018.

A Prefeitura diz que o objetivo ao trazer os alunos ao parque é simples: que eles conheçam e reconheçam a unidade por todos os seus atributos, seja em valorizar a fauna e a flora, pelo uso das cachoeiras ou até mesmo da contação de histórias, mas que esta visita possa proporcionar uma transformação.

Transformação esta que pode ser transmitida aos seus amigos e familiares. Afinal, em concordância ao pensamento de todos os entrevistados é imensurável o valor que o parque pode assumir para ressignificar este olhar sobre a BF, e até mesmo proporcionar uma cultura de preservação. (PMNI, 2018)

Em sequência, mudamos um pouco de assunto, para compreender se a unidade recebe recursos de outros órgãos para a sua manutenção, pois assim como diversos espaços públicos recebem patrocínio de empresas privadas, sabemos que muitas UCs hoje recebem incentivos – monetários ou compensatórios – e por isso perguntamos se o PNMNI dispõe de alguma parceria ou patrocínio do setor privado.

Em conjunto, os quatro entrevistados disseram que não, dizendo estarem caminhando para isso, buscando parcerias e patrocinadores seja para a manutenção ou abertura de uma trilha ou até a promoção de um evento.

Financeiramente, o trabalho é feito com um orçamento apertado. Às vezes até recebem materiais através de medidas compensatórias³⁴ como mudas e materiais de limpeza, mas nunca repasse em dinheiro, comenta Mariana.

Em conversa, analisamos o empreendimento “Cabana do Vulcão” – estabelecimento comercial localizado na área norte do PNMNI que oferece área de camping, bar, espaço de jogos, lareira, restaurante, música ao vivo e mais - e perguntamos se há alguma parceria direta com eles.

Mariana diz que Suellen - a dona do estabelecimento - é uma parceira. Ela ajuda nas pesquisas em especial na área norte, onde está e que entende a carência maior por não haver sequer a guarita de fiscalização. Ela cede materiais de higiene, quando há eventos no parque e é sempre convidada para participar, mas não existe uma parceria institucionalizada com o seu empreendimento.

Rodrigo reitera que é mais uma união informal pensada na melhoria da região, até por ela ser guia de Turismo, ela tem esse olhar de cuidado sobre o parque, o que só os beneficia.

Rodrigo exemplifica que em um guiamento realizado por ela, o grupo encontrou uma cobra jararacuçu e eles fizeram contato para realizar o registro, do contrário passaria despercebido a existência do animal no recinto, também descreveu a participação de sua equipe no combate de incêndio no ano de 2021, ressaltando que é essencial e um diferencial seu trabalho junto ao parque.

Vale destacar, ainda que mudando de assunto, o investimento e a parceria com o privado nem sempre é um malefício para a gestão de uma unidade de conservação como pesquisadores conservadores uma vez salientam que a natureza não precisa estabelecer esta conexão com o humano, vide Scifoni (2018).

Todavia, se a parceria é para o melhor desenvolvimento do parque e para o benefício direto da gestão, todos só têm a ganhar com esta troca, seja na obtenção de recursos para melhoria e manejo, e também na vinda de novos públicos ao local, mesmo que não da comunidade, mas que possam ter esse olhar cuidadoso sobre o espaço que tanto almejamos.

E por não termos documentos em registro sobre o público-alvo, apenas pequenas

³⁴ “Medida compensatória é uma determinação que busca mitigar os impactos ambientais negativos gerados pela execução de um projeto potencial” que reverta determinados impactos sobre alguma área de preservação, como a doação de plantas para o reflorestamento de uma determinada localidade. (BIOVERT, 2017, s. p.)

amostras na área sul, questionamos se há algum banco de dados que quantifique o número de visitantes.

E, como já esperado, por não ser viável um levantamento concreto desta informação, visto que não há uma guarita de acesso pela área norte que acaba trazendo muitos visitantes, dependendo do período mais que na área sul, Rodrigo alega que existe um relatório mensal, um semestral e um anual com esse dado, porém como a entrevista fora realizada no início do ano, eles ainda não tinham os dados oficiais do ano todo.

Porém, até novembro de 2022 o parque recebeu 31 mil visitantes, mais cerca de mil visitantes descritos no relatório mensal de dezembro, estes computados pelo acesso através da área sul onde temos a guarita de entrada, mas se pudessem computar os que entram pela área norte este número poderia chegar a 40 mil visitantes, acreditam os entrevistados.

Em sequência, já nos aproximando ao final da entrevista, perguntamos sobre uma análise generalizada, quais são os pontos positivos e negativos do parque no período atual que possam aproximar (ou afastar) a comunidade de seu uso.

Iniciando pelos pontos negativos, Rodrigo destaca a falta de recursos e o quadro baixo de funcionários, pois com um staff maior o trabalho seria mais ágil e eficaz, poderia ser feito, inclusive através da parceria com a iniciativa privada, sendo uma vantagem para angariar mais recursos para a melhoria da unidade.

Exemplificam em suas falas, a necessidade de recursos para justificar o emplacamento dos atrativos, que começaram a ser feitos no ano passado [2022], mas que pela carência de material o trabalho até aquele momento não foi finalizado. Uma ameaça é a sazonalidade, visto que com o mau tempo nada pode ser feito.

Quanto ao número de funcionários, Mariana relata que eles estão em cinco, contando com o chefe da unidade, mais três estagiários, mas que como um ponto positivo existe a parceria com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) atual Águas do Rio que disponibiliza mão de obra como uma medida compensatória através do projeto “Replantando Vida”³⁵ complementando o *staff* com cinco apenados, atualmente, que estão cumprindo sua pena dando suporte principalmente na manutenção e na fiscalização do parque. Não esquecendo dos voluntários que, dependendo do período do ano, o grupo pode ser pequeno ou grande.

De toda maneira, Mariana acrescenta que o baixo número de funcionários é um dos

35 “O Replantando Vida é o Programa socioambiental da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, que tem como objetivo contribuir para ressocialização de apenados do sistema prisional do Rio de Janeiro, através de oportunidade de trabalho, inclusão social, capacitação e geração de renda. Dentre as atividades promovidas, destacam-se as ações de restauração florestal.” vide Brasil pelo Meio Ambiente (2023, s. p.) e por ser um projeto ambiental o PNMNI é um dos beneficiados com a mão de obra predisposta pela parceria com este órgão.

maiores problemas, pois “no fim das contas, acaba todo mundo fazendo de tudo, se o parque estiver cheio, eles se revezam para ficar na portaria, se chover muito, todo mundo se junta para limpar a estrada”.

O que, em suas palavras, “acaba unindo a equipe fazendo um ponto negativo se reverter em positivo pois todos atuam com um único objetivo: cuidar do parque.”

Rogério ironiza alegando que cada coordenador acaba tendo dez braços porque não dá para um só fazer a fiscalização, cuidar da manutenção, da pesquisa, da educação ambiental, do uso público sozinho e este trabalho em equipe faz com que um abrace a função do outro e que no final todos consigam entregar seus resultados. E o fato de todos terem um bom relacionamento pessoal e profissional entre si acaba sendo um diferencial, diz ele.

O grupo ainda retoma, que se fosse pensar nos 1100 hectares divididos por seus cinco funcionários e cada um fazer somente o seu seria um trabalho impossível.

Já os projetos de inclusão e acessibilidade, em especial, seriam o diferencial para agregar aos pontos positivos, mas que mais uma vez por conta do baixo número de funcionários fica difícil evoluir, entendendo que se chover, eles precisam refazer o trabalho completo do dia anterior.

Rogério complementa sua fala dizendo que por estarem lidando com o poder público o trabalho acaba sendo mais lento para angariar recursos, mas que existem pessoas dentro da secretaria que fazem de tudo para facilitar ou agilizar o processo, como o superintendente José Arnaldo.

Embora ainda existam pessoas que estão dentro da secretaria de Meio Ambiente que não o conhece, mesmo ele estando na unidade há oito anos, Rogério acrescenta a falha na comunicação entre os órgãos como um outro empecilho.

Retomando a fala, Mariana acrescenta a desatualização do plano de manejo que é de 2001 e que há uma pesquisa em desenvolvimento sobre o que vem (ou não) sendo cumprido levando em consideração o que nele foi descrito.

E em 2021, a primeira amostra revelou que apenas 41% do plano de manejo foi cumprido. Hoje, eles já cumprem aproximadamente 70%, não sendo possível resolver tudo o que está a médio e longo prazo, devido a tudo o que foi falado sobre funcionários e investimentos, como a carência de um Centro de Visitantes, o qual seria indexado ao Casarão, mas que hoje está esquecido até por essa falta de recursos.

Os entrevistados dizem ainda que seria de interesse disponibilizar um dormitório para os pesquisadores e funcionários, porém eles só têm um espaço: a sede administrativa, seja para almoçar, trabalhar, dormir e fazer qualquer outra atividade.

“Por termos esses vinte braços para realizar o trabalho, ainda perguntam: por que eu vou investir se o trabalho está sendo feito e não está gerando problemas?” “O que acaba sendo até mesmo um erro nosso por se doar tanto” – complementa Mariana.

Embora nenhuma novidade, por estarmos trabalhando com um parque gerido por um órgão público, há também os pontos positivos, como o próprio *feedback* que os visitantes deixam sobre o local estar sempre limpo; a melhoria no local ao longo dos anos; a boa preservação e conservação; as espécies tanto da fauna e da flora que são encontradas no recinto que estão ameaçadas, como o gato maracajá e a lebre que só existe na Mata Atlântica; o que para eles é mais um gás para continuar fazendo seu trabalho – confirmam os entrevistados.

Rodrigo complementa que até o que não vem ao parque é beneficiado por um ecossistema equilibrado, por conta do clima, da água, do ar limpo que são resultados de um trabalho consciente adquirindo-o de forma indireta até pela própria paisagem que traz conforto.

E por que há esse conforto? Diz ele: “estamos aqui combatendo incêndios, todo esse cuidado agrega como positivo: poder repassar essa vivência até para aquele que não conhece a UC, mas que está no seu entorno” e se aproveita dele por estes fatores.

Visão esta que junto a este *feedback* só reafirmam a nossa principal intenção de aproximar a comunidade ao espaço, uma vez que se a própria reconhece que os cuidados na unidade estão sendo realizados, a conservação da fauna, da flora e do ambiente como um todo tem sido preservado, isso facilita a promoção do pertencimento, também pelos que não tem contato direto com o parque, como destaca Rodrigo em sua última fala.

Afinal, um ambiente limpo e conservado favorece este olhar sobre a gestão do patrimônio.

Outro ponto destacado na entrevista é o esporte. A atração de praticantes de esportes radicais que cresce consideravelmente na área Norte, atletas de alto rendimento que vêm de longe para o parque e que os motivou, inclusive a pensar em campeonatos e atividades que atraíam um público maior deste segmento, destacou Rodrigo.

O entrevistado cita que um outro ponto seria o retorno da “Corrida do Vulcão” que acontecia antes da pandemia, uma atividade que permitia o corredor ter acesso ao parque entrando pela área sul seguindo até a área norte.

“A unidade de conservação gera qualidade de vida direta e indiretamente”, mesmo que o morador ou visitante não perceba. Seja pela beleza natural como antes citado, pelo canto dos pássaros que gera conforto, pelo uso consciente da floresta e isso tudo só nos gera benefícios e motivação para executar este trabalho cada vez melhor – relata Rodrigo.

Isto é, ainda que reféns da carência de recursos e de pessoal, o trabalho quando é

realizado por quem acredita no que faz acarreta na valorização de seu espaço. Se estes coordenadores, estando em pequeno número, como relatado, ainda assim encontram-se motivados a realizar um melhor trabalho pensando na comunidade, não há contra argumentos que defendam o afastamento do indivíduo ao uso da unidade.

Mesmo que o olhar do senso comum esteja viciado e condicionado a não valorização do seu espaço: é irrevogável o papel que o PNMNI pode aferir a esta reconfiguração do pertencimento por parte do morador local para com o seu habitat.

E em função do baixo quadro de funcionários e a maioria dos visitantes serem da comunidade, perguntamos se mediante uma visita independente – sem contato com nenhum funcionário – é possível que o visitante disponha um olhar diferenciado sobre o PNMNI?

Todos alegam que sim, é possível. Basta estarem atentos ao emplacamento e à sinalização - esta quando há, uma vez que ainda existem atrativos sem identificação ou com emplacamento de difícil leitura, por estarem apagados.

O visitante quando chega a portaria - isso na área sul - vai ver que o cuidado é diferente se comparado a parte externa. Só de olhar para a natureza, o Casarão e até possivelmente se questionar sobre o contexto histórico e sua relevância para a cidade.

Ao se deparar com o Véu de Noiva pode ser que o visualizem como um meio para a prática de esportes, como o rapel, e estando disposto a abrir os olhos, levando o visitante a se sensibilizar – discorre Rodrigo.

Mariana complementa que a sinalização, os estandes informativos, as placas destacando os atrativos, os animais e a vegetação que ali estão dispostos, isso tudo pode promover a instrução do visitante, claro se o olhar de curiosidade lhe aguçar, pois as vezes se ele vier com um objetivo específico, como a prática do esporte, pode ser que ele não adquira esse conhecimento, mas se dispor, sem dúvidas, sua visão sobre o PNMNI poderá gerar frutos - para o preservar e para enxergá-lo como patrimônio, e sendo positivistas, que agreguem a si a ideia de pertencimento – comentam Rodrigo e Mariana.

Todavia, diante do relatado, principalmente em função da sinalização que dispõe de informações sobre os atrativos, é preciso mencionar que esta atenção pode não surtir o mesmo efeito na área norte, uma vez que esta ainda sequer dispõe de uma recepção de visitantes, quem dirá sinalização, alguns pontos são demarcados informalmente por quem já faz o percurso com frequência, mas não há garantia de que o percurso sendo realizado sozinho por quem não conhece este lado, consiga chegar ao seu destino ou explorar os pontos que o cercam, muito menos reconhecer o local por seu valor patrimonial.

Chegando ao final desta entrevista, a fim de ratificar o olhar sobre o PNMNI como um

bem que coopere para a construção de um olhar positivo sobre o espaço ao qual ele está inserido, seja por apropriação cultural, social ou natural, após algum tempo de reflexão, Mariana sinaliza que o parque possa sim contribuir, porém a longo prazo, visto que o olhar negativo sobre a Baixada é um reflexo imediatista até por influência da tecnologia, e como foi citado anteriormente ela complementa que talvez até influencie sobre a não passagem deste pertencimento entre as gerações de moradores.

Ainda há muito preconceito sobre o que é a Baixada e a visão do morador sobre ela não colabora para modificar essa imagem. E retorna a expressão “caminho de formiguinha” como um simbolismo de que ainda há esperança, mas sem um prazo determinado para acontecer – destaca a entrevistada que mora na Penha – zona Norte do Rio de Janeiro – e que nestes dois anos trabalhando na Baixada não entende este olhar, a priori, sobre a violência – que é grave - pois ela se sente muito mais segura aqui do que em seu habitat.

Todavia, vale destacar que tem-se a ideia de que a Baixada é um complexo de cidades-dormitórios, mas assim como todo o Rio de Janeiro se expandiu, nossa região não ficou para trás e temos cidades como Duque de Caxias e Nova Iguaçu que exercem grande influência econômica, no Produto Interno Bruto, na oferta de serviços, oportunidades trabalhistas e agora com o turismo. E será que o morador tem esse conhecimento? Parafraseiam os entrevistados.

Rodrigo complementa e se intitula como um entusiasta e acredita que esta transformação possa ocorrer em menor tempo, até pela crescente de unidades de conservação na região, e o morador – querendo ou não – toma ciência da existência destes espaços. Ele exemplifica com o Parque do Gericinó - o qual era um espaço completamente abandonado e que hoje, mesmo não tendo as mesmas aplicabilidades e especificidades de uso público como acontece no PNMNI, a comunidade se faz presente.

E por que não nas outras unidades também? Afinal, é um trabalho integrado, um parque auxiliando e fomentando o outro. Porém, isso tudo é uma tarefa socioambiental, enquanto *staff* eles acreditam entregar todas as ferramentas para a comunidade e para o visitante, mas a vontade de cuidar, preservar e até de pertencer tem que partir dele(s).

Pensando nisso, até mesmo se o morador ou o visitante que vem ao local e documenta a sua visita – não importa em qual atrativo – ele pode influenciar na captação de um novo olhar para a cidade, afinal de contas, mesmo com a imagem negativa projetada na internet, nós temos o poder de divulgar e compartilhar fotografias, vídeos, depoimentos que, a parte do trabalho acadêmico, já possam ser suficientes para valorar o parque enquanto UC diante do território onde se localiza - avaliam os entrevistados contextualizando aos ideais dos autores.

Os entrevistados dizem que estão cumprindo com a sua parte, seja na divulgação, no

cuidado e no manejo da unidade, no atendimento ao público, no uso do parque para a projeção de pesquisas e até no entendimento de que é necessário um maior investimento por parte da gestão, a qual poderia utilizar a secretaria de Meio Ambiente, ou a secretaria de Cultura e até em cooperação para esta projeção do parque enquanto um benefício para a Baixada como um todo e não apenas Nova Iguaçu - sem ignorar a influência do visitante assíduo, o funcionário, o morador local que já entendem o seu valor - até porque o número de visitantes não é baixo e onde está esse pertencimento e esse olhar positivo para com o local? Indagam os entrevistados.

Em diálogo, eles complementam que veem o visitante como amante da natureza, mas sem o mosquito incomodando, sem o lixo ou buracos na estrada, com conforto de preferência, mas não entende qual a função de uma UC, como em Tinguá que chega a receber dez mil visitantes em um dia, mas o público sequer sabe o que é uma REBIO, o que é um parque natural, o que é uma APA etc. e mais, o visitante não entende que a unidade é uma extensão da própria casa do morador/visitante. “As pessoas só vão parar de ter esse pensamento (negativo) sobre a Baixada quando os recursos naturais acabarem” – complementa Mariana.

No Rio de Janeiro, por exemplo, até pela elitização do espaço, este trabalho é mais fácil, pois atrai um público diferenciado que já sabe o que é uma área protegida e, por isso, a entrevistada ratifica que para isso acontecer na Baixada Fluminense, diante da realidade que encaramos hoje, este trabalho possa ser mais lento.

Conclui-se que, a entrevista analisando os principais aspectos antes já sinalizados, mas agora complementados: o parque como benefício para a comunidade; como uma área de lazer interdisciplinar; um caminho infinito de pesquisas para a academia; uma alternativa de ressignificação do olhar da comunidade para com o seu habitat; avaliar a apropriação deste espaço natural como patrimônio. E, por isso, também contextualizando a fala final dos entrevistados, revisitamos o questionário aplicado no primeiro momento a fim de dialogar com tais ideais e se complementam (ou não) as falas dos entrevistados neste segundo momento, para então discutir as considerações finais desta pesquisa.

Portanto, em última instância para, enfim, concluir esta entrevista, foi pedido que cada um pudesse agregar com uma fala final seja sobre a pesquisa, reforçar alguma resposta anterior, com uma crítica ou comentário sobre a relevância deste estudo.

O coordenador Rogério estabelece como crítica a importância da implementação da educação ambiental no parque. Quando o poder público entender a importância de trazer as crianças da comunidade para a realização dessas atividades ou até mesmo incluir o tema no currículo escolar, esse olhar sobre o natural pode mudar.

“Nada acontece de um dia para o outro”, mas se a criança está sendo educada a ter esse

olhar cuidadoso sobre o meio ambiente, ela pode influenciar seus responsáveis e a comunidade voltar a ser harmoniosa, afinal cuidar do espaço onde vive é uma obrigação também do morador, seja pela simples coleta de lixo ou até mesmo em pensar a natureza como um bem necessário de conscientização – indaga o entrevistado.

Mariana encerra sua fala com um agradecimento, pois poder ter esse reconhecimento da academia, nos faz refletir sobre o trabalho, mesmo que árduo para o bom cuidar do PNMNI, mas ele é satisfatório.

E como crítica que possamos estar, cada vez mais, exercendo o nosso papel de preservar o parque, mas também de compartilhá-lo, trazendo mais a ideia de preservação, de conservação e de como é importante a interação social na natureza.

“O dia que todo mundo entender que a caça é proibida, que existem lugares que não devem seguir, porque têm incêndios [...] que não deve colocar fogo, o nosso trabalho tá feito”, fora isso, seguimos com o nosso ideal de capacitar e transformar o “parque para todos”, não como um projeto no papel, mas que, mesmo a “passos de formiguinha”, ele alcance e transforme o meio onde estamos. “E que não só no PNMNI, mas que a sociedade entenda a necessidade de conservação do meio ambiente”; “falta o ser humano entender que ele também é natureza” – conclui a coordenadora de pesquisa.

Rodrigo finaliza seu discurso analisando a importância do trabalho coletivo para o entendimento de que “o meio ambiente não é só o verde, mas também a maneira como você se comporta em sociedade que vai trazer uma qualidade de vida”. Para nós que atuamos na área é fácil ter o entendimento, mas a dificuldade é angariar os recursos – principalmente do poder público -, já para o leigo é um trabalho que deveria estar em vigor, mas que não pode mais postergar.

Nossos atos geram consequências, como a cultura de jogar o lixo no chão – que acaba sendo um ato inconsciente – mas que gera infinitos impactos para a degradação do ambiente. Entretanto, ele conclui, é “com o acesso à informação que podemos ser mais conscientes e entender que o parque é mais que um lugar para tomar banho [...] é a vida da população em nossas mãos” - finaliza Rodrigo.

Viviane – que precisou se ausentar da entrevista para realizar um projeto artesanal com algumas crianças que chegaram ao parque – incrementa como crítica o investimento e a logística – mesmo sem estar presente quando trabalhamos esta questão – pois diante do seu trabalho diz que existem inúmeros projetos no papel para a educação ambiental, mas que não há recurso para executá-los e que, às vezes, “tira do próprio bolso” para realizar alguma atividade, mesmo ciente de que mesmo por direito ter o reembolso, se desanima pela burocracia.

De modo geral, é pensar em uma linguagem mais próxima do visitante para que ele entenda o parque por seus benefícios como um todo. “O parque é um veículo e nós somos o motor” – indaga a entrevistada que também utiliza o Parque da Tijuca como exemplo, visto que ele possui uma menor biodiversidade, se comparada ao PNMNI, mas que por uma questão de visibilidade, e um elitismo do cartão postal acaba sendo mais credibilizado do que “nós aqui”.

E sim, é um papel que nós enquanto moradores podemos desempenhar para valorar o nosso espaço, eliminando o preconceito que o próprio nome Baixada já carrega e que mesmo a longo prazo possa nascer o sentimento de pertencimento e reconhecimento, para que assim, o PNMNI e outras áreas naturais aqui da região possam ser por nós apreciadas, conseqüentemente serem apresentadas como atrativo, mas que acima de tudo, em cooperação, possamos exercer o nosso papel social de cuidar e preservar de um espaço que é nosso e que deixaremos para nossas futuras gerações.

“Eu tenho fé que alguém aqui da comunidade vai pegar o conhecimento que eu estou passando e vai fazer algo melhor do que eu” – finaliza a coordenadora de Educação Ambiental, dizendo que o seu maior orgulho é poder colher os frutos de seu trabalho e que ele sim conscientize não só a comunidade, mas todo aquele que visitar a unidade.

Em suma, se compararmos os dados coletados nos dois momentos, através do questionário e desta entrevista, podemos observar que todos os entrevistados têm um pensamento em comum: reconhecer o PNMNI por suas múltiplas potencialidades nos mais diversos campos da ciência, o que corrobora para o objetivo desta análise.

O parque contribui para o acervo de uma flora e fauna ímpar; áreas de lazer e recreação de grande potência dentro da região em que está inserida; uma infinidade de assuntos que possam ser estudados dentro de seu território e no seu entorno; além do valor histórico e social, ainda que pouco discutido ou conhecido por parte desta comunidade, que ainda carece de informação não só para valorizar o parque por seus atrativos, mas como um benefício maior para a sociedade.

Nos dois momentos, e no embasamento teórico, observamos diferentes atividades que possam ser realizadas no local para aproximar o morador a ter este olhar positivista sobre o território, seja pela prática de esportes; pelo plantio de novas mudas; do contar de histórias; do compartilhar de dados de pesquisas; mutirões de limpeza; trabalhos voluntários; sinalização e reconhecimento do espaço; exploração e manutenção das trilhas, entre outros.

Independente do motivo que leve o visitante ou o morador a desfrutar do PNMNI, diversas atividades nele podemos encontrar, para ressignificar este olhar para o bem natural, mas acima de tudo, reconhecendo que o gerir desta unidade, também é nossa responsabilidade

enquanto comunidade participativa.

Infelizmente, também nos dois momentos os entrevistados acreditam ser difícil ter esse olhar da UC enquanto patrimônio, ainda que aconteça a longo prazo, o que cabe a nós - membros ativos que dispomos desse interesse em comum - é formular meios que sustentem essa proposta, seja pelo uso direto ou indireto da área em questão. Afinal, observem a quantidade de atividades que temos à disposição; cabe cada um fazer a sua parte.

Também em ambos os momentos foi observado que a atuação da universidade UFRRJ tem sido um fator crucial não só pelo desenvolvimento de pesquisas, mas pela parceria direta com a gestão e por isso, trazem a questão da atualização do plano de manejo como principal interventor para o reconhecimento dos atrativos e de sua aplicabilidade aos diferentes campos da ciência, que ao escolher do PNMNI como objeto de estudo, carecem de dados oficiais que sejam atualizados.

Finaliza-se esta contextualização observando que um fator de grande notoriedade observada no primeiro momento que retificamos no segundo foi o reconhecer do parque como atrativo turístico, não podemos desmerecer o seu potencial, todavia como também discutido no referencial teórico e observado nas entrevistas de fevereiro de 2023, para pensarmos na potencialização do parque no viés do turismo, antes precisamos compreender sua funcionalidade para a comunidade.

Entendendo que o turista e o visitante possam até reconhecer o valor da unidade para além do recreativo, mas que cabe a nós - nos incluindo como parte desta comunidade - valorizar e reconhecer este espaço por sua diversidade cultural, histórica, social e natural, seja pelo olhar do patrimônio ou dos benefícios comuns ao utilizarmos de seus recursos, enquanto sociedade precisamos validar este e outros espaços da região a fim de compreender um olhar renovado sobre a Baixada, que se não nós moradores tivermos, como esperar que o turista tenha?

Uma vez que o turista é flutuante, ele até pode reconhecer o valor do espaço, porém sem a proposta de um vínculo afetivo, difícil compreender sua relevância social, responsabilidade nossa esta que precisamos assumir, independente da área de atuação, na academia como um pontapé inicial, mas que sem prática, também podemos nos restringir aos benefícios simplórios de seus recursos.

Assim, chega-se às considerações finais, correlacionando os ideais propostos pelo referencial teórico em diálogo a coleta de dados e como de fato, podemos compreender a apropriação do natural - o PNMNI em questão - possibilitando o pertencimento e o reconhecimento da unidade como patrimônio natural.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos aos dados dispostos no questionário, contextualizando-os a entrevista do segundo momento ao nosso referencial teórico, sabemos que não chegamos a uma conclusão sobre como reconhecer o PNMNI – neste momento – como patrimônio natural pela ausência de sensibilidade da comunidade, que é o nosso maior empecilho até então, ainda que seja de interesse da pesquisa, do staff e da gestão terem esse olhar para o tal.

Diegues (2008, p. 65), diz que o relacionamento homem e natureza se vale de “três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar”. Sendo a representação não só sobre a percepção social do ambiente; o organizar através da avaliação do natural como benefício comum a quem dele usufrui; legitimar que é por meio desta troca, desta interação social que ambos não só ressignificam conceitos singulares como a beleza por trás do intocado, mas também que este mesmo recurso que o meio ambiente nos oferece melhora a nossa qualidade de vida e o nosso olhar para o mundo.

Todavia, em um mundo imerso pelo capitalismo e pelo imediatismo da globalização, ainda que apresentadas as propostas a este vínculo cabe a comunidade querer reconhecer o seu papel junto a apropriação da natureza através de sua interação com a mesma.

Mesmo reconhecendo através dos dados estatísticos do IBGE (2021) a realidade da Baixada Fluminense, “absorvida como subúrbio periférico” (SILVA, 2013, p.56), onde o descaso do poder público e a violência e a vulnerabilidade social se tornaram marcas da região (SILVA, 2013; ALVES, 2003), o que - muitas vezes, faz com que o morador ressinta a se identificar como parte integrante do seu habitat cultural e natural - medidas como estímulo a uma identificação, preservação e conservação se tornam, cada vez mais, desafiadoras.

Outrora, Pieve (2019, p.12 – adaptação nossa) destaca que “ela [comunidade da Baixada Fluminense] também se apresenta enquanto lugar de comunidade, de luta, de conquistas, de memória e de prática coletiva”, sendo possível motivá-las por meio de processos bem estruturados de comunicação, de educação e de desenvolvimento socioterritorial. Uma relação, extremamente dialética, que podemos exemplificar a partir da comunidade que vive no bairro Coreia, em Mesquita, na entrada principal do PNMNI, que sofre com problemáticas de segurança pública, mas que faz do parque seu espaço de produção e de reprodução de sua vida cotidiana - ainda que pelos mais velhos que conhecem o parque antes mesmo dele ser uma UC.

Na pesquisa de Queiroz (2018) descobrimos que, só no município de Nova Iguaçu encontramos 69% de seu território repleto de áreas protegidas que foram mapeadas (QUEIROZ, 2018) e que se ampliarmos a discussão sobre a Baixada essas áreas somam oitenta unidades de

conservação (RICHTER *et al.*, 2019).

Territórios estes carregados de história e cultura – principalmente oriundas das comunidades tradicionais. O grande problema é entender como conquistar este pertencimento? E o que de fato podemos fazer para validar um novo olhar para a Baixada?

Para trabalhar a autoestima dessas populações que vivem em condições precárias de infraestrutura, segurança e educação na região, alguns projetos de conscientização e preservação ambiental já ocorrem, seja para promover a acessibilidade e inclusão, reflorestamento, conscientização ambiental e preservação de nossa história e cultura, como ilustrados ao longo deste texto.

Percebemos que, ao parafrasear a fala dos entrevistados, o trabalho de conscientização para com o pertencimento e a valorização deste patrimônio é um trabalho a longo prazo, mas ressaltamos que é dever da comunidade - tendo em suas mãos meios de reconhecer o seu espaço - que assim amplie este olhar, não podemos criar expectativas de que o público externo possa reformular essa imagem, se nós não o temos.

Destacando que independente do olhar negativo, há muito o que se fazer e descobrir aqui, não só dentro do PNMNI, mas em toda a Baixada Fluminense. O que fica para os passos a seguir deste pesquisador: encontrar meios de motivar e conscientizar não só o morador de Mesquita e de Nova Iguaçu que estão às margens do parque, mas olhar como outros trabalhos em outras unidades de conservação da região estão propondo essa dinâmica.

Enfim, sobre análise dos objetivos deste trabalho, em um primeiro momento, almejamos: discutir sobre a construção do conceito de patrimônio natural atribuindo a relação entre homem e natureza que o potencializa – o que foi feito por meio da contextualização não só das Cartas Patrimoniais, mas também em diálogo com a legislação ambiental Brasileira que pudessem registrar o natural como patrimônio em benefício da interação social.

Sem a proposta desta interação o trabalho é em vão, afinal como os demais conceitos do patrimônio voltado ao imaterial, é através desta relação com o bem que ressaltamos e ressignificamos o seu valor não só para o homem, mas também da natureza que dele precisa.

E mesmo que o conservadorismo ambiental uma vez nos impôs que a natureza para ser preservada precisa ser intocada (DIEGUES, 2008), é através da nossa troca com o meio ambiente que avaliamos essa tipologia patrimonial como essencial.

Acerca do segundo objetivo- analisar o pertencimento e a apropriação do parque pela comunidade sob o olhar do patrimônio, averiguamos que é um processo - em construção, visto os interesses coletivos da gestão em participação dos funcionários e da academia, discutimos a importância da participação social para o reconhecimento, a preservação e a conservação do

patrimônio natural nestas áreas marginalmente discriminadas, mas que ainda sob um olhar negativista, ao menos meios de reavaliar este olhar temos a disposição da comunidade. O trabalho pode ser lento, mas é necessário.

A busca consciente para estimular a comunidade surge através de novas ferramentas para validá-lo, com os mais diversos projetos ambientais e educacionais a fim de recuperar a nossa história e a nossa cultura com o trabalho de campo, das visitas escolares, das palestras entre pesquisadores, ou do trabalho já disposto pela gestão.

Não é ignorar as adversidades, mas utilizá-las para ampliar esse sentimento já disposto pelo pesquisador, pelos entrevistados e, até mesmo, por aqueles visitantes e moradores que já reconhecem o seu valor multicultural.

No último objetivo almejamos estudar os desafios, oportunidades e potencialidades que conduzem o PNMNI a ser tomado como patrimônio natural para a cidade de Nova Iguaçu, para tal, buscamos estabelecer relação entre o patrimônio natural da Baixada Fluminense ao sentimento de pertencimento junto a sua população, desafios e potencialidades.

Potencialidades através da variedade em uso que ampliem este sentimento e os desafios característicos já massificados sobre o olhar negativo que impera na comunidade, todavia, listamos séries de atividades que possam vir a atrair diferentes públicos e ainda que não sejam suficientes para visualizar o parque como patrimônio, mas que seja uma saída de contemplação aos benefícios que a cidade também dispõe ao seu morador.

Portanto, para nos apropriar do natural como patrimônio, podemos observar, por meio de pesquisas como as de Queiroz (2018), de Pereira (2018), de Oliveira e Rodrigues (2013), Varela, Guimarães e Richter (2013), que o interesse pelas áreas naturais está presente junto às comunidades -apesar do distanciamento com as UCs - e que o acesso a um trabalho mais aprofundado vêm sendo tratado nas escolas da região, que realizam projetos de visitação, especialmente ao PNMNI, à REBIO Tingu a, nos quais educadores trabalham junto aos seus alunos temas como o papel, de cada um, no zelo pelos recursos daqueles espaços, uma vez que esperar a oes somente do poder público pode resultar em danos irreversíveis, que podem ser evitados com a participa o de todos para a conserva o do sítio.

Porém, mais uma vez ressaltamos, ainda faltam a oes que atinjam a comunidade como um todo e que trabalhem no oes como as defendidas por Delphin (2004), que afirma que duas posturas justificam a valoriza o e conserva o do patrimônio natural. A primeira de cunho  tico, uma vez que o respeito e a solidariedade com toda forma de vida deve ser um valor humano, e, a segunda, de cunho pragmático, visto o homem ser dependente da natureza no fornecimento de recursos sem os quais a humanidade seria incapaz de sobreviver.

Ainda há boa parte da comunidade – de Nova Iguaçu e Mesquita – que não conhece ou sequer tem o interesse de conhecer a unidade, seja por conta do preconceito em relação a possíveis casos de violência, como os entrevistados descreveram ou até mesmo por não ser de seu interesse apreciar o potencial da sua região, imagina se ampliarmos essa análise entre os treze municípios que compõem a Baixada Fluminense.

Assim, ainda que os resultados apontem as direções que precisamos tomar para o pertencimento do natural como patrimônio, há muitos desafios a considerar, como a sensibilização de uma comunidade vulnerável a carências que se sobrepõem às questões que a levariam a se reconhecer no território, uma vez que só se alcança de fato a noção de lugar onde se há uma vida digna e feliz; a compreensão do próprio poder público que a gestão destas áreas naturais necessitam de recursos para ações que favoreçam a aproximação da comunidade ao bem natural, como ações de educação ambiental, interpretação patrimonial entre outras, além das ações de manutenção e fiscalização na área.

Precisamos levar ao conhecimento da população os projetos destacados na pesquisa. Afinal, o parque tem um teor multidisciplinar que pode alcançar diferentes públicos, ampliando novos olhares sobre o tema e sobre a Baixada Fluminense, mas para isso é necessário adaptar a nossa linguagem para alcançar este público – um trabalho que cabe a todos nós: comunidade, pesquisadores, funcionários do parque e visitantes, ainda que a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, D. **A educação transmite o valor do patrimônio natural e indígena.** [S. l.], 2 nov. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/educacao-transmite-o-valor-do-patrimonio-natural-e-indigena>. Acesso em: 4 jun. 2022.

ALVES, J. C. **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense.** Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.

ARCINDO, W. R. de A. **Utilização da APA de São Bento, como espaço de ensino não formal para a melhoria na qualidade de ensino de Biologia, no município de Duque de Caxias.** 2013. Disponível em: <publicações.unigranrio.edu.br/index.php/pecm/article/view/2223/1047>. Acesso em: 09 de junho de 2021.

BARCELLOS, L. N. **Participação social na preservação de sítios históricos urbanos. Experimento metodológico no sítio histórico de Santa Leopoldina – ES.** 2017. 114f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

BIOVERT. **O que é Medida Compensatória Ambiental.** Disponível em: <http://www.biovert.com.br/o-que-e-medida-compensatoria-ambiental/#:~:text=Medida%20Compensat%C3%B3ria%20%C3%A9%20uma%20determina%C3%A7%C3%A3o,por%20meio%20de%20atividades%20compensat%C3%B3rias>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. L. . Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese Florianópolis.** Florianópolis - SC, v. 2, p. 68-80, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 1937a.

_____. **Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 1937b.

_____. **Lei n.º 6.766 de 1979:** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. 1979.

_____. **Lei n.º 6.902 de 1981:** Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. 1981.

_____. **Lei n.º 6.938 de 1981:** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. 1981.

_____. **Lei nº 9.605** de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. 1998.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000.

BRASIL. Meio Ambiente. **Replantando Vida** - CEDAE. Disponível em: <https://brasilpelomeioambiente.com.br/replantando-vida/>. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

BRILHA, J. B. R. A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências. **Revista do Instituto de Geociências - USP**. São Paulo, Publicação Especial, v. 5, p. 27-33, 2009.

BRITO, F. E. M. **Ecossistemas contraditórios do turismo**. Salvador: Edufba, 2007. 197p

CAETANO, E. **Por que o lugar da cultura é tão distante da Baixada Fluminense?**: No Brasil, o poder público no Brasil não prioriza nem o acesso ao capital cultural nem a produção e a infraestrutura nos territórios. [S. l.]: Estadão Expresso, 7 set. 2021. Disponível em: <https://expresso.estadao.com.br/naperifa/por-que-o-lugar-da-cultura-e-tao-distante-da-baixada-fluminense/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2008.

CID. **Legislação sobre patrimônio cultural**. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 366 p. – (Série legislação ; n. 41)

COSTA, L.de C. N.; SERRES, J. C. P. Paisagem cultural: novas leituras do patrimônio cultural? In: **Colóquio Ibero-Americano paisagem cultural, patrimônio e projeto: desafios e perspectivas**, 3. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG/IEDS, 2014.

DELPHIM, C. F. de M. **O patrimônio natural no Brasil**. Rio de Janeiro - RJ: IPHAN, 2004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf. Acesso em: Outubro de 2018.

DIEGUES, A. C. S.. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**/ Antônio Carlos Sant'Ana Diegues. 6ª ed. Ampliada – São Paulo: Hueitee: Nupaub – USP/CEC. 2008.

DORMAELS, M.. Patrimonio, patrimonialización e identidad hacia una hermenéutica del patrimonio. In: **Revista Herencia**. Vol. 24 (1 y 2), 7-14, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/herencia/article/view/1432>. Acesso em: abril de 2020.

DUARTE, P. A. **História ambiental de uma unidade de conservação: o Parque Municipal de Nova Iguaçu - RJ**. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

EMMERSON, R. W. *Extract from The World Charter for Nature Adopted and proclaimed by the United Nations General Assembly on 28 October 1982*. In: ÁSGRÍMSSON et al. NATUROPA – Nature: the common heritage of humankind. Suíça. N° 91, 1999, p. 17. Disponível em: <https://rm.coe.int/naturopa-1999-no-91-nature-the-common-heritage-of-humankind/168069cdf9>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

FADDEN, D. *Economic, recreational and cultural value*. In: ÁSGRÍMSSON et al. NATUROPA – Nature: the common heritage of humankind. Suíça. N° 91, 1999, p. 5-6. Disponível em: <https://rm.coe.int/naturopa-1999-no-91-nature-the-common-heritage-of-humankind/168069cdf9>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

FIGUERÊDO, M. A. de. Gênese e (re) produção do espaço brasileiro na Baixada Fluminense. In: **Revista Geo-Paisagem on line** – ano 3, nº 5. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

FOGAÇA, I. de F.; FARIAS, L. K. R. . Baixada Fluminense, Arte Urbana e Identidade Cultural: Revitalizarte em Mesquita/RJ visibilidade à riqueza invisível.. In: **III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio**, 2021, Nova Iguaçu. Textos completos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio. Porto/ Portugal: Cravo, 2021. v. 1. p. 1-16.

G1a, D. S. **Desemprego no RJ bate recorde histórico e atinge 1,6 milhão no 1º trimestre do ano, aponta IBGE**. [S. l.], 27 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/27/desemprego-no-rj-bate-recorde-historico-e-atinge-16-milhao-no-1o-trimestre-do-ano-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2022.

G1b. **Expedição Rio: conheça a Janela do Céu, queda d'água de 82 metros em área verde de Nova Iguaçu**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/expedicao-rio/noticia/2021/12/19/expedicao-rio-conheca-a-janela-do-ceu-queda-dagua-de-82-metros-em-area-verde-de-nova-iguacu.ghtml>. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

GAMA, S. V. G. da *et al.* A visitação da APA e parque na zona oeste do município do Rio de Janeiro (RJ): Conflitos e Gestão da UC Gericinó- Mendanha. **Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)**, v. 6, p. 73/3-80, 2006.

GEOMORFUSJR. **Vulcanismo no Brasil? Conheça o vulcão de Nova Iguaçu**. Disponível em: <https://geomorfusjr.wixsite.com/geomorfusjr/post/vulcanismo-no-brasil-conhe%C3%A7a-o-vulc%C3%A3o-de-nova-iguacu>. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 21-29.

GUIDO, M. R. **Landscape: natural and cultural heritage**. In: ÁSGRÍMSSON *et al.* NATUROPA – Nature: the common heritage of humankind. Suíça. N° 91, 1999, p. 15-17. Disponível em: <https://rm.coe.int/naturopa-1999-no-91-nature-the-common-heritage-of-humankind/168069cdf9>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. **Plano de manejo da Reserva Biológica do Tinguá. Nova Iguaçu, 2006**. Disponível em: <http://www.ICMBio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-deconservacao/biomasbrasi>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj.html>. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Belford Roxo**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/belford-roxo/panorama>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Duque de Caxias**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Guapimirim**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/guapimirim/panorama>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Itaguaí**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaguai/panorama>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Japeri**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/japeri/panorama>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Magé**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mage/panorama>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Mesquita**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mesquita/panorama>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Nilópolis**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/panorama>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama São João de Meriti**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Paracambi**.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paracambi/panorama>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Queimados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/queimados/panorama>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama São João de Meriti**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/panorama>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades Panorama Seropédica**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

INEA. **ICMS Ecológico: Secretaria do Ambiente e Inea divulgam resultado**. Disponível em: <https://www.inea.rj.gov.br/icms-ecologico-secretaria-do-ambiente-e-inea-divulgam-resultado/#:~:text=Sobre%20o%20ICMS%20Ecol%C3%B3gico&text=Criado%20para%20impactar%20positivamente%20a,do%20ICMS%20repassados%20a%20elas>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

_____. Instituto Estadual do Ambiente. **Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha**. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-deconservacao/apa-de-gericino-mendanha/>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

_____. Instituto Estadual do Ambiente. **Parque Estadual do Medanha**. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-deconservacao/parque-estadual-do-mendanha/>. Acesso em: 10 maio de 2020.

_____. Instituto Estadual do Ambiente. **Parque Estadual Cunhambebe**. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-deconservacao/parque-estadual-cunhambebe/>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

INEPAC. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Patrimônio Cultural Bens Tombados. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/realizabusca?municipios=50&BemCultural=&PalavraChave=>. Acesso em: Maio de 2020.

IPHAN. **Recomendação Paris. 1962**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

_____. **Anais do II Encontro de Governadores. 1971**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais_II_Encontro_Governadores%201971.pdf. Acesso em: 26 de junho de 2021.

_____. **Declaração de Estocolmo. 1972a**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

_____. **Recomendação de Paris. 1972b.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

_____. **Declaração de Amsterdã. 1975.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

_____. **Declaração de Nairóbi. 1982.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Nairobi%201982.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

_____. **Carta de Cabo Frio. 1989a.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Cabo%20Frio%201989.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

_____. **Declaração São Paulo. 1989b.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sao%20Paulo%201989.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

_____. **Carta do Rio. 1992.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

_____. **Recomendação Europa. 1995.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

_____. **Declaração de Sofia. 1996.** Disponível em:
 <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

_____. **Recomendação Paris. 2003.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

_____. **Carta de Brasília. 2010a.** Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

_____. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora. 2010b.**
 Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

MAGALHÃES, A. L. et al. **Alma (naque)... da Baixada!** 1ª. ed. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2013. v. 1. 104p.

MAIA, M. A.; Richter, M. **Estado de conservação das Unidades de Conservação da Baixada Fluminense - estudo de caso: municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias.** In:

Encontro Nacional de Geógrafos, 2016, São Luís. IV- Natureza e Meio Ambiente, 2016.

Disponível em:

<http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468027179_ARQUIVO_MichellaMaia_ENG3556956.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2021.

MEC. **Idep – Apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb#:~:text=Para%20tanto%2C%20o%20Ideb%20%C3%A9,do%20Censo%20Escolar%2C%20realizado%20anualmente>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

MELLO, F. A. P.. **Ordenamento da malha de trilhas como subsídio ao zoneamento ecoturístico e manejo da visitação no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – RJ**. 2008. 195f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MINUBE. **Ruínas do sobrado da Fazenda Santa Eugênia**. Disponível em: <https://www.minube.com.br/sitio-preferido/sede-da-fazenda-dona-eugenia-casarao-a2228391>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

MMA. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Serviços Ecosistêmicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/conservacao-1/servicos-ecossistemicos#:~:text=Os%20servi%C3%A7os%20ecossist%C3%AAmicos%20s%C3%A3o%20benef%C3%ADcios,qualidade%20de%20vida%20das%20pessoas>. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

MONTEIRO, J. de O.. **As Políticas Culturais do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC-RJ) sob a ótica do Patrimônio Natural na Região Norte Fluminense e o seu uso Turístico**. 2016. 112f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.

MOREIRA, K. *et al.* A evolução da legislação ambiental no contexto histórico brasileiro. **RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT**, [s. l.], v. 10, ed. 2, 7 fev.2021. DOI <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12087/11068>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12087/11068>. Acesso em: 4 jun. 2022.

MOREIRA, M. R.; ESCOREL, S.. **Dilemas da participação social em saúde: reflexões sobre o caráter deliberativo dos conselhos de saúde**. Saúde Debate, v. 84, n. 34, p. 47-55, 2010. Disponível em: http://epsm.nescon.medicina.ufmg.br/dialogo04/Biblioteca/Artigos_pdf/33999_4318.pdf. Acesso em: maio de 2010.

MOTA, D. **Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://dougkota.tumblr.com/post/615613045158412288/parque-natural-municipal-de-nova-igua%C3%A7u-rio-de>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

MTUR. Ministério do Turismo: Consultar o Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/mapa-do-turismo-brasileiro>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

MUNDINHO DA HANNA. **Museu Vivo de São Bento**. Disponível em: < Cult: Museu Vivo de São Bento - Mundinho da Hanna>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

NOVA IGUASSU ONLINE. **Baixada Fluminense acumula saldo positivo de mais de 11,3 mil empregos em 2021, destaca Firjan**. [S. l.], 8 set. 2021. Disponível em: <https://novaiguassuonline.com.br/baixada-fluminense-acumula-saldo-positivo-de-mais-de-113-mil-empregos-em-2021-destaca-firjan/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

PADILLA, V.; HIGUCHI, M. I. G. . **Significados Do Lugar: Pertencimento como Aspecto de Cuidado Ambiental**. In: XV Jornada de Iniciação Científica, 2006, Manaus. Jornada de Iniciação Científica PIBIC/INPA, 2006. p. 462-463.

PEREIRA, W.. **Cana, Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas: SEEC, 1977.170p

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI. Pico da Coragem. Disponível em: <https://japeri.rj.gov.br/tag/pico-da-coragem/>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

O GLOBO. **Rio Carioca se torna primeiro curso d'água urbano do país a virar patrimônio cultural. 11 de janeiro de 2019**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/rio-carioca-se-torna-primeiro-curso-dagua-urbano-do-pais-virar-patrimonio-cultural-23362284>. Acesso em junho de 2020.

OLIVEIRA, A. S. L. S.; RODRIGUES, C. G. O.. **Mapeamento E Análise Do Uso Público E Da Percepção Ambiental Das Comunidades Da Área De Abrangência Da Reserva Biológica Do Tinguá, 87f. 2013. Relatório (Iniciação Científica)**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013.

OLIVEIRA, F. L.; DA COSTA, N. M. C. **PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU: Um peculiar patrimônio geológico-geomorfológico na Baixada Fluminense, RJ. Revista eletrônica História, Natureza e Espaço - NIESBF, [S.l.], v. 2, n. 2, jul. 2014. ISSN 2317-8361. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/12116>>. Acesso em: 04 dez. 2022. doi: <https://doi.org/10.12957/hne.2013.12116>.**

OLIVEIRA, M. P. M.. O Patrimônio Natural na Baixada Fluminense: Uma apresentação documental para o morador local e do entorno. **Revista Pilares da História**, v. 20, p. 73-82, 2021.

OLIVEIRA, M. P. M. et al. **Perfil, percepção e opinião dos visitantes do Parque Nacional do Itatiaia (RJ) em períodos de maior demanda**. Anais do Uso Público em Unidades de Conservação, Niterói, RJ, p. 86 - 96, 04 jul. 2015.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História (Impresso)**, São Paulo, v. 26, n.51, p. 115-140, 2006.

PEREIRA, W.. **Cana, Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas: SEEC, 1977.170p

PEREIRA, D. C.(2018). **Patrimônio natural**. *Revista CPC*, 13(25), 34-59.
<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p34-59>

PIEVE, S. M. N.. **Baixada Fluminense para além da violência: notas preliminares sobre memória e resistência**. In: *Anais XVIII ENANPUR*. Disponível:
<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1219>. Acesso em: junho 2020.

PIMENTEL, D.de S., MAGRO, T. C., SILVA FILHO, D. F.. **Imagens da Conservação: em busca do apoio público para a gestão de unidades de conservação**. In: *Revista Teoria & Sociedade*, nº 19.2 – julho-dezembro, 2011.

Pinterest. **Poço Verde**. Disponível em:
<https://br.pinterest.com/pin/644718502890209655/?send=true>. Acesso em: abril de 2021.

Portos e Navios. **Porto de Itaguaí**. Disponível em:
<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/porto-de-itaguaie-autorizado-a-receber-navios-new-panamax-de-367-metros>. Acesso em: abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. A Cidade. Disponível em:
<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/cidade/#historia>. Acesso em: maio de 2020.

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Disponível em: <
<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/semadetur/>>. Acesso em: Outubro de 2018.

PREFEITURA DE QUEIMADOS. **Horto Municipal de Queimados se torna point da criançada durante férias escolares**. Disponível em:
<https://www.queimados.rj.gov.br/noticias/get/189>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

QUEIROZ, E. D. **Uso Público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – RJ: Trilhando entre possibilidades e dificuldades**. 2018. 190f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2018.

QUEIROZ, E.D.; PLÁCIDO, P.. O. . **A História Ambiental e Educação Ambiental: Reflexões em Zonas de Sacrifício Na Baixada Fluminense/RJ**. In: *História, Natureza e Espaço*, v.2, p. 1, 2013.

RAFFANOCAMINHO. Cachoeira Veu da Noiva em Magé. 2012. Disponível em:
<https://raffanocaminho.blogspot.com/search?q=CACHOEIRA+VEU+DA+NOIVA>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

REDETVWEBMAIS. **Cachoeiras de Magé são estrelas de projeto estratégico do Baixada Verde**. Disponível em: <https://redetvwebmais.com/site/cachoeiras-de-mage-sao-estrelas-de-projeto-estrategico-do-baixada-verde/>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem como patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Iphan/MinC, 2007.

RIBAUT, J. P. *Nature's intrinsic and ethical value*. In: ÁSGRÍMSSON et al. *NATUROPA – Nature: the common heritage of humankind*. Suíça. N° 91, 1999, p. 7-8. Disponível em:

<https://rm.coe.int/naturopa-1999-no-91-nature-the-common-heritage-of-humankind/168069cdf9>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

RICHTER, M.; ROCHA, E. M. F. (Org.); FARIAS, H. S. (Org.). **Unidades de Conservação da Baixada Fluminense: Consolidação para a Baixada Verde**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2019. V. 1. 239p.

SANTANA, T. G. et al. **(Re)descobrimos a Baixada Fluminense: A transformação do olhar do discente sobre os problemas socioambientais**. In: XIV EGAL - Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima, Peru. Anais do XIV EGAL - Encontro de Geógrafos da América Latina. Lima, Peru: IGU, 2013. v. 1.

SANTOS, J. **Uso público em parques estudo de caso: Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu**. TCC Licenciatura em Turismo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, p. 82, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/10249152/USO_P%C3%A9BLICO_EM_PARQUES_ESTUDO_DE_CASO_PARQUE_NATURAL_MUNICIPAL_DE_NOVA_IGU%C3%A1 Acesso em: 16 de Janeiro de 2023.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHNEIDER, L. C. (2015). Lugar e não-lugar: espaços da complexidade. *Ágora*, 17(1), 65-74. <https://doi.org/10.17058/agora.v17i1.5311>

SCIFONI, S.. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo. LABUR, 2008.

_____, S.. **A Construção do Patrimônio Natural**. 2006. 294f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

SEBRAE. **Painel regional: Baixada Fluminense I e II / Observatório Sebrae/RJ**. -- Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_BaixadaFluminense.pdf. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

SEMUAM, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçu. Versão Resumida**. Nova Iguaçu, 2001.

SENRA, Á. de O.; ANDRADE, F. A.. **Uma narrativa alternativa sobre a Baixada Fluminense: a experiência do Jornal da Baixada (1979-1980)**. *Revista Antíteses*, v. 10, p. 262-284, 2017.

SERRA AMBIENTAL TINGUÁ. **REBIO Tinguá**. Disponível em: <https://serambientalingua.wordpress.com/rebio-do-tingua/>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. São Paulo: CORTEZ, 2007.

SILVA, D. Q.; SOUSA, G. M.. **Análise exploratória através de estatística espacial: Um estudo de caso na Reserva Biológica do Tinguá**. In: XVII Simpósio Brasileiro de Geografia

Física Aplicada e I Congresso Nacional de Geografia Física, 2017, Campinas. Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento. Campinas: UNICAMP, 2017. v. 1.

SILVA, L. H. P.. De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. Recôncavo: **Revista de História da UNIABEU**, v. 3, p. 47-63, 2013.

SITE DA BAIXADA – **Pontos Turísticos de Magé são catalogados**. Disponível em: <https://sitedabaixada.com.br/geral/2018/05/08/pontos-turisticos-de-mage-sao-catalogados/>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

SOUZA, M.L. 2009. **Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: M.A. SAQUET; E.S. SPOSITO (orgs.), Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão Popular, p. 57-67.

TCE/RJ. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudo Socioeconômico. TCE/RJ: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/documents/10180/1092028/Estudo%20Socioecon%C3%B4mico%202008%20-%20Nova%20Igua%C3%A7u.pdf>. Acesso em: Junho de 2020

TREVISAN, R. **5 pontos sobre o uso das notas do Ideb** - A análise do resultado da escola traz subsídios importantes que podem ser utilizados na reformulação do projeto político-pedagógico. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/457/5-pontos-sobre-o-uso-das-notas-do-ideb#:~:text=A%20nota%20do%20%C3%8Dndice%20de,f%C3%B3rmula%20que%20considera%20dois%20componentes>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

UNESCO. **Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, 16p.

_____. **Patrimônio Mundial Natural e Reservas da Biosfera no Brasil**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/natural-world-heritage>. Acesso em: junho de 2020.

VARELA, S.; GUIMARÃES, M.; RITCHER, M.. **Análise da percepção ambiental das comunidades de Nova Iguaçu, localizadas no entorno da REBIO Tinguá. 94f. 2013. Relatório (Iniciação Científica)**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013.

Viconsaga. **Flona Mário Xavier**. Disponível em: <https://www.viconsaga.com.br/flonamarioxavier>. Acesso em: abril de 2021.

VISITE GUAPI. APA de Guapi-Mirim, a Arca de Noé da Baía de Guanabara. Disponível em: <https://visiteguapimirim.com.br/conheca-o-pantanal-fluminense/>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

WEISSHEIMER, M. R.; MONGELLI, M. de M.. **Paisagem, território e patrimônio: o contexto institucional de 2010**. IPHAN. *Anais do 1º Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte*, nº 6, p. 235-240, 2017.

WENTZEL, T.; BINSZTOK, J. Conflitos territoriais na apropriação da Baía de Guanabara pela Indústria Petroquímica e a construção de ‘despojos’ pelo COMPERJ. **Geo UERJ**, [s. l.], n. 31, p. 517-537, 2017. DOI 10.12957/geouerj.2017.22116 519. Disponível em: <https://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/22116/23060>. Acesso em: 24 mar. 2021.

WIKILOC. **Travessia Serra do Vulcão x Janela do Céu via Pedra da Contenda**. Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/travessia-serra-do-vulcao-x-janela-do-ceu-via-pedra-da-contenda-22716363>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

APÊNDICE A – Pesquisa inicial anterior à qualificação da pesquisa

I. Como você descreveria o PNMNI?

- 1 - Um território com múltiplas potencialidades, tais como: ensino, pesquisa, extensão, lazer. Além de resguardar resquícios importantes da mata atlântica;
- 2- É um lugar encantador... muito verde, silêncio, cachoeiras. A natureza pulsa!;
- 3 - Um tesouro em nossas mãos.

II. Qual a contribuição que o PNMNI oferece para a educação ambiental?

- 1 – Muitas contribuições: flora, fauna, recursos hídricos, geodiversidade;
- 2 – Temos vários encontros e capacitações ué acontecem com frequência por lá;
- 3 – Ser um espaço educador ao ar livre. Com infinitas possibilidades de estudos.

III. Você acredita que o público que visita o PNMNI, o buscam apenas para o lazer ou também se preocupam com a conservação do mesmo?

- 1 – A maioria busca o lazer;
- 2 – A grande maioria é apenas para o lazer, infelizmente.
- 3 – A grande maioria, principalmente no verão, procura para lazer.

IV. Quais são os projetos que o PNMNI hoje dispõe para a comunidade/visitantes?

- 1 - Antes da pandemia tinham pelo menos três projetos: Parque para todos; Música na natureza; Reflorestamento;
- 2 - Temos o Música na Natureza, mutirões de limpeza, visitas guiadas;
- 3 – Recuperando nossas matas, voluntariado, aprendendo e preservando.

V. Você acha que o visitante reconhece o parque enquanto patrimônio?

- 1 - A grande maioria não o reconhece assim, acredito que seja por falta de uma política de visibilidade. Isso é muito comum na Baixada Fluminense.
- 2 - Nem todos.
- 3 – Nem todos.

VI. Você reconhece o parque como patrimônio?

- 1 - Sim;
- 2 - Sim;

3 - Sim.

VII. O que acha que poderia ser feito para incluir mais a comunidade para com a proteção e a conservação deste espaço?

- 1 - Políticas e projetos voltados para essa temática, e o apoio da Universidade é fundamental;
- 2 - Campanhas educativas;
- 3 - Estimular projetos socioeconômicos, utilizando a proteção como produto.

VIII. Você acredita que o parque está preparado para receber turistas de outras cidades ou até mesmo de outros países?

- 1 - Talvez;
- 2 - Talvez;
- 3 - Sim.

IX. E, por fim, em poucas palavras, o que você acha que pode ser feito para que não só o parque, mas todos os atrativos turísticos da cidade pudessem ganhar uma maior visibilidade entre os locais e que conseqüentemente se preocupem em conservar estes espaços?

- 1 - Como citei em outra questão, a construção de políticas públicas e projetos envolvendo a Universidade e a comunidade;
- 2 - Precisamos de mapas impressos e mídias digitais intensas;
- 3 - Políticas públicas voltadas para o tema. Precisamos de uma secretaria de turismo atuante e conectada ao meio ambiente.

X. PERGUNTA EXTRA - Por favor se tiver alguma consideração importante ou comentário que possa agregar a este estudo, fique à vontade.

- 1 - Não respondeu;
- 2 - Estamos ainda em Pandemia e alguns serviços estão indisponíveis;
- 3 - Precisamos de um fundo de turismo, e que esse recurso possa garantir as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos.

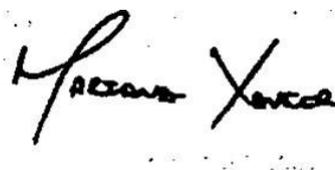
APÊNDICE B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos

Eu, **MARIANA XAVIER MELO FERREIRA**, na função de **Coordenadora de Pesquisa do PNMNI**, concordo em participar, como entrevistada voluntariamente do estudo, que tem como pesquisador responsável o mestrando **MARCOS PAULO MORAES OLIVEIRA**, do curso de **Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPACS/UFRRJ)**, tendo sob a sua supervisão e orientação a **PROFESSORA DRA. ISABELA DE FÁTIMA FOGAÇA**.

Tenho ciência de que o estudo tem por objetivo recolher informações qualitativas para salientar o PNMNI, não apenas como uma área de lazer, mas também como uma área para estudo e desenvolvimento social no campo do PATRIMÔNIO NATURAL tanto para o município de Nova Iguaçu quanto para a Baixada Fluminense. Por isso, estou de acordo em ceder minhas respostas desta entrevista para salientar a conclusão desta pesquisa.

Resumindo, minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita pelo pesquisador. Entendo que esses dados possuem a finalidade para um estudo acadêmico, me isentando de responsabilidades legais e políticas, me dando também o direito de não responder a qualquer pergunta que me comprometa.

Tenho ciência de que o pesquisador também disponibilizará de uma cópia da transcrição dessa entrevista para o meu conhecimento e, se aplicável, também utilizá-la para estudos futuros na unidade. Também reconheço que não receberei nenhum pagamento por esta participação.



Assinatura

Nova Iguaçu, 03 de fevereiro de 2023.

Eu, **VIVIANE BRITO DE MACEDO**, na função de **Coordenadora de Educação Ambiental do PNMNI**, concordo em participar, como entrevistada voluntariamente do estudo, que tem como pesquisador responsável o mestrando **MARCOS PAULO MORAES OLIVEIRA**, do curso de **Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPACS/UFRRJ)**, tendo sob a sua supervisão e orientação a **PROFESSORA DRA. ISABELA DE FÁTIMA FOGAÇA**.

Tenho ciência de que o estudo tem por objetivo recolher informações qualitativas para salientar o PNMNI, não apenas como uma área de lazer, mas também como uma área para estudo e desenvolvimento social no campo do PATRIMÔNIO NATURAL tanto para o município de Nova Iguaçu quanto para a Baixada Fluminense. Por isso, estou de acordo em ceder minhas respostas desta entrevista para salientar a conclusão desta pesquisa.

Resumindo, minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita pelo pesquisador. Entendo que esses dados possuem a finalidade para um estudo acadêmico, me isentando de responsabilidades legais e políticas, me dando também o direito de não responder a qualquer pergunta que me comprometa.

Tenho ciência de que o pesquisador também disponibilizará de uma cópia da transcrição dessa entrevista para o meu conhecimento e, se aplicável, também utilizá-la para estudos futuros na unidade. Também reconheço que não receberei nenhum pagamento por esta participação.



Assinatura

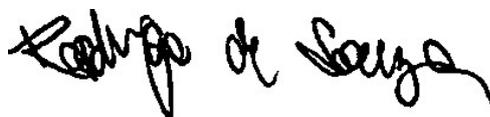
Nova Iguaçu, 03 de fevereiro de 2023.

Eu, **RODRIGO DE SOUZA**, na função de **Coordenador de Uso Público do PNMNI**, concordo em participar, como entrevistado voluntariamente do estudo, que tem como pesquisador responsável o mestrando **MARCOS PAULO MORAES OLIVEIRA**, do curso de **Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPACS/UFRRJ)**, tendo sob a sua supervisão e orientação a **PROFESSORA DRA. ISABELA DE FÁTIMA FOGAÇA**.

Tenho ciência de que o estudo tem por objetivo recolher informações qualitativas para salientar o PNMNI, não apenas como uma área de lazer, mas também como uma área para estudo e desenvolvimento social no campo do PATRIMÔNIO NATURAL tanto para o município de Nova Iguaçu quanto para a Baixada Fluminense. Por isso, estou de acordo em ceder minhas respostas desta entrevista para salientar a conclusão desta pesquisa.

Resumindo, minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita pelo pesquisador. Entendo que esses dados possuem a finalidade para um estudo acadêmico, me isentando de responsabilidades legais e políticas, me dando também o direito de não responder a qualquer pergunta que me comprometa.

Tenho ciência de que o pesquisador também disponibilizará de uma cópia da transcrição dessa entrevista para o meu conhecimento e, se aplicável, também utilizá-la para estudos futuros na unidade. Também reconheço que não receberei nenhum pagamento por esta participação.



Assinatura

Nova Iguaçu, 03 de fevereiro de 2023.

Eu, **ROGÉRIO E SILVA GOUVEIA**, na função de **Coordenador de Manutenção do PNMNI**, concordo em participar, como entrevistado voluntariamente do estudo, que tem como pesquisador responsável o mestrando **MARCOS PAULO MORAES OLIVEIRA**, do curso de **Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPACS/UFRRJ)**, tendo sob a sua supervisão e orientação a **PROFESSORA DRA. ISABELA DE FÁTIMA FOGAÇA**.

Tenho ciência de que o estudo tem por objetivo recolher informações qualitativas para salientar o PNMNI, não apenas como uma área de lazer, mas também como uma área para estudo e desenvolvimento social no campo do PATRIMÔNIO NATURAL tanto para o município de Nova Iguaçu quanto para a Baixada Fluminense. Por isso, estou de acordo em ceder minhas respostas desta entrevista para salientar a conclusão desta pesquisa.

Resumindo, minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita pelo pesquisador. Entendo que esses dados possuem a finalidade para um estudo acadêmico, me isentando de responsabilidades legais e políticas, me dando também o direito de não responder a qualquer pergunta que me comprometa.

Tenho ciência de que o pesquisador também disponibilizará de uma cópia da transcrição dessa entrevista para o meu conhecimento e, se aplicável, também utilizá-la para estudos futuros na unidade. Também reconheço que não receberei nenhum pagamento por esta participação.



Assinatura

Nova Iguaçu, 03 de fevereiro de 2023.

APÊNDICE C – Declaração de Revisão**DECLARAÇÃO DE REVISÃO**

Eu, Carolina Valle Esteves dos Reis, declaro, para os devidos fins que realizei a correção gramatical do artigo intitulado : PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU: PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DA BAIXADA FLUMINENSE, POTENCIALIDADES E DESAFIOS, de autoria de Marcos Paulo Moraes Oliveira.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Juiz de Fora, 26 de dezembro de 2023.



Carolina Valle Esteves dos Reis
CPF.: 01431686654